

Incubadora de Empreendimentos Solidários

INCUBA / UFRB

Trajetória e práticas formativas



Tatiana Ribeiro Velloso
Maria da Conceição de Menezes Soglia
Fernanda de Freitas Virginio Nunes
(Orgs.)



Editora UFRB

**Incubadora de Empreendimentos Solidários -
INCUBA/UFRB: trajetória e práticas formativas**

REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

VICE-REITOR

José Pereira Mascarenhas Bisneto

SUPERINTENDENTE

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

CONSELHO EDITORIAL

Leila Damiana Almeida dos Santos Souza

Leilane Silveira D'Ávila

Luciana da Cruz Brito

Maurício Ferreira da Silva

Paula Hayasi Pinho

Paulo Henrique Ribeiro do Nascimento

Rafael dos Reis Ferreira

Rosineide Pereira Mubarack Garcia (Presidente)

Rubens da Cunha

SUPLENTE

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Marcílio Delan Baliza Fernandes

Tatiana Polliana Pinto de Lima

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Tatiana Ribeiro Velloso
Maria da Conceição de Menezes Soglia
Fernanda Freitas
(Orgs.)

Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBA/UFRB: trajetória e práticas formativas



Editora UFRB
Cruz das Almas - Bahia
2022

Copyright©2022 by Tatiana Ribeiro Velloso,
Maria da Conceição de Menezes Soglia e Fernanda Freitas

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica

Antonio Vagno Santana Cardoso

Revisão e normatização técnica

André Galvão

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

I37

Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBA/UFRB:
trajetória e práticas formativas / Organizadoras: Tatiana
Ribeiro Velloso, Maria da Conceição de Menezes Soglia e
Fernanda de Freitas Virginio Nunes. _ Cruz das Almas, BA:
EDUFRB, 2022.
256p.; il.

Este livro eletrônico é parte da Coleção 15 Anos da UFRB.
Vol 19.

ISBN: 978-65-88622-68-1.

1.Economia social – Desenvolvimento econômico.
2.Educação – Extensão universitária. 3.Mudança social – Análise.
I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II.Velloso,
Tatiana Ribeiro. III.Soglia, Maria da Conceição de Menezes.
IV.Nunes, Fernanda de Freitas Virginio. V.Título.

CDD: 334.7

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela Elaboração –
Antonio Marcos Sarmiento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

Livro publicado em 25 de julho de 2022.



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro

44380-000 Cruz das Almas – Bahia/Brasil

Tel.: (75) 3621-7672

editora@reitoria.ufrb.edu.br

www.ufrb.edu.br/editora

Sumário

Prefácio

Gabriel Kraychete 9

Apresentação

Tatiana Ribeiro Velloso, Maria da Conceição de Menezes Soglia,
Fernanda Freitas 13

História e trajetória da INCUBA/UFRB

Tatiana Ribeiro Velloso, Ana Elisa Vinhas Del´Arco,
Maria da Conceição de Menezes Soglia,
Isabel de Jesus Santos dos Santos 17

Economia solidária nas universidades federais brasileiras

Jucileide Ferreira do Nascimento 51

Incubação de empreendimentos solidários: extensão e práticas formativas

Silvio Luiz de Oliveira Soglia 71

Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional

Valéria Macedo Almeida Camilo, Jaiala Nascimento da Silva,
Fernanda Freitas, Isabella de Matos Mendes da Silva 91

Soberania e segurança alimentar: diálogos com o campo

Wilson Mazalla Neto,
Samantha Serra Costa 107

Fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar

Tatiana Ribeiro Velloso, Claudiano Carneiro da Cruz Neto,
Juliana Rodrigues Sampaio 127

**O papel da mulher no processo socioprodutivo
da agricultura familiar**

Maria da Conceição de Menezes Soglia, Tatiana Pacheco Rodrigues,
Rosana Vieira de Jesus Oliveira, Aila Pereira Santos 149

O trabalho associado em empreendimentos de mulheres

Eliene Gomes dos Anjos,
Alice Nascimento do Sacramento Salomão,
Ana Cristina de Assis Silva 171

Articulação entre universidades: Projeto Maria Camponesa

Aline de Oliveira Andrade,
Ana Lícia de Santana Stopilha 189

Design participativo: as “Marias do Cedro”

Carolina Fialho Silva, Fábio Souza da Hora,
Sidnara Ribeiro Sampaio, Tatiana Ribeiro Velloso..... 207

**Mapeamento participativo dos conflitos ambientais
no Recôncavo Baiano**

Marcelo Araujo,
Lorena Sales de Almeida 229

Sobre os autores 251

Prefácio

Gabriel Kraychete¹

Ao completar 15 anos, a Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBA da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB nos brinda com este livro que reflete o alcance e a maturidade do trabalho teórico e prático que realiza no âmbito da economia solidária. Em seu conjunto, os diferentes capítulos dialogam entre si e instigam a reflexão sobre a dinâmica peculiar dos empreendimentos econômicos solidários e a função das incubadoras universitárias na sua relação com esses empreendimentos, com a universidade e com o território no qual se inserem. Os textos não ficam na superfície descritiva de experiências, pois em toda a trajetória da INCUBA/UFRB, e subjacente à sua própria criação, o que está em questão é a produção de conhecimentos que resultam de uma determinada prática social tecida conjuntamente com os agentes populares.

Como indicam as autoras do texto que contam a trajetória e o histórico da INCUBA/UFRB, “o processo de incubação tem como um dos princípios a interação entre o saber sistematizado dos parceiros locais e da comunidade universitária e a vivência dos empreendimentos econômicos solidários (EES). Essa interação, por um lado, contribui para a construção de conhecimentos que propiciem uma melhoria das condições sociais e econômicas dos EES, e por outro lado, contribui para a formação da comunidade acadêmica e da própria estrutura universitária, voltada como instituição social de promoção de desenvolvimento territorial solidário”.

Os EES não podem ser analisados e compreendidos tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa

¹ Professor titular da Universidade Católica do Salvador - UCSAL (1986-2019), onde coordenou o Programa Economia dos Setores Populares. Atualmente é colaborador da INCUBA/UFRB.

capitalista. Entretanto, o conhecimento predominante tem por principal referência as características das empresas tradicionais, distanciando-se das realidades encontradas nos empreendimentos econômicos solidários. A INCUBA/UFRB enfrentou o desafio de produzir conhecimentos apropriados à dinâmica peculiar dos empreendimentos da economia solidária, desenvolvendo uma tecnologia social que brota “da relação entre os saberes e conhecimentos acadêmicos e populares”. Ou seja, não se trata de um trabalho tecnocrático, tido como hierarquicamente superior ou realizado por especialistas externos aos grupos populares, mas de um processo de construção coletiva de conhecimentos, que considera o contexto cultural e a lógica peculiar de funcionamento dos empreendimentos da economia solidária.

Os EES apresentam condições sociais singulares da reprodução coletiva em espaços rurais e urbanos. Eles não levitam num espaço vazio, mas localizam-se em determinados territórios, que se configuram como palco de determinadas relações sociais. Não se trata apenas de resolver problemas técnicos, comerciais ou estritamente econômicos dos empreendimentos solidários. Como assinala o autor do capítulo *Empreendimentos solidários: incubação e práticas formativas*, “o processo de incubação de EES é realizado na perspectiva de uma ação que vincule programas governamentais e políticas públicas territoriais de estruturação e sustentabilidade destes empreendimentos, na busca de qualificação profissional e na formação para o exercício da cidadania”.

Conforme as autoras do texto introdutório, a própria incubação de EES é uma tecnologia social que busca “a construção de caminhos para superação de desafios de exclusão material e imaterial, de forma dialógica com os sujeitos envolvidos”. Assim, o que se busca é fortalecer as relações de autonomia dos grupos, entendidas como a capacidade de influir na realidade em que se situam. Não se trata, portanto, de resolver apenas problemas particulares de cada empreendimento, como se a resolução de

problemas de cada um resultasse na sustentabilidade do todo. A sustentabilidade não é uma questão que se reduz à razão técnica, mas pressupõe o acesso a direitos e a efetivação de políticas públicas que contribuam para remover situações de privação e promover uma *ambiência* favorável ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários.

É nesse contexto que os diferentes capítulos do livro dialogam e se complementam, abordando temas como a dinâmica dos empreendimentos associativos, extensão universitária e o papel da universidade no processo de incubação, processos participativos para identidade visual dos empreendimentos solidários, mapeamento participativo de conflitos ambientais, mulheres trabalhadoras rurais, fortalecimento dos grupos produtivos da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional.

Por fim, quero agradecer o convite que me foi feito para escrever este prefácio. E ao fazê-lo, me dei conta de que a INCUBA/UFRB é essencialmente feminina. Os empreendimentos solidários que acompanha são formados, sobretudo, por mulheres. Esta obra é escrita majoritariamente por mulheres. Para mim, que ensinei durante mais de 30 anos na UCSAL, onde coordenei um programa de pesquisa e extensão na área da economia dos setores populares, é uma alegria e uma honra ser aceito como colaborador da INCUBA/UFRB e celebrar, nos seus 15 anos, a vitalidade de uma atividade que, a partir das suas singularidades, interage com a pesquisa e o ensino, compondo uma extensão universitária comprometida com uma prática social transformadora.

Apresentação

*Tatiana Ribeiro Velloso
Maria da Conceição de Menezes Soglia
Fernanda Freitas*

A construção deste livro traz a comemoração dos 15 anos de existência da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBA) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com sua trajetória na relação da extensão com o ensino e a pesquisa na articulação com as políticas afirmativas. Essa articulação busca a inclusão na estrutura universitária, os modos de viver e de produzir dos/as trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários (EES) com suas vivências, saberes e conhecimentos que perpassam no percurso formativo interdisciplinar e dialógico.

A criação da INCUBA/UFRB teve o fomento do Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PRONINC) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2007, como uma política conquistada e oportunizada para a universidade contribuir com a promoção e o fortalecimento de EES, e ao mesmo tempo, ter contribuições para a construção de conhecimentos permeados por diferentes saberes capazes de contribuir para a transformação social.

Assim, a Economia Solidária se institucionaliza no ambiente da UFRB que tem como princípios a inclusão, a democracia, a participação e a justiça social. A solidariedade e a reciprocidade fundamentam um modelo justo e inclusivo, em que o foco é a promoção da emancipação social a partir da melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Esta publicação apresenta a trajetória da INCUBA/UFRB com suas ações e práticas formativas ao longo dos seus 15 anos de existência. Esta obra foi organizada em 11 capítulos, construídos a partir das experiências

vivenciadas e dialogadas no acompanhamento dos EES pela equipe de docentes e discentes vinculados a incubadora, em quatro territórios de identidades no estado da Bahia (Recôncavo, Baixo Sul, Portal do Sertão e Vale do Jiquiriçá).

No primeiro capítulo as autoras relatam a história e a trajetória da INCUBA, que tem como propósito a partir de sua constituição em 2007, contribuir para a promoção e para o fortalecimento dos EES, a partir de processos formativos dialógicos indissociáveis entre ensino, extensão e pesquisa universitária na UFRB. No segundo capítulo intitulado: *Economia solidária nas universidades federais brasileiras*, a autora nos convida a refletir sobre o papel da universidade pública federal em um cenário neoliberal no Brasil e a sua relação com as ações e projetos de “economia solidária” desenvolvidos no âmbito das incubadoras universitárias, identificando que esses projetos são processualidades históricas que precisam ser desvendadas em sua íntima conexão com o contexto econômico, social, cultural e político.

Seguimos para o terceiro capítulo intitulado: *Incubação de empreendimentos solidários: extensão e práticas formativas* cuja finalidade primordial é discutir a incubação como ato pedagógico de formação e construção de conhecimentos, na relação com os EES que integram os projetos executados pela INCUBA, na sua trajetória ao longo de 15 anos de atuação. Nessa perspectiva a extensão universitária é utilizada e entendida como espaço de formação acadêmica voltada para a transformação da realidade social. O quarto e quinto capítulo tecem considerações a partir de referencial teórico sobre a agricultura familiar e sua multifuncionalidade, como estratégia para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, buscando compreender a partir das reflexões apresentadas pelos autores como a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar têm atuado e se inter-relacionado com a questão alimentar, a partir de seus conceitos e construções práticas.

Avançamos para o capítulo seis cujo objetivo é discutir as ações metodológicas de formação estabelecidas entre a INCUBA com os grupos produtivos da agricultura familiar, voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, na articulação de atividades acadêmicas a partir da relação com as políticas públicas, especialmente para as mulheres rurais do estado da Bahia. Essas mulheres, nas suas atividades produtivas, realizam funções em todos os âmbitos de trabalho, seja agrícola e não-agrícola, necessários para contribuir com a reprodução socioeconômica de suas famílias e da própria agricultura familiar. Os grupos produtivos acompanhados pela INCUBA são formados majoritariamente por mulheres rurais, nessa perspectiva os capítulos sete e oito aprofundam suas análises sobre o papel da mulher no processo sócioprodutivo da agricultura familiar bem como o trabalho associado em empreendimentos de mulheres numa abordagem interseccional, a partir de trabalhos acadêmicos da extensão universitária com mulheres rurais vinculadas as experiências de organização de empreendimento da agricultura familiar e economia solidária do Território do Recôncavo da Bahia. No capítulo nove da obra são apresentadas ações realizadas em parceria com a UFRB através da Pró-Reitoria de Extensão e da INCUBA, e a Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença (COOMAFES) - Projeto de Pesquisa e Extensão Maria Camponesa, desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus XV) onde desenvolvem um trabalho de acompanhamento e sistematização de pesquisas, além da realização de oficinas, cursos e eventos, no intuito de contribuir no desenvolvimento do público assistido e estreitar a relação entre universidade e comunidade.

No capítulo dez intitulado: *Design Participativo: as “Marias do Cedro”* traz reflexões e relatos da experiência concernentes ao desenvolvimento de design de identidade visual com a construção de uma marca para o Grupo de Mulheres da Agricultura Familiar “Marias do Cedro”, da Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoa do Cedro, situado em Cruz

das Almas - Bahia. Um dos grupos produtivos acompanhados também pela INCUBA, na articulação com as ações acadêmicas de ensino das Licenciaturas em Educação do Campo da UFRB. Foi necessário aproximar-se da comunidade e reconhecer os seus saberes e a sua autonomia, visto que o design não apenas deve figurar como objetivação de um produto técnico, mas atuar como meio de melhoria das condições sociais e econômicas da agricultura familiar, especialmente das mulheres rurais. O design foi uma estratégia de estabelecer um processo dialógico entre a universidade e a comunidade, como forma de visibilizar os saberes e especialmente uma marca que traduza a identidade do Grupo de Mulheres da Agricultura Familiar “Marias do Cedro”.

Finalizamos a obra com o capítulo que trata do *Mapeamento participativo dos conflitos ambientais no Recôncavo Baiano* evidenciando a pertinência do mapeamento participativo enquanto uma estratégia para melhor compreensão dos conflitos ambientais no contexto dos territórios quilombolas no Recôncavo da Bahia de modo que a ação, torne-se um programa que permita o monitoramento contínuo dos territórios, em prol dos direitos das comunidades, em defesa dos seus modos de vida e do desenvolvimento de suas atividades econômicas, ações que são o objetivo principal da INCUBA, nas diversas parcerias que vem executando junto às organizações locais.

Ótima leitura!

História e trajetória da INCUBA/UFRB

Tatiana Ribeiro Velloso

Ana Elisa Vinhas Del´Arco

Maria da Conceição de Menezes Soglia

Isabel de Jesus Santos dos Santos

Introdução

Este texto tem como objetivo relatar a trajetória da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, criada em 2007, através do fomento do Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PRONINC) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Sua constituição teve o propósito de contribuir para a promoção e para o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários (EES), a partir de processos formativos dialógicos indissociáveis entre ensino, extensão e pesquisa universitária na UFRB.

Essa formação envolve tanto os sujeitos dos EES como os acadêmicos, que buscam a valorização da diversificação da produção, através das tecnologias sociais associadas às políticas públicas territoriais, como forma de contribuir para a promoção de trabalho, renda e cidadania. A INCUBA tem atuado como estrutura acadêmica que promove o processo educativo, cultural e científico interdisciplinar, com impacto na formação acadêmica e na transformação social com referência na economia solidária e nas tecnologias sociais.

Assim, a INCUBA tem na sua metodologia de atuação a promoção do desenvolvimento territorial, integrando suas ações com os Colegiados Territoriais, especialmente do Recôncavo da Bahia e do Portal do Sertão; e no ambiente acadêmico, associa-se com o ensino, como também na arti-

culação com outros grupos de pesquisa e de extensão da UFRB, de outras instituições de ensino públicas e de organizações da sociedade civil. Destaca-se, aqui, a relação com a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, por meio da Incubadora de Empreendimentos Solidários, INCUBA/UNEB – e com a Universidade Católica do Salvador – UCSal, por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP.

Esta relação acadêmica interinstitucional e metodológica propiciou a formação de uma Rede de Intercooperação entre a extensão, a pesquisa e o ensino universitário, com ações voltadas para a economia solidária e as tecnologias sociais. São categorias fundantes da universidade como uma instituição social, como afirma Chauí (2003, p. 9), com o comprometimento “com a vida de suas sociedades e articuladas a poderes e direitos democráticos”.

Por economia solidária, entende-se um conjunto de atividades, em diversos setores econômicos e espaços, desenvolvido por grupos supra-familiares, formalizados ou não, que possuem interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, com propriedade coletiva e que partilham os resultados proporcionalmente aos seus esforços. São experiências que têm princípios de exercício de práticas participativas nos processos de trabalho, sem subordinação frente ao capital; e de garantia de direitos fundamentais, com igualdade de oportunidades e de luta por justiça social e pela democracia (SINGER, 2000).

São modos de vida que têm sua história interligada na luta da classe trabalhadora, na sobrevivência imediata com defesa da própria dignidade; ao mesmo tempo, de uma convivência humana, assentada na igualdade, na participação comunitária e na liberdade². Conforme Singer (2000), a economia solidária surge da experiência prática da classe traba-

² Esses modos de vida têm referência, desde o Brasil Colônia, com as comunidades tradicionais: os povos originários indígenas, ocupantes do território, antes da invasão dos colonizadores portugueses; e as comunidades quilombolas, que representavam espaços comunitários de resistência e de luta contra o regime de escravidão que foram submetidos pelos colonizadores.

lhadora, que ao longo da história, em diversos países, vem procurando alternativas frente à desigualdade e à marginalização produzidas pelas relações de subordinação, características do modo de produção capitalista.

A economia solidária como gênese da luta da classe trabalhadora estabelece alianças com outros sujeitos da sociedade para garantir espaços estruturantes, superando a visão de *mitigação* das mazelas causadas pelo sistema capitalista. Entre essas alianças, é importante destacar a ocupação em todos os níveis do espaço formal da educação, em especial do ensino superior, a partir da defesa da universidade pública.

O envolvimento das universidades tem sido importante no apoio às iniciativas da economia solidária em vista da sua capacidade de pesquisa, extensão e transferência de tecnologia, portanto, na elaboração teórica e realização de atividades práticas executadas por meio das ações desenvolvidas nas Incubadoras Universitárias com envolvimento de professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos. As Incubadoras atendem às demandas tanto dos trabalhadores diretamente bem como as dos poderes públicos que procuram parcerias para apoiar a formação de empreendimentos econômicos solidários (CULTI, 2007, p. 20).

Chauí (2003) defende a universidade pública em uma perspectiva da formação e da democratização, e que assegure a universalidade dos conhecimentos e a especificidade territorial, em que saberes, conhecimentos, culturas e costumes ancestrais estejam no processo acadêmico dialógico, voltados para os direitos das pessoas, e não da acumulação de capital por poucos privilegiados historicamente.

Portanto, o desenvolvimento de processos formativos que tenham a centralidade no território e na realidade sociocultural dos sujeitos da economia solidária pode contrapor as lógicas capitalistas (OLIVEIRA; ELY, 2017). Nesse sentido, a articulação entre os saberes e conhecimentos acadêmicos e populares está presente na economia solidária, e a partir das tecnologias sociais abrem caminhos emancipatórios para transformação da realidade de desigualdades históricas.

Nessa trajetória, a INCUBA fez sua construção de caminhos para a superação de desafios de exclusão material e imaterial, de forma dialógica com os sujeitos envolvidos e a partir das tecnologias sociais. Assim, as tecnologias sociais buscam a construção de caminhos para a superação de desafios de exclusão material e imaterial, de maneira simples e acessível, e exige o diálogo e a relação entre os saberes e conhecimentos acadêmicos e populares. Podem ser produtos e processos, aplicados de modo crítico e participativo. Considera-se que a própria incubação de EES é uma tecnologia social.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a história e a trajetória da INCUBA/UFRB, por meio de sua atuação enquanto um programa de extensão integrado com as atividades acadêmicas do ensino, pesquisa, e da extensão, na relação com a economia solidária e as tecnologias sociais. Para tanto, foi necessário contextualizar a constituição da INCUBA no ambiente da UFRB, e sua relação com outras instituições públicas e organizações da sociedade civil no ambiente territorial e discutir os aprendizados oportunizados na relação acadêmica e territorial, a partir dos processos de incubação de EES no estado da Bahia.

A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, através da pesquisa documental e bibliográfica, com acesso aos relatórios das atividades e dos projetos da INCUBA no período de 2007 a 2020, além dos referenciais sobre a economia solidária e a política das incubadoras no ambiente universitário.

A trajetória e a história da INCUBA se confunde com a própria história da UFRB na comemoração dos seus 15 anos, em que se compreende que as atividades desenvolvidas pela incubadora contribuíram para a consolidação da universidade em sua missão enquanto uma instituição social no ambiente territorial. Essa dinâmica traz o exercício de um programa na multicampia de natureza interdisciplinar e dialógica, e suas contribuições no repensar o papel do conhecimento acadêmico, frente à realidade da diversidade cultural e de saberes que constituem a base territorial.

Portanto, são contribuições que a universidade propiciou no impacto da formação acadêmica e nas transformações sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais, com implicação no seu papel de instituição social que teve contribuições a partir da relação dialógica e interdisciplinar na sua relação com os sujeitos e redes dos EES. Essa relação tem referencial da educação popular, enquanto um movimento pedagógico que considera a importância do espaço formal e não formal da educação, em uma perspectiva libertária e emancipadora, fundada nos princípios de participação social, humanística, crítica e de justiça social, em que mulheres e homens compreendam que são sujeitos da própria história. Essa dinâmica educativa fortalece a consciência de classe, que integra o respeito aos modos de vida na sua diversidade cultural e identitária dos sujeitos e redes de EES.

Uma universidade chamada “Recôncavo”

A luta pela oferta de Ensino Superior Federal no interior da Bahia remonta ao século XIX³. A história da UFRB tem sua trajetória vinculada ao desenvolvimento das Ciências Agrárias na América Latina, quando em 1859, D. Pedro II criou o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. Sua inauguração foi em sessão solene presidida pelo imperador D. Pedro II, por meio do Decreto Imperial n. 2.500-A, no Paço Imperial da Capital Baiana. Em 1862, o Instituto cria uma comissão que planeja a criação da Escola Agrícola da Bahia, inaugurada em 15 de fevereiro de 1877, no Engenho de São Bento das Lages, em São Francisco do Conde, no Recôncavo (UFRB, [20--]).

Boaventura (2009), ao analisar o Ensino Superior no Brasil Colônia, a partir da vinda da família real de Portugal (1882 a 1889), aponta que esse ensino foi voltado para formação de burocratas para o Estado e de pro-

³ A Ata da Vereação, de 14 de junho de 1822, do Senado da Câmara da Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, encaminha um conjunto de reivindicações como resposta aos artigos dos deputados em observância do ofício da Excelentíssima Junta do Governo da Província, e que pauta a fundação “quanto antes uma Universidade” (PEDREIRA, 1973).

fissionais liberais. Na Bahia, além da ênfase na Medicina⁴, destacou-se a criação de curso na área da Agricultura com vinculação com a exportação de açúcar, fumo e outros produtos coloniais, no contexto das grandes parcelas de terras que se configuram em latifúndios⁵ e do trabalho escravocrata. O curso na área da Agricultura teve o objetivo de:

umentar a opulência e a prosperidade, utilizando-se a fertilidade do solo. A agricultura, quando bem entendida e praticada, era considerada como a primeira fonte de abundância e de riqueza nacional. A corte mandava que o conde dos Arcos estabelecesse o curso para instrução pública dos habitantes dessa capitania e que servisse de normas para as demais capitanias (BOAVENTURA, 2009, p. 135).

Até então são estruturas isoladas de ensino superior, sem a constituição de uma universidade, apesar de iniciativas e solicitações ao Senado da Câmara de Salvador, em que só viria depois de 1920 (BOAVENTURA, 2009). O movimento tardio de constituição de universidade no Brasil tem ligação com a visão de acesso à educação para uma elite colonizadora, em que a educação assume o papel de qualificar a mão de obra para manutenção de um modelo tanto de exploração das riquezas naturais, como de alienação da população.

É o que Silva (2015a, p. 14285) aponta sobre a educação no Brasil, que “fora objeto de controle ora da Igreja, ora do Estado português e passando a ser, posteriormente, do Estado brasileiro”, em que este atraso “no

⁴ A primeira escola de nível superior no Brasil, denominada de Escola de Cirurgia da Bahia, foi criada em 18 de fevereiro de 1808, por D. João VI. Atualmente é a Faculdade de Medicina do Bahia (FAMEB), vinculada à Universidade Federal da Bahia (MARTINS, 2002).

⁵ Segundo Talaska e Etges (2017, p. 72), os latifúndios “fazem parte de um conjunto de conceitos interpretativos importantes que relevam uma perspectiva patrimonialista da posse e propriedade da terra no Brasil, manifestada tanto em análises históricas, quanto em análises da conformação da própria realidade agrária do país”. Esta categoria foi incluída à legislação brasileira no Estatuto da Terra, em 1964, para determinação de uma tipologia de diferentes propriedades rurais no Brasil. Apesar da incorporação em 1964, esta tipologia foi a base da colonização brasileira, especialmente em 1850 quanto a terra é institucionalizada em mercadoria (Lei de Terras de 1850) e faz parte do modelo agroexportador ao lado do trabalho escravocrata (com a abolição do tráfico de escravo em 1854, e o “fim” da escravatura em 1888). Esses autores abordam que esta categoria foi suprimida das estatísticas e dos dados oficiais, mas a sua existência ainda é presente quando se trata do contexto do espaço agrário brasileiro.

sistema educacional refletiu em uma sociedade com baixa escolaridade, desenvolvimento econômico e social”. É a instrumentalização histórica a que a educação foi submetida, em uma configuração de garantir os interesses de uma elite com poderes políticos e econômicos de dominação. Essa história marca as contradições vividas no sistema educacional brasileiro, especialmente no ensino superior público.

Em 1938, recria a Escola Agrônômica da Bahia, através do Decreto nº. 10.821, que determina a sua interiorização, e em 1940 marca a construção da nova Escola Agrícola da Bahia, em Cruz das Almas, no Recôncavo. Boaventura (2009, p. 48) afirma que:

depois de fundada a Universidade da Bahia, em 1946, a administração estadual continuou mantendo a Escola de Agronomia de Cruz das Almas e criou a de Medicina Veterinária, pela Lei Estadual no. 423, de 20 de outubro de 1951, no governo Regis Pacheco (1951-1955), sendo secretário de Agricultura Nonato Marques. Em 1967, as Escolas de Agronomia e Medicina Veterinária passaram a integrar a Universidade Federal.

Portanto, a Escola de Agronomia é federalizada, em 1967, incorporando-se ao patrimônio da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Até o século XXI, no estado da Bahia existia apenas uma Universidade Federal, apesar de sua extensão territorial, centrada na capital de Salvador e com apenas uma unidade no interior, a Escola de Agronomia, com sede no município de Cruz das Almas.

A partir de 2003, houve um movimento de expansão e interiorização do ensino público federal, com o compromisso de um Governo Federal com a constituição de políticas públicas aliado a um processo de mobilização dos sujeitos do chamado “Grande Recôncavo”⁶, que hoje se con-

⁶ O Recôncavo Baiano tem o reconhecimento como uma das regiões brasileiras que exerceu papel importante no Brasil Colônia, com influência na identidade do estado da Bahia, formando a primeira rede urbana do Brasil (SILVA, 2015b). Segundo Milton Santos (1960), o Recôncavo na sua articulação de fluxos entre a capital da Colônia, Salvador, e o Sertão do Brasil, tinha uma amplitude ampliada na sua configuração geográfica, quando comparada com o Território de Identidade, constituída enquanto política pública de regionalização em 2014, pelo Governo do estado da Bahia.

figuram nos Territórios de Identidade⁷ do Recôncavo, do Vale do Jiquiriçá e do Portal do Sertão. Foi constituída, em 2005, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Essa mobilização teve uma dinâmica baseada nas necessidades sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais da população do Recôncavo, com seus desafios ainda enfrentados deste a época colonial.

A constituição da UFRB teve uma dinâmica fundamentada na Ecologia de Saberes. Santos (2008) considera que as instituições de ensino superior têm referência em uma universalidade do conhecimento produzido pela Europa colonizadora, e problematizam a necessidade de se confrontar com o reconhecimento da diversidade epistemológica, ontológica e cultural. É o que denomina de “descolonização” do conhecimento e da cultura, e das próprias instituições para que sejam capazes de promoverem uma educação transformadora, a partir da pluralidade intercultural de saberes.

A educação transformadora é implicada com a formação de sujeitos críticos capazes de promoverem rupturas de alienação e de condições de desigualdades a que foram submetidos historicamente. Para essa formação, não cabe o *negacionismo* da ciência e muito menos o *discurso de ódio*, mas a compreensão que a Ecologia de Saberes emerge de:

um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade de diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clamam sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir nos conhecimentos abstractos, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de práticas de saberes (SANTOS, 2008, p. 154).

⁷ A regionalização em Territórios de Identidade no estado da Bahia foi institucionalizada em dezembro de 2014, publicada na Lei nº 13.214, que apontam os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial. Houve a formação de 27 Territórios de Identidade.

Cabe destacar em um modelo com tais especificações, o sentido da Ecologia de Saberes, uma das bases da identidade institucional da UFRB, trata-se de conceber nas matrizes do sistema, em especial na extensão, uma atividade invertida, ou seja, em uma relação dialógica entre a universidade e os outros setores da sociedade, especialmente no que diz respeito ao compromisso com os povos do “Grande Recôncavo”.

Entende-se que a garantia de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada é condição à constituição da democracia (MARTINS, 2017). Especialmente no ensino superior, o INEP (2010) afirma que houve um crescimento no número de matrículas, em 2001 com 3.036.113, para 6.379.299 em 2010. Em 2019, o número de matrículas cresce para 8.603.824 (INEP, 2019).

Observa-se que mais que dobrou no Brasil o número de matrículas no ensino superior em uma década (2001 a 2010), e quase triplicou em duas décadas (2001 a 2019). Apesar desse crescimento contínuo de matrículas no ensino superior, existe a discussão da permanência e do conceito de qualidade no processo formativo. Segundo Martins (2017, p. 2), no Brasil ainda se enfrenta a existência do analfabetismo, em que o “direito à educação ainda é um projeto em construção”. Destaca ainda que na história do passado colonial, a educação “foi monopolizada pelos interesses e necessidades das elites que por aqui se constituíram”, e que tem o desafio na história nacional de constituição de uma educação escolar, nos seus diferentes níveis, verdadeiramente pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

Azevedo (2007, p. 11) analisa que a qualidade socialmente referenciada contrapõe a percepção de uma escola que se adapta “aos princípios e valores da economia de mercado, formando cidadãos clientes, produtores e consumidores, identificados com a ideologia de mercado. É a transformação da escola em uma instituição educadora da cultura de mercado, a *mercoescola*”. Ou seja, há introdução no ambiente formal da educação a

lógica de uma empresa, centrada em valores de competição, produtividade, eficiência, eficácia e avaliação seletiva e classificatória.

Portanto, o desafio de constituição de uma educação socialmente referendada é enfatizar a cidadania, a partir dos princípios da cooperação, da solidariedade, da humanização, da autonomia, do respeito à pluralidade cultural e de saberes e da defesa da vida. É uma educação referendada em um projeto de sociedade com equidade e justiça social, implicada com os sujeitos que historicamente foram violentados a partir de negação de direitos e de condições de vida materiais e imateriais de sua cultura, modos de vida e de identidade.

A constituição de uma Universidade chamada “Recôncavo” tem o desafio de oportunizar o acesso ao ensino superior para os segmentos populares, no “Grande Recôncavo”, que tem de forma marcante uma população negra, mas ao mesmo tempo “incorpora as contradições de Sociedade de classes e suas lutas e as conduz no bojo do próprio Estado” (FERREIRA, 1984, p. 163).

A UFRB⁸ na sua construção histórica do/no Recôncavo traz contribuições tanto no acesso/permanência no ensino superior federal, como de construção de currículos através de cursos de graduação e de pós-graduação, como de componentes curriculares, de programas/projetos de extensão e de pesquisa e das ações afirmativas que possibilitem o encontro de saberes, a partir da promoção da diversidade e da pluralidade por justiça cognitiva nas relações horizontais, com a participação social de diferentes saberes e sujeitos.

⁸ A estrutura da UFRB foi constituída em sete Centros de Ensino localizados em seis Campi de três Territórios de Identidade, em dois momentos: em 2005, no Território do Vale do Jiquiriçá, em Amargosa com o Centro de Formação de Professores (CFP); e no Território do Recôncavo da Bahia, em Cruz das Almas com os Centros de Ensino de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCA-AB) e de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); em Santo Antônio de Jesus, com o Centro de Ciência da Saúde (CCS); em Cachoeira, com o Centro de Humanidades, Letras e Artes (CAHL). Em 2013, no Território do Recôncavo, em Santo Amaro, com o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT); e no Território do Portal do Sertão, em Feira de Santana, com o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS).

É sabido que a universidade é anterior ao Estado moderno, e como instituição também incorpora interesses da classe trabalhadora no que diz respeito à ciência e tecnologia. Isso só é possível quando o corpo docente e discente das instituições conhecem o chão das fábricas e os campos agrários. Nesse bojo, nasce a Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários da UFRB.

A construção da INCUBA/UFRB

No processo de consolidação da UFRB, no segundo ano de sua criação, um grupo de docentes do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e do Centro de Ciências da Saúde (CCS), através da mobilização da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), iniciou o processo de construção de uma proposta para ser submetida ao edital do PRONINC da SENAES/MTE, em 2007.

O PRONINC é um programa que tem como objetivo promover o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, conforme Decreto nº. 7.357 de 17/11/2010. Segundo este decreto, o PRONINC é destinado às incubadoras universitárias com os objetivos de promover:

I) geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários; II) construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários pós-incubação; III) articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional; IV) desenvolvimento de novas metodologias de incubação de empreendimentos econômicos solidários articuladas a processos de desenvolvimento local ou territorial; V) formação de discentes universitários em economia solidária; e VI) criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior (BRASIL, 2010, artigo 2º).

Iniciado em 1998 e extinto em 2016, o PRONINC pode ser considerado uma das mais relevantes políticas do campo da economia solidária, uma vez que atuou de forma estratégica, ao financiar, simultaneamente, empreendimentos de economia solidária e grupos de pesquisadores, técnicos e estudantes comprometidos em produzir conhecimento a partir das demandas populares (BRASIL, 2020).

A incubação de EES pode ser compreendida como um conjunto de atividades acadêmicas relacionadas com o processo de formação e de assessoria aos empreendimentos econômicos solidários, a partir de espaços dialógicos e interdisciplinares de conhecimentos e de saberes. Esses espaços são constituídos através do desenvolvimento de programas ou projetos de extensão de forma indissociável com a pesquisa e o ensino, no processo de formação dos sujeitos da academia e dos EES, a partir da promoção de uma educação popular pautada na autonomia organizativa e no desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão.

O Edital do PRONINC 2007 teve uma articulação com as fontes executoras, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), da FINEP e da Fundação Banco do Brasil, e que apresentou a possibilidade de apoio para duas modalidades de incubadoras: as existentes e as novas incubadoras (FRAGA, 2012). A proposta construída pela equipe da UFRB, intitulada “Universidades em Cooperação: Constituição de Incubadora de Empreendimentos Solidários Populares da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia”, foi composta por cinco docentes, e teve apoio da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO, uma rede de incubadoras e de núcleos de estudos sobre o Mundo do Trabalho e Economia Solidária nas Instituições Públicas de Ensino Superior.

A proposta submetida no Edital pela INCUBA/UFRB foi aprovada, mas não foi operacionalizado o Plano de Trabalho que constava ba-

sicamente de bolsas de extensão e recursos de custeio para garantia de atividades formativas com os cinco EES do Recôncavo. Esses EES foram incluídos na proposta, a partir da visitação e de construção de ações no processo de incubação, localizados em Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Saubara e Santo Amaro. Esse projeto foi apoiado financeiramente pelo MEC (materiais de consumo) e pelo MDS (bolsas, custeio e equipamentos). Entretanto, a INCUBA/UFRB só teve apoio do MEC com os materiais de consumo, e até o momento, por questões administrativas do MDS, não ocorreu o aporte financeiro devido.

Em 2008, a INCUBA/UFRB junto com a INCUBA/UNEB desenvolveram atividades formativas com as incubadoras do estado da Bahia, de Sergipe e de Alagoas – as incubadoras da UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana, UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz, UFS – Universidade Federal de Sergipe e UFAL – Universidade Federal de Alagoas. Entre as atividades desenvolvidas estão as oficinas de metodologia de incubação e de estudo de viabilidade de empreendimentos associativos e gestão democrática, em parceria com a incubadora da Universidade Católica do Salvador – UCSal e com a CAPINA – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa.

O Ano de 2008 foi marcado também como um período de apresentação da INCUBA nos cinco Centros de Ensino da UFRB, existentes na época: em Cruz das Almas, no CCAAB e no CETEC, como sua base de funcionamento; em Santo Antônio de Jesus, no CCS; em Cachoeira, no CAHL; e em Amargosa, no CFP. Ao mesmo tempo, houve a busca por outras fontes de recursos para a efetiva implantação da INCUBA, e foram submetidos dois projetos no Edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI/Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE nº 007/2008 – Apoio às Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários: um com coor-

denação da UFRB, e outro de uma organização parceira, a Comissão Ecu-
mênica dos Direitos da Terra – CEDITER.

Esses projetos viabilizaram as ações de incubação com os EES da proposta inicial do PRONINC–2007, com disponibilização de bolsistas de extensão e de técnicos egressos da UFRB, com estruturação física de funcionamento dos EES. Foram estes editais que possibilitaram o processo de incubação das mulheres rurais de São Felipe e Maragojipe para acessarem as cantinas universitárias do Campus de Cruz das Almas.

A configuração de acesso às cantinas universitárias pelos grupos foi discutida com a Gestão da UFRB para que pudesse ser realizado no formato de Chamadas Públicas, como maneira de proporcionar o papel institucional da universidade de inclusão social e econômica, mas ao mesmo tempo de oportunizar espaços de formação acadêmica, especialmente com a constituição do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, em 2008.

Foi submetido pela INCUBA um Programa denominado “Programa de Desenvolvimento Territorial Solidário – PRODETES: estruturação e fortalecimento de empreendimentos da economia solidária do Recôncavo da Bahia”, no Edital nº. 06/2009 do PROEXT/MEC/SESu, a partir da Linha 4 – Trabalho, Emprego e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários. A partir da aprovação desse programa em 2010, foi possível ter acesso à estruturação física da própria incubadora, com formação da equipe acadêmica e dos sujeitos dos EES, com referencial conceitual e metodológico de processos de incubação articulados com a dinâmica territorial.

Este programa consolidou o trabalho da INCUBA articulado com o Colegiado Territorial do Recôncavo, possibilitando a articulação e a integração com 14 projetos que envolviam diretamente os EES formados por agricultores familiares, quilombolas, catadores de materiais reciclados, pescadores e marisqueiras e mulheres urbanas. Ainda contou com a parceria da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil como entidade nacional de representação dos EES, e a Base de Serviço de Comercia-

lização do SECAFES – Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No período de 2007 a 2010, outro desafio enfrentado foi a ausência de estrutura física de funcionamento da INCUBA. Uma sala de 4 m² foi disponibilizada basicamente para guardar os materiais adquiridos pelo Edital da FAPESB 2008. Em 2010, foi disponibilizada pela Reitoria da UFRB uma estrutura (Figura 1) no Campus de Cruz das Almas, com mobiliários e equipamentos disponibilizados pelo PRODETES para funcionamento da INCUBA/UFRB. Na oportunidade foi integrado no mesmo espaço físico o CODETER – Recôncavo e a Base de Serviço Territorial/ SECAFES. Para tanto, a INCUBA se institucionaliza como Grupo de Pesquisa no CNPq.

Figura 1. Infraestrutura de funcionamento da INCUBA/ UFRB, CODETER – Recôncavo e Base Territorial de Serviços à Comercialização – Campus de Cruz das Almas - UFRB – 2010.



Fotos: Tatiana Velloso (2010).

A infraestrutura estabelecida em 2010 junto com propostas aprovadas nos Editais da FAPESB e do PROEXT/MEC/SESu estabeleceram uma dinâmica de funcionamento na INCUBA/UFRB. Nesse período, para além dos docentes e discentes do CCAAB, havia um servidor técnico administrativo, e foram incorporados docentes e discentes do CFP, do CCS, do CETEC e do CAHL na equipe da INCUBA/UFRB, com total de 14 docentes e 12 bolsistas estudantes de graduação. Essas bolsas tiveram os recursos financeiros tanto dos referidos editais com propostas aprovadas e em execução, como do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX/UFRB.

Como pode ser observado no Quadro 1, ao longo de 15 anos de existência, a equipe da INCUBA acessou editais públicos com projetos e programas de extensão aprovados. Todos os projetos encaminhados pela INCUBA envolvem obrigatoriamente bolsas para os estudantes de graduação, sejam em forma de bolsa de extensão ou de estágio supervisionado não obrigatório. Além das bolsas, há priorização da estruturação física dos EES. Vale a pena ressaltar que muitos dos EES parceiros tiveram suas estruturas consolidadas com apoio destes projetos, assim como de articulação com acesso as políticas públicas, especialmente da agricultura familiar e dos catadores de materiais recicláveis.

As coordenações dos projetos e programas, conforme Quadro 1, variam de acordo com o perfil apresentado nos respectivos Editais. Entretanto, na equipe acadêmica há a participação de todos os membros, com definição de participação na execução das atividades, a partir da área de conhecimento e de disponibilidade de cada docente. A INCUBA/UFRB tem exercitado a *multicampia* com reuniões ordinárias e oficinas sistemáticas de formação da equipe e dos EES. Ao longo da história, experimentou diversas formas de gestão, em que conta atualmente com coordenações estabelecidas por Centro de Ensino por um docente, com a incorporação, em 2013, do CETENS – Campus de Feira de Santana.

Quadro 1. Programas e Projetos de Extensão aprovados pela equipe da INCUBA/UFRB de execução direta no período de 2007 a 2021.

Títulos dos Programas e Projetos de Extensão	Agências Financiadoras dos Editais Públicos	Vigência
Universidades em Cooperação: Constituição de Incubadora de Empreendimentos Solidários Populares da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	MEC/MDS (PRONINC)	2007 – 2009
Cooperar para Desenvolver	FAPESB/SETRE	2008 – 2011
Programa de Desenvolvimento Territorial Solidário - PRODETES: Estruturação e fortalecimento de empreendimentos de economia solidária do Recôncavo da Bahia	PROEXT/MEC/SESu	2009 – 2010
Projeto de Formação em Transformação Social e Economia Solidária	PROEXT/MEC/SESu	2010 – 2011
Ações ergonômicas e de reestruturação produtiva para promoção de saúde e desenvolvimento de trabalhadores vinculados a empreendimentos solidários da Bahia	PROEXT/MEC/SESu	2010 – 2011
Desenvolvimento Institucional da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB	SENAES/MTE (PRONINC)	2011 – 2012
Saberes e Sabores Quilombolas	FAPESB/SECTI/ Secretaria do Meio Ambiente - SEMA	2011 – 2013
Cata Renda: Estruturação da Gestão Coletiva de Reciclagem de Resíduos Sólidos em Cruz das Almas - BA	FAPESB/SECTI/SEMA	2011 – 2013
Tecnologia Social e Cidadania Alternativa para Inclusão Social	FINEP (PRONINC)	2010 – 2012
PROCATEDES: Estratégias e Viabilidade de Empreendimentos Solidários Populares da Cadeia do Turismo da Costa do Dendê – Bahia	FINEP/Ministério do Turismo	2011 – 2012
Projeto Redes Solidárias para o Trabalho Decente e Preservação do Meio Ambiente	SENAES/MTE	2012 – 2014
Rede da Terra	FAPESB/SECTI	2011 – 2013
Mulheres de Fibra	FAPESB/SECTI	2011 – 2013

Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial: Fortalecimento da Política de Desenvolvimento Territorial do Recôncavo da Bahia, do Vale do Jequiriçá e do Portal do Sertão - BA	CNPq/MDA	2014 – 2016
Fortalecimento do Processo de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Bahia	CNPq/SENAES (PRONINC)	2015 – 2016
Fortalecimento do Processo de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Bahia	CNPq/SENAES (PRONINC)	2017 – 2018
TECSOL - Tecnologias Sociais para Sistemas de Produção e Beneficiamento de Frutas de Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Familiar dos Territórios do Portal do Sertão e Sisal - BA	CNPq	2019 – 2021
Projeto de Fortalecimento de Grupos Produtivos da Agricultura Familiar no estado da Bahia	MDA/SEAD/MAPA	2018 – 2021

Fonte: Autoral (2021).

Ao longo da sua história, estiveram vinculados à INCUBA vinte e cinco docentes, mais de duzentos bolsistas da graduação⁹ de extensão, de pesquisa, de ensino (estágio) e de projetos vinculados ao Programa de Permanência Qualificada (PPQ), como de quinze bolsistas egressos como política de pós-permanência (CNPq, FINEP e FAPESB) e uma pesquisadora local (FAPESB). As bolsas de extensão e de ensino (estágio) também foram oportunizadas para estudantes de graduação de outras IES, como da UNEB, da UEFS, do IFBA e da UCSal.

Conforme Quadro 1, foram 18 projetos e programas executados com financiamento, sendo 5 do PRONINC, 5 da FAPESB, 3 do PROEXT/

⁹ Foram envolvidos estudantes de graduação dos Cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Zootecnia, Tecnologia em Agroecologia, Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Biologia, Engenharia Sanitária e Ambiental, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social – Jornalismo, Licenciatura em História, Serviço Social, Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, Pedagogia, Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias, Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática, Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade e Tecnologia em Alimentos.

MEC/SESu, 5 de Ministérios Federais articulados com CNPq, FINEP ou diretamente. Pode-se observar que a UFRB integrou ao PRONINC, mas articulou com outros programas destinados à economia solidária e às tecnologias sociais. O PRONINC se tornou política pública em 2010, e é acessado pelas incubadoras universitárias em diversas modalidades por meio de editais públicos, com mais de 40 incubadoras universitárias apoiadas pelo Governo Federal no Brasil. A partir de 2013, o PRONINC foi operacionalizado na relação com o CNPq, por conta das dificuldades operacionais apresentadas pelas IES na execução direta.

Segundo o MTE (2011), as incubadoras universitárias assumem como agentes de apoio e fomento de EES, ao mesmo tempo em que se destacam como espaço de formação e de desenvolvimento de conhecimentos e subsídios às ações na área da economia solidária. Esse espaço é visto ao longo dos 15 anos da INCUBA, que estabeleceu parceria com 31 EES localizados nos Territórios do Recôncavo da Bahia (12), Portal do Sertão (4), Baixo Sul (5), Vale do Jiquiriçá (3), Sisal (4) e Região Metropolitana de Salvador (3). São EES representados majoritariamente pela agricultura familiar (80%), seguidos pelos catadores de materiais reciclados e urbanos (20%).

É importante destacar que a INCUBA, como Grupo de Pesquisa, integra a execução de 22 projetos de pesquisa (Quadro 2), com financiamento do CNPq, da FAPESB e sem financiamento. Estes projetos seguiram as seguintes linhas de pesquisa: Aspectos Jurídicos dos Empreendimentos Econômicos Solidários; Educação Popular; Finanças dos Empreendimentos Econômicos Solidários; Marketing e Comercialização Solidária; Meio Ambiente; Movimentos e Organizações Sociais; Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial; e Saúde Pública e Alimentação Coletiva.

Quadro 2. Projetos de Pesquisa executados por integrantes da INCUBA/UFRB no período de 2008 a 2022.

Títulos dos Projetos de Pesquisa	Vigência
Análise da Política de Desenvolvimento Territorial na Bahia: os impactos socioeconômicos e ambientais nas organizações produtivas da agricultura familiar	2008 – 2012
Análise do processo de planejamento de desenvolvimento sustentável rural do Território da Cidadania do Sisal – Bahia	2010 – 2011
Cidadania Quilombola: fortalecimento da organização produtiva das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape	2010 – 2012
Re-significação da manipulação de alimentos para controle e combate a insegurança alimentar	2010 – 2011
Análise sensorial e quantificação de nitrato em hortaliças cultivadas em hidroponia com águas salobras	2010 – 2011
Mulheres mariscando e pescando sonhos: re-significação da manipulação dos alimentos para inclusão social	2011 – 2013
Sensibilização de agricultoras familiares: uma proposta de diagnóstico e intervenção para promoção de segurança alimentar	2011 – 2013
Inclusão social de famílias quilombolas da Bacia e Vale do Iguape (Bahia) pela melhoria do processo produtivo de ostras	2012 – 2015
Microbiologia, toxicologia e histopatologia de ostras (<i>Crassostrea rhizophorae</i>) cultivada na reserva marinha Baía de Iguape, Bahia	2013 – 2016
Condições microbiológicas de ostras (<i>Crassostrea rhizophorae</i>) e água de cultivo e susceptibilidade de <i>Escherichia coli</i> a óleo de <i>Lippia origanoides</i> Kunth	2015 – 2016
Rede de Universidades na Avaliação do Programa Mais Gestão	2015 – 2017
Para onde caminham as cooperativas de trabalho? Uma análise no campo da Economia Solidária	2015 – 2017
Condições Sanitárias dos alimentos produzidos por agricultoras familiares de empreendimentos econômicos solidários	2016 – 2017
Análise sensorial, físico-química e microbiológica de pescados comercializados em feiras livres da região do Recôncavo da Bahia	2016 – 2018
Prospecção de micro-organismos em águas destinadas a produção de alimentos em unidades de empreendimento econômico solidário	2017 – 2018
Estudo de bioindicadores para a avaliação dos impactos ambientais por metais na Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape (BA)	2017 – 2021
O semear de uma construção coletiva: a trajetória da formação da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença-BA – COOMAFES	2018 – 2019
Circuitos curtos de comercialização, agricultura familiar e desenvolvimento territorial	2018 – 2019
Potabilidade de águas destinadas à produção de alimentos de Empreendimentos Econômicos Solidários	2018 – 2019
Condições sanitárias dos alimentos produzidos por agricultoras familiares de empreendimentos econômicos solidários	2018 – 2021
Desenvolvimento de produtos alimentícios inovadores para agricultura familiar	2019 – 2022
Os impactos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento das comunidades rurais na Bahia	2020 – 2022

Fonte: Autoral (2021).

Além do acesso e da execução direta da INCUBA aos editais destinados às estruturas universitárias, houve, ao longo desse período, a assessoria aos EES para que pudessem acessar editais vinculados à estruturação produtiva, assim como programas governamentais e políticas públicas. Foram 16 projetos aprovados em Edital Público da PETROBRAS (4), da CAR/BNDES (5), SEBRAE (1), FAPESB/SECTI (1) e SUAUF/SPM (5), e com apoio aos diversos subprojetos do Programa Bahia Produtiva da CAR/SDR.

Outra ação importante desempenhada pela INCUBA no período de 2010 a 2013 foi a participação no segundo mapeamento de ESS no estado da Bahia, através do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidaria – SIES, sob coordenação da SENAES/MTE, e no estado da Bahia sob execução da organização não governamental Vida Brasil. A INCUBA/UFRB atuou no mapeamento dos EES nos Territórios do Portal do Sertão, Recôncavo, Sisal e Baixo Sul, através da aplicação de questionários nos EES para constituição de banco de dados, composto por informações de EES e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento – EAF.

Incubação de EES

O desenvolvimento de organizações de trabalhadores/as em cooperativas, associações e outras formas coletivas surgem como alternativa de geração de trabalho e renda, que para além de promoção da inclusão no mercado de trabalho, busca a construção da cidadania, com o exercício da cooperação e da participação social.

O desafio dessas organizações consiste em garantir a gestão democrática e solidária do trabalho e da produção, da educação permanente, do respeito à diversidade étnica, cultural, territorial e ambiental. Portanto, são modos de vida de práticas comunitárias, presentes na realidade histórica brasileira desde os povos originários e das comunidades tradi-

cionais, e que resistem ao movimento do capital de exploração e de acumulação em detrimento da vida (VELLOSO, 2016).

O surgimento de inúmeros empreendimentos solidários populares no Brasil, especialmente após os anos 1990, se justifica pela busca dos próprios trabalhadores por alternativas de geração de trabalho e renda face ao cenário de crise vivida pelo país, decorrente das políticas neoliberais.

No Brasil, o movimento da economia solidária ganhou visibilidade em 2001, a partir do I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, que contribuiu para a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. E em 2003, com a implantação de políticas públicas no âmbito nacional, com destaque para criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no Ministério do Trabalho e Emprego. Essas instâncias possibilitaram alternativas de articulação das várias experiências de geração de renda nos municípios brasileiros, elaboração de agendas comuns, promoção de intercâmbio e sistematização de conhecimentos (FBES, 2011).

A economia solidária supõe que, por meio da organização em cooperativas, associações, grupos não formais e entre outros, trabalhadores buscam contrapor o modelo vigente de relações econômicas excludentes, estabelecendo valores de posse coletiva e de gestão democrática dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito, sendo adequadas às necessidades sociais e econômicas destes trabalhadores/as (SINGER, 2000).

Nesse contexto, considera-se que a cooperação é o elemento central para acesso dos empreendimentos aos mercados que permitem expandir suas atividades e gerar novas oportunidades de trabalho e renda. A economia solidária constitui-se, portanto, em uma estratégia voltada para fortalecer e estimular relações de cooperação, fator essencial para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento (SINGER, 2000).

No contexto da economia solidária também surgiram as incubadoras de empreendimentos solidários nas Universidades, expressando

a contribuição para a organização da sociedade, principalmente para os setores excluídos, com a perspectiva de que no trabalho associativo se busque a melhoria em suas condições de vida. A construção de uma incubadora de empreendimentos solidários é voltada para o exercício dos princípios da economia solidária e da extensão universitária como um trabalho socialmente necessário, conectando com o ensino e a pesquisa (COSTA; OLIVEIRA; MELO NETO, 2006).

O processo de incubação é considerado inovador como estratégia de geração de trabalho e renda, que busca contribuir com a construção de um modelo de desenvolvimento de inserção social e econômica. Essa construção integra a universidade como um dos sujeitos que pode contribuir e ter contribuição, em que Culti (2007, p. 20) afirma que:

as Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários constroem uma tecnologia social cada vez mais utilizada no âmbito das ações de geração de trabalho e renda. São espaços que agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades para desenvolverem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, além das atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários, com o objetivo de atender trabalhadores que tentam organizar seus próprios empreendimentos sejam cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, urbanas ou rurais.

O processo de incubação tem como um dos princípios a interação entre o saber sistematizado dos parceiros locais e da comunidade universitária e a vivência dos EES. Essa interação, por um lado, contribui para a construção de conhecimentos que propiciem uma melhoria das condições sociais e econômicas dos EES, e por outro lado, contribui para a formação da comunidade acadêmica e da própria estrutura universitária, voltada como instituição social de promoção de desenvolvimento territorial solidário.

As atividades formativas desenvolvidas pela INCUBA/UFRB são adaptadas aos diferentes estágios em que se encontram os EES, seu nível

de organização, escolaridade e motivação, com a integração da comunidade acadêmica. Da mesma forma, consideram a relação interdisciplinar da equipe acadêmica, em que os princípios metodológicos obedecem à participação social em todas as fases das atividades realizadas.

A relação com cada EES se constitui em uma equipe, com uma coordenação vinculada a um ou mais docentes, que tem a responsabilidade de coordenar os discentes que estiverem realizando as ações com os EES. São realizadas reuniões periódicas de orientação das atividades desenvolvidas, com relatórios periódicos a partir do estágio organizacional de cada grupo. A metodologia tem como referência os princípios da educação popular que promovem processos dialógicos, que permitem desvelar a realidade a partir da tomada de consciência das condições de opressão.

É uma metodologia que contrapõe a naturalização da colonização dos saberes e da cultura, bem como de mercantilização da vida, em detrimento da acumulação e da exploração do capital. Portanto, é uma forma de trabalho que traz a indignação das condições de subordinação, de exploração e de dominação de classe (FREIRE, 2011). Essa indignação é uma forma de aprofundar a compreensão da história de formação da sociedade de classes, com domínio do modo de produção capitalista, em que busca contribuir com a formação de sujeitos com apropriação para contribuir com a transformação das condições de exploração.

Essa apropriação é entendida como coletiva, nas estratégias de resistência voltadas pelas práticas comunitárias e solidárias, em que a renda é um dos elementos para esta estruturação, mas integrada com outras dimensões da vida. Essas dimensões são entendidas a partir da trajetória de cada EES e suas especificidades, e o seu contexto de estágio organizacional, com respeito à diversidade cultural.

Para o estágio organizacional é utilizado um conjunto de ferramentas e técnicas do planejamento estratégico e participativo como facilitador da construção do conhecimento. São ferramentas vinculadas à

educação popular que integrem os saberes e contribuam com os processos de participação social. Os princípios que norteiam as ações são: construção dos conhecimentos, a partir da valorização e resgate da experiência de vida e de trabalho, através do respeito e reconhecimento da cultura, do saber e das expectativas dos EES; linguagem acessível que contribua para a participação social; o respeito à diversidade cultural e identitária; e o trabalho como princípio educativo, em que se agregue a preservação e conservação do meio ambiente, as práticas agroecológicas, a promoção da segurança alimentar e desenvolvimento territorial, a partir da relação com a economia solidária e as tecnologias sociais.

Compreender como um EES se organiza e suas relações na gestão coletiva com aprimoramento das formas democráticas são fundamentais tanto para os trabalhadores/as como para a equipe acadêmica. Esses aprendizados buscam compreender o conceito de viabilidade de um EES, que parte da dependência de múltiplos fatores internos e externos: o grau de participação, a capacidade de gestão; as articulações interinstitucionais; a existência de assessoria; a articulação com mercados; e principalmente a existência e de acesso às políticas públicas (MAGALHÃES, 2000).

O processo de incubação busca relacionar a universidade com os EES, a partir da dinâmica territorial, com o compromisso de integrar as ações acadêmicas de intervenção metodológica participativa. Costa, Oliveira e Melo Neto (2006) tratam sobre a necessidade do que chamam de pós-incubação/ desincubação, que marca a necessidade de que o grupo de incubação inicie a sua retirada.

A INCUBA/UFRB, na trajetória de relação com os EES, considera que a relação é modificada ao passar do tempo, mas considera importante a manutenção de parcerias com os EES, com outros papéis e formas desta relação. São relações que incentivam a participação em Fóruns, Conselhos e outras estruturas coletivas em rede, como os Colegiados Territoriais, as Câmaras Técnicas dos Colegiados Territoriais, os Fóruns de Economia Solidária, os Conselhos Municipais e Estaduais, entre outras.

São redes que a própria INCUBA/UFRB participa ao longo de sua existência, em que muitas vezes assumiu o papel de “animadora”, como forma de integrar as ações e de possibilitar o exercício de participação social, como também de contribuição para a construção e execução de programas governamentais e de políticas públicas.

Assim, o processo de incubação traz a relação da universidade com os EES no contexto territorial, por meio da relação com o seu entorno no fomento de constituição e de participação em redes de solidariedade. Spink (2008, p. 89) afirma que:

solidariedade se refere ao ato de juntar-se aos outros de maneira “sólida”. Quer dizer, lado ao lado, dividindo as mesmas responsabilidades e conseqüências. É uma referência a uma relação horizontal e não vertical; ou melhor, de horizontalização enquanto processo social. Não é, portanto, uma relação de ajuda ou de caridade; ao contrário, é uma relação de ação, de compartilhamento.

Essa solidariedade também é exercida com a integração da INCUBA/UFRB à Rede UNITRABALHO, na relação com outras incubadoras e núcleos de economia solidária; e internamente, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária, como também na própria estrutura administrativa da universidade.

Pode-se destacar a construção do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, em 2008, no CCAAB, Campus de Cruz das Almas, com a formação de profissionais com visão estratégica e sistêmica, e com espírito empreendedor e humanístico, capazes de interagir nas especificidades regionais e locais, com ênfase em empreendimentos cooperativados e solidários, de forma inovadora e pautada nos princípios de justiça e ética profissional (UFRB, 2008). Existem outros cursos da UFRB com oferta de componentes curriculares na graduação e na pós-graduação de docentes vinculados a INCUBA, assim como integram o desenvolvimento de pesquisas e de projetos de extensão.

Destaca-se também a criação do Curso de Tecnologia em Alimentos, em 2017, no CETENS, Campus de Feira de Santana, com a formação de profissionais voltados “para o processamento e o beneficiamento de produtos da agricultura familiar, no contexto da agroecologia e da organização coletiva e solidária, com domínio de tecnologias sociais que garantam a soberania e a segurança alimentar e nutricional para a promoção do desenvolvimento territorial” (UFRB, 2017, p. 18).

Esse Curso tem a metodologia de construção de Projetos de Intervenção na modalidade da Pedagogia da Alternância, vinculados ao Programa da INCUBA, que cumprem a curricularização da extensão, conforme o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014) que define na Meta 12, dentre suas estratégias (12.7), a integração de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação e da Resolução UFRB/CONAC nº 06/2019, que dispõe sobre a regulamentação da Política de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da UFRB.

Esses projetos de intervenção (projetos de extensão), conforme o Regulamento da Curricularização da Extensão do Curso de Tecnologia em Alimentos, são desenvolvidos no tempo comunidade, “na localidade de cada discente, como uma forma de alinhar às demandas da sociedade, em especial da agricultura familiar e à dinâmica curricular, sob a coordenação de um docente efetivo da UFRB e de acompanhamento por um docente ou um conjunto de docentes do referido curso nas atividades do tempo comunidade” (UFRB, 2017, p. 17).

Assim, a INCUBA, enquanto Programa de Extensão, está vinculada à Curricularização da Extensão, como inserção da formação extensionista dos discentes dos Cursos de Graduação, devido a sua pertinência social. Entende-se que a estruturação da curricularização da extensão envolve a articulação da INCUBA com componentes curriculares, como uma forma de ensino na relação com EES na dinâmica territorial.

A experiência do processo de incubação de EES contribui tanto para os trabalhadores/as envolvidos nos EES, como para a comunidade acadêmica da UFRB e sua relação interinstitucional. Essa relação se afirma na necessidade de políticas públicas estruturantes no campo da economia solidária, como garantia de formas de organização a partir dos modos de vida coletivos, em que os processos de incubação são exercícios de participação social e de contribuições acadêmicas da extensão na relação com o ensino e a pesquisa.

E por fim, essas contribuições são sistematizadas em publicações científicas, em resumos, artigos, relatos de experiências e trabalhos de conclusão de cursos de graduação e de pós-graduação; e participação em eventos acadêmicos e políticos da equipe e das representações dos EES na área da economia solidária, como nas edições do Encontro Nordeste das Incubadoras de Economia Solidária – ENIES, do Encontro do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão – NESOL, da Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária - FEBAFES, da Plenária Nacional, Estadual e Territorial da Economia Solidária, entre outros.

Considerações finais

A trajetória da INCUBA/UFRB demonstra que a universidade é uma instituição social de interesses de classes, dentro de um ambiente que tem na sua estrutura as contradições inerentes à própria dinâmica da sociedade. Ao mesmo tempo, enquanto estrutura acadêmica, a INCUBA, ao longo de sua história, se tornou uma ferramenta que oportuniza a relação da universidade com outros setores da sociedade, especialmente com os EES e as organizações vinculadas aos espaços da política territorial.

As atividades acadêmicas desenvolvidas, nos seus 15 anos de existência, possibilitaram espaços de formação na relação entre extensão, pesquisa e ensino. São espaços acadêmicos de formação que contribuem para a promoção da justiça social no contexto de um modelo de desen-

volvimento centrado na vida. Essa formação se dá a partir de processos dialógicos entre saberes acadêmicos e populares que contribuem com a construção de conhecimentos referendados socialmente, vinculados à promoção do desenvolvimento territorial.

A relação com cada EES no processo de incubação traz novas descobertas, e tem como princípio o respeito ao estágio organizacional e aos anseios dos/as trabalhadores/as que estão na base dos EES. Essa metodologia contrapõe a existência de modelos e de “pacotes” para a formatação de um EES no contexto da educação bancária. Freire (1979) afirma que a educação bancária promove dependência e subordinação, pois aqueles que se acham detentores de conhecimentos “depositam” as prescrições em “recipientes” considerados “vazios” e passivos.

Afirma-se que a metodologia aprendida ao longo da existência da INCUBA tem o exercício de contribuir com a autonomia dos EES e da universidade, que a partir da extensão universitária são construídas agendas de pesquisa e de ensino da graduação e da pós-graduação. Vale ressaltar que as atividades de extensão são exercícios de promoção da participação social, mas não de substituir o papel do Estado, especialmente dos seus órgãos executivos, como prestadora de serviço ou de caráter difusionista. A promoção da cidadania é realizada nos processos formativos integrados, que criam redes, parcerias e articulações para a efetivação das políticas públicas nos EES.

Assim, a comunidade a partir dos EES e das organizações das políticas territoriais aprendem com a universidade, e a universidade aprende com essas organizações e suas redes, no exercício de sua multicampia de forma interdisciplinar.

Portanto, a INCUBA segue a educação popular que valoriza e integra os saberes dos EES e suas realidades culturais, como forma de tomada de consciência das condições de vida e de seus desafios para a construção de desenvolvimento territorial de base democrática e justa. São relações

integradas da universidade com o campo da economia solidária, como forma de contribuir e ter contribuições nesta relação, a partir de uma educação libertadora. É o que Freire (2011) defende de uma educação crítica, voltada para a promoção das transformações sociais, econômicas e políticas para a superação das desigualdades sociais, a partir da promoção da diversidade e da pluralidade por justiça cognitiva nas relações horizontais, com a participação social de diferentes saberes e sujeitos.

Referências

AZEVEDO, J. C. de. Educação pública: o desafio da qualidade. **Estudos Avançados**, 21 (60), 2007, p. 7-26.

BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana**: objetivos, missões e afrodescendência. Salvador: EDUFBA, 2009.

BRASIL. MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa em Economia Solidária em Desenvolvimento – PRONINC**. 2010. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp. Acesso em: jan. 2011.

BRASIL. ME – Ministério da Economia. **Programa em Economia Solidária em Desenvolvimento – PRONINC**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/ptbr/assuntos/trabalhador/economia-solidaria/programa-nacional-de-incubadoras-decooperativas-populares-proninc>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CHAUÍ, M. A Universidade Pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, set/out/nov/dez 2003, nº 24. p. 5-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: junho 2020.

COSTA, F. X. P. de.; OLIVEIRA, I. C. de.; MELO NETO, J. F. de. **Incubação de empreendimento solidário popular**: fragmentos teóricos. João Pessoa: Universitária, 2006.

CULTI, M. N. Economia solidária, incubadoras universitárias e processo educativo. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, FASE, jan/mar – 2007, ano

31 n°. 111. p. 16-22. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2007/03/proposta-111-final.pdf>. Acesso em: dezembro 2021.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. *In*: TYGEL, D. (org.). **Cirandas**, 2011. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>. Acesso em: novembro 2020.

FERREIRA, N. T. Algumas reflexões sobre o estado e a autonomia universitária. *In*: TUBINO, M. J. G. (org.). **A universidade ontem e hoje**. São Paulo: Ibrasa, 1984.

FRAGA, L. S. **Extensão e transferência de conhecimento**: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. 2012. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Campinas-SP, UNICAMP, 2012. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286682/1/Fraga_LaisSilveira_D.pdf. Acesso em: outubro 2020.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2019**: principais resultados. Brasília-DF: MEC/INEP, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: novembro 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2010**: divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010. Brasília-DF: MEC/INEP, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9332-texto-divulgacao-censo-2010-novo-pdf&category_slug=novembro-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: julho 2020.

MAGALHÃES, R. S. A nova economia do desenvolvimento local. *In*: 2ª CONFERÊNCIA DA WORK AND LABOUR NETWORK, 2000, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2000. s.p.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, vol.17, suplemento 3, São Paulo, 2002. p. 4-6. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>. Acesso em: julho 2020.

MARTINS, M. F. Educação escolar pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada: um direito por conquistar no Brasil. **Crítica Educativa**, Sorocaba/SP, v. 3, n. 3, p. 1-2, ago./dez. 2017.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC – Relatório Final**. Recife: IADH, 2011.

OLIVEIRA, D.; ELY, H. B. **A política pública de educação em economia solidária através do CFES Sul**. Porto Alegre: Dialogar, 2017.

PEDREIRA, P. **Documentos históricos de Santo Amaro**. Santo Amaro: Imprensa Oficial, 1973. p. 4-7.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção para um novo senso comum, v. 4).

SILVA, C. D. da. Educação brasileira: as contradições deste processo histórico da colonização à república. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, PUC-PR, 2015. **Anais [...]**. 2015a, p. 14285-14301. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20026_9700.pdf. Acesso em: outubro 2020.

SILVA, L. C. R. da. **Paisagem cultural do Recôncavo Baiano: uma narrativa espacial regional a partir da análise do patrimônio urbano**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia), Brasília-DF, UnB, 2015b.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

SPINK, P. Simpósio 2 - Redes solidárias, autogestão e solidariedade Redes solidárias, autogestão e solidariedade. In: GUARESCHI, N. (org.). **Estra-**

tégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 78-92. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hwhw6/pdf/guareschi-9788599662908-06.pdf>. Acesso em: dezembro 2020.

TALASKA, A.; ETGES, V. E. Conceitos interpretativos da realidade agrária brasileira e os latifúndios no estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 30, p. 71-94, set. 2017.

VELLOSO, T. R. A trajetória do movimento cooperativista: da vertente de controle estatal para instrumento de promoção de desenvolvimento territorial. In: CRUZ, D. U. da. (org.). **Mundo Rural na Bahia: democracia, território e ruralidades**. Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **O Memorial**. Cruz das Almas – BA: PROEXT/UFRB, [20--]. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/memorial/o-memorial>. Acesso em: abril 2020.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Projeto Pedagógico Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas**. Cruz das Almas-BA: CCAAB, 2008.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Projeto Pedagógico Curso Superior de Tecnologia em Alimentos**. Feira de Santana - BA: CETENS, 2017.

Economia solidária nas universidades federais brasileiras

Jucileide Ferreira do Nascimento

Introdução

Esse texto apresenta parte dos resultados dos estudos desenvolvidos durante a elaboração da tese de doutorado defendida em 2017 no Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), intitulada: *As Incubadoras Universitárias na Contrarreforma do Ensino Superior Público no Brasil*. A pesquisa teve como objetivo analisar o papel da universidade pública federal em um cenário neoliberal no Brasil e a sua relação com as ações e projetos de “economia solidária” desenvolvidos no âmbito das incubadoras universitárias, identificando que esses projetos são processualidades históricas que precisam ser desvendadas em sua íntima conexão com o contexto econômico, social, cultural e político.

A apreensão do objeto da pesquisa usou como referência o materialismo histórico dialético, o que exigiu considerar suas múltiplas causalidades, suas diversas conexões internas, as relações entre as diversas manifestações e dimensões históricas, econômicas, sociais, culturais e políticas. Para tanto, no processo de pesquisa foram coletados dados quantitativos e qualitativos (MINAYO, 1994), em aproximações sucessivas da realidade investigada, reconhecendo que em pesquisa social não existem verdades cabais, mas sim parciais, e essas devem ser submetidas à crítica.

O recorte temporal foi o período de 1990 a 2014, e as dimensões balizadoras dessa análise foram: o papel da universidade pública federal brasileira, a influência do ideário neoliberal nas funções precípua das universidades (pesquisa, ensino e extensão), a natureza das ações e pro-

gramas de economia solidária desenvolvidos pelas incubadoras universitárias, o papel do Estado brasileiro e a direção que o mesmo vem adotando nas políticas sociais no cenário contemporâneo de crise do capital no Brasil.

Foi feita análise acerca da trajetória histórica da educação superior no Brasil e os óbices enfrentados por essa política social na materialização do acesso ao ensino superior laico, gratuito e de qualidade, bem como os impactos da contrarreforma do ensino superior no Brasil após os anos noventa e os desdobramentos desse processo para as ações de extensão, ensino e pesquisa.

Foram realizadas entrevistas com 11 (onze) docentes representantes de incubadoras distribuídas nas cinco macrorregiões do Brasil: 1 (um) docente da região sul, 2 (dois) da região sudeste, 2 (dois) da região centro-oeste, 1 (um) da região norte, e 5 (cinco) da região nordeste. Também foram entrevistados 5 (cinco) gestores e ou técnicos do órgão federal responsável pela implantação da política de economia solidária no Brasil (Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES do Ministério de Trabalho e Emprego - MTE), dentre eles destaca-se a importante entrevista feita com Paul Singer que na época era o Secretário Nacional de Economia Solidária. Ou seja, foram realizadas 16 (dezesesseis) entrevistas semiestruturadas com os sujeitos políticos identificados como respondentes chaves das questões levantadas pela pesquisa.

As pesquisas¹⁰ realizadas revelaram que as ações e projetos desenvolvidos pelas incubadoras universitárias nas universidades federais brasileiras são heterogêneas e permeadas pelas características regionais das instituições de ensino e demonstram o caráter continental do território nacional, lócus de materialização dessas ações e projetos. As especifici-

¹⁰ Foram analisadas informações de vinte e oito (28) incubadoras universitárias que funcionam no âmbito das universidades federais, distribuídas nas cinco macrorregiões do país, e que receberam recursos do Proninc/Senaes/MTE (Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários - PRONINC) no período de 1999 a dezembro de 2014.

dades e características das incubadoras universitárias estão relacionadas aos elementos que atravessam as universidades em todas as suas ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como, localização geográfica e territorial da universidade (rural ou urbana, cidade de grande porte ou pequeno porte, etc.); área de conhecimento a qual as incubadoras estão associadas e perfil do corpo docente e discente.

Cada incubadora universitária respondente da pesquisa revelou formas particulares de organização e desenvolvimento de suas ações e projetos, e nos itens a seguir vamos apresentar as características e especificidades de cada uma delas e a relação com o trabalho docente desenvolvido no âmbito das instituições de ensino superior. O texto está organizado em duas sessões além desta introdução. A próxima sessão revela a natureza e forma de financiamento das ações e projetos de economia solidária desenvolvidas pelas universidades federais. A segunda sessão é dedicada ao estudo das ações e projetos de economia solidária e a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, e os desafios para o trabalho docente.

Financiamento das incubadoras universitárias

As incubadoras universitárias, sejam elas públicas, privadas ou confessionais, contaram historicamente com duas principais fontes de financiamento de órgãos públicos federais: Recursos da hoje extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), por meio do Programa Nacional de Incubadoras e Cooperativas (PRONINC) e bolsas de extensão do Ministério da Educação (MEC via bolsas de extensão /PROEXT/Secretaria de Educação Superior - SESu).

Institucionalmente, o programa federal de financiamento das incubadoras universitárias teve a sua primeira versão via PRONINC. Isso ocorreu em 1998, com a destinação de recursos para cinco universidades no Brasil: Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Ru-

ral de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFRJF), Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e Universidade de São Paulo (USP), no entanto, só houve novo aporte de recursos para esse PRONINC em 2000, e dessa vez apenas duas incubadoras foram contempladas (BRASIL, 2012, p.154).

Para não interromperem as suas atividades, as incubadoras continuaram desenvolvendo as suas ações com os programas e bolsas de extensão via recursos do MEC (PROEXT/SESu) ou recursos existentes no âmbito das suas universidades.

O financiamento¹¹ das incubadoras universitárias só foi retomado em 2003, após a criação da SENAES e com uma nova edição do PRONINC. Esses recursos tinham como objetivo apoiar as incubadoras já existentes e incentivar a criação de novas incubadoras.

Mesmo reconhecendo a importância do PRONINC, a SENAES sinalizou as dificuldades encontradas para operacionalização dos convênios e a transferência de recursos para as incubadoras universitárias. Esses óbices acabaram gerando atrasos na liberação dos recursos e interrupção das atividades (BRASIL, 2012, p. 156).

Segundo os dados apresentados pela SENAES no encontro¹² regional de avaliação do PRONINC em junho de 2016, existiam 120 projetos de economia solidária desenvolvidos em 101 instituições/campi de ensino com financiamento da SENAES. Os dados revelaram ainda uma quantidade expressiva de universidades federais com atuação na economia solidária diante das outras instituições de ensino. Das 118 (cento e dezoito) IES que atuam com ações e programas de economia solidária, 104 (cento

¹¹ Historicamente, desde a sua origem, as incubadoras buscaram recursos em editais de outras instituições de fomento, como, por exemplo, a Fundação Banco do Brasil (FBB), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Ministérios setoriais. No entanto, na pesquisa em tela nos detivemos em investigar os recursos oriundos de dois órgãos públicos federais: PRONINC/SENAES e PROEXT/MEC/SESu.

¹² O material foi gentilmente disponibilizado ao público, após a apresentação no encontro regional (centro-oeste e sudeste) no Rio de Janeiro, em junho de 2016.

e quatro), ou seja, 88% (oitenta e oito por cento) são instituições públicas (universidades federais, estaduais e institutos federais).

A natureza das ações das incubadoras universitárias é outro aspecto relevante para as duas instituições que financiam essas atividades (MEC e SENAES), e isso se concretiza no texto dos editais do PROEXT/MEC/SESu e do PRONINC. Ambos utilizam o conceito de extensão que promova a articulação entre o ensino e a pesquisa, ou seja, em prol da indissociabilidade das ações precípua das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Entende-se como Extensão o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade orientado pelo princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa (BRASIL, 2013a, p. 2).

A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários e que possam contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Brasil (BRASIL, 2013b, p. 1).

Nos editais analisados foi possível identificar a presença de programas e projetos cujos temas principais são: atenção integral à família; combate à fome; erradicação do trabalho infantil; combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; juventude e desenvolvimento social; geração de trabalho e renda em economia solidária; promoção e/ou prevenção à saúde; violência urbana; direitos humanos; atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas; atividades complementares ao Programa Brasil Alfabetizado; educação ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário; inclusão étnica; apoio à organização e desenvolvimento comunitário; inclusão social dos usuários de drogas; inclusão digital; apoio às atividades de escolas públicas; ensino de ciências; educação de jovens e adultos, inclu-

do apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento.

Esses temas dialogam diretamente com as principais funções das instituições responsáveis pela execução das políticas sociais setoriais no Brasil. A questão é até que ponto essas ações extensionistas nesse cenário neoliberal não sobrecarregam as funções das universidades públicas e o seu corpo docente e discente, em detrimento das responsabilidades constitucionais assumidas pelos entes federados (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) e suas instituições executoras de políticas públicas.

Entre as principais convergências identificadas nas ações e projetos desenvolvidos pelas incubadoras pesquisadas destacam-se: arcabouço teórico usado como referência para justificar os projetos e ações; o público-alvo dos seus projetos; a coordenação das incubadoras é sempre exercida por um docente; estão associadas a uma das redes Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP e Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO. Entre as divergências identificadas, destaca-se a heterogeneidade das estratégias utilizadas para a materialização das ações e projetos de economia solidária, que sofrem a influência do perfil do corpo docente responsável pela execução dos projetos e dos discentes que estão atuando nesses projetos, bem como a área de conhecimento predominante da incubadora, o local institucional da universidade no qual a incubadora está inserida, a localização geográfica e territorial da Universidade a qual a incubadora está ligada.

Existem diferenças também nas formas de acesso aos recursos financeiros que são mais escassos a algumas incubadoras, em decorrência da sua forma de organização interna e das dificuldades para captação de recursos via editais públicos de fomento, enquanto em outras incubadoras esse problema se manifesta de forma mais pontual, já que elas criaram outras estratégias de funcionamento para não ficarem apenas à mercê de editais.

Um elemento importante para identificar a natureza dessas ações foi o fundamento pedagógico presente nas incubadoras universitárias. Segundo os estudos do IADH (2011), nas ações desenvolvidas pelas incubadoras universitárias, os principais fundamentos materializados por essas instituições são pautados na Educação Popular e Pesquisa-Ação.

A incubação¹³ prioriza a formação, visando a sustentabilidade dos empreendimentos, utilizando o diálogo para construir novos conhecimentos a partir das experiências dos grupos incubados. As bases teórico-metodológicas são bastante recorrentes: Educação Popular – Paulo Freire (como citado); e Pesquisa-Ação – Henri Desroches, Michel Thiollent (IADH, 2011, p. 124).

Os recursos dos editais do PROEXT, acrescidos dos recursos do PRO-NINC, são as principais fontes de financiamento das ações desenvolvidas pelas incubadoras universitárias. Quando questionados acerca do futuro das incubadoras nesse cenário adverso, os docentes entrevistados durante a pesquisa demonstraram preocupações com as ameaças da descontinuidade das suas ações:

Agora, mesmo que não surja uma outra possibilidade para as pessoas que são o público da economia solidária, a capacidade das incubadoras em relação ao apoio tende a diminuir se o cenário que a gente está enxergando se concretizar, que é o fim da política que dá respaldo às incubadoras em termos de funcionamento, em termos de gestão da informação, sem a SENAES, tá? Daí as incubadoras vão inevitavelmente encolher, vão trabalhar com equipes mínimas e equipes mínimas, obviamente, não dão conta de acompanhar e fomentar a economia solidária junto ao empreendimento, junto ao poder público, junto a espaços de comercialização, do jeito que conseguiram fazer quando havia financiamento para remunerar uma equipe, para

¹³ Existem três etapas no trabalho das incubadoras com os empreendimentos: 1ª- Pré-incubagem, no qual são identificados os grupos e as suas propostas de interesse para o processo de incubação; 2ª- Incubagem, seleção dos grupos a serem incubados e em seguida desenvolvimento de ações de incubação pelos diferentes núcleos de trabalho da incubadora e, por fim, a 3ª etapa, que é a Desincubagem, após um período de mais ou menos dois anos o grupo é desincubado e receberá periodicamente orientações para o seu fortalecimento fora da incubadora, mas com a assessoria da mesma. As etapas possuem diferentes tipologias e prazos dentro do universo das incubadoras, no entanto, essas são identificadas como etapas mais recorrentes.

financiar viagens, financiar o processo de trabalho que a gente desenvolve (Entrevistado A – Sudeste).

Ao mesmo tempo em que os docentes explicitaram suas preocupações com a ameaça da extinção da SENAES¹⁴ e consequente extinção do PRONINC, eles lembram a força que a economia solidária pode mobilizar em um cenário de crise:

Então, eu acho que a economia solidária não acaba! Ela pode ser, sim, ter alguns... alguns reveses, né?!... A gente pode deixar de crescer ou até perder certas conquistas, mas nós vamos reconstruir essa proposta, com certeza, e nós vamos que... eu acho que mais do que nunca, o debate da universidade pública, ele vai voltar com muita força; o debate da extensão; da indissociabilidade, ele vai voltar e ele vai ser um campo de disputa e que vai ser uma luta grande (Entrevistada B- Sudeste).

Esses aspectos, identificados no decorrer das entrevistas e na análise dos documentos, a saber: a força da economia solidária em um cenário neoliberal, a militância política dos docentes e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão permearam quase todas as falas das pessoas entrevistadas durante a pesquisa.

Ações das incubadoras universitárias

As concepções de extensão dos docentes entrevistados dialogam diretamente com o conceito utilizado pelo Forproex como também pelo estabelecido na LDB (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996), em relação às finalidades das instituições de ensino superior. No seu artigo 43, essa lei estabelece: “VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição” (BRASIL, 1996, art.43).

¹⁴ No governo Temer, a SENAES foi rebaixada a Subsecretaria e no governo Bolsonaro com a extinção do Ministério de Trabalho teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania e se tornou um departamento desse órgão ministerial (MP870/2019, de 01 de janeiro de 2019).

A função precípua da universidade é a produção intelectual. Em relato durante a entrevista a docente da região nordeste destaca a importância de não confundir o papel da extensão universitária com outros órgãos do governo responsáveis pela execução de políticas públicas, como pode ser observado a seguir.

A importância da educação enquanto processo formativo, não no sentido de substituição de ações de programa de estado, de difusão de tecnologia, mas eu acho que é de extrema importância até pra repensar a própria estrutura da universidade, e ver de que forma pode contribuir com a nossa agenda nas ações acadêmicas, porque tem que ter sentido tanto para o ensino, quais são os profissionais técnicos, cidadãos que são formados, mas também até pra nós, professores, é um processo de aprendizado do repensar em fazer universidade, em fazer ensino superior (Entrevistada B - Nordeste).

A pesquisa revelou, no entanto, a estreita relação entre as ações e projetos das incubadoras universitárias e a execução das políticas públicas, principalmente ações voltadas para atividades geradoras de renda, ou seja, que buscam preencher lacunas da política de trabalho e emprego. Os docentes atuantes nesses projetos, por sua vez, revelam os óbices encontrados na materialização da extensão bem como na indissociabilidade do ensino e pesquisa:

Eu acho que a indissociabilidade, ela não acontece, de fato, né?! A gente tem uma diferenciação de valorização, por exemplo, da pesquisa, em contrapartida com a questão da extensão. Eu acho que a gente, para repensar em indissociabilidade, necessariamente, a gente tem que pensar metodologicamente o processo de ensino-aprendizagem, da própria universidade. Eu acho que a gente tem pouco espaço para discutir isso, né? (Entrevistada B - Sudeste).

A indissociabilidade fica ainda mais comprometida quando são avaliados os pontos da progressão e avaliação dos docentes.

Os próprios critérios, eles são produtivistas e eles impõem uma lógica ao docente que tem, inclusive, provocado ado-

ecimento dos docentes, mesmo não estando na extensão. Então, de fato, isso é muito prejudicial porque a gente tende a reforçar a estrutura da universidade, principalmente, né? (Entrevistada B- Centro-oeste).

No entanto, em algumas universidades federais as ações e projetos das incubadoras já conseguiram algum tipo de reconhecimento.

Então, as atividades de extensão, elas já têm uma pontuação! Embora um artigo científico publicado valha mais do que, de repente, um ano de coordenação de Programa. Do ponto de vista da equivalência dos pontos, para progressão dentro da Universidade. No entanto, o que eu percebo é que dentro da Universidade já há esse reconhecimento! Então, dar visibilidade pra isso é importante! (Entrevistada B- Sudeste).

Mas, por outro lado, a indissociabilidade inexistente acaba prejudicando o acesso dos docentes responsáveis pelas incubadoras nos Programas de Pós- Graduação, o que é revelado pela mesma professora.

Com relação à pesquisa e os critérios da Capes, é sem dúvida! A Capes é além da gente fazer as coisas separadas e não conseguir fazer as questões de forma indissociável – porque é claro que quando a gente tá na ITCP, a gente faz pesquisa também – nós não conseguimos seguir o mesmo índice de produtividade exigido no Programa de Pós-Graduação, porque é como se fosse em pesquisa que não tivessem intervenção, ou como a gente tá trazendo aqui, a questão da pesquisa-ação! (Entrevistada B - Sudeste).

Outro professor complementa, falando acerca do processo de valorização da Capes das atividades de extensão.

Tem uma outra questão, quando você vai olhar para Capes, por exemplo, a Capes ela valoriza mais dentro daquele tripé: docência, pesquisa e extensão, ela claramente valoriza bem mais a pesquisa do que qualquer outra coisa (Entrevistado A - Nordeste).

A falta de reconhecimento dos trabalhos extensionistas está presente inclusive entre o próprio corpo docente. Um entrevistado revela que de forma negativa o seu trabalho é visto por outros colegas como uma tarefa adicional além daquelas já previstas na sua carga horária.

A extensão, de um modo geral, essa visão que eu tenho da universidade, ela não é estimulada entre os professores, depende muito do professor. Eu me realizo assim, se eu ficar só dando aula e fazendo pesquisa, falta uma parte, entende? (Entrevistado A - Nordeste).

Outro ponto em destaque nas entrevistas e também observado nos sites que abrigam informações acerca das incubadoras e a heterogeneidade das incubadoras universitárias, um docente afirma o seguinte:

Porque você vai variar, você tem incubadoras de diversas formas, a nossa é núcleo de ensino, pesquisa e extensão, mas você tem incubadoras que elas só ficam com programa de extensão, depende muito de como ela opera, né? [...] Porque no nosso caso, a gente sempre trouxe a necessidade da institucionalidade da incubadora pra não ser um apêndice, isso é, um outro problema. Eu acho que o desafio é como é que ela se torna institucional enquanto uma pauta importante pra dentro da formação acadêmica, enquanto ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, que aí eu acho que é uma crítica que deve ser feita, primeiro assim, a economia solidária não foi uma bandeira, uma luta, uma construção da academia (Entrevistada B - Nordeste).

Foi destacada também, pela mesma entrevistada, a ausência de docentes em algumas incubadoras universitárias, conforme relato: “Se a gente for olhar a realidade das incubadoras, você vê que é muito restrita às equipes, em termos de docente, a ponto de ter equipes que não tem nem docente, são poucas, mas isso aconteceu” (Entrevistada B – Nordeste).

Na tentativa de minimizar esses problemas foi proposto no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014, com vigência até 2024) a curriculização da extensão, ou seja, no mínimo dez por cento (10%) dos créditos do currículo da graduação devem ser materializados com projetos, programas e ou atividades de extensão na área social.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES – SN (2013) sistematicamente divulga estudos e pesquisas acerca das atuais condições do trabalho docente e das características das universidades. De acordo com João Negrão (2º tesoureiro e da coordenação

nação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do Sindicato Nacional),

[...] lógica gerencialista se inclui a quebra da autonomia universitária e na visão de gestão atual. “Os reitores já são chamados de gestores e, com isso, está se perdendo toda a concepção de universidade que a própria Constituição estabelece. Mas, além disso, é a submissão das universidades à lógica gerencial do Estado brasileiro, com o controle da produção acadêmica e do que se faz no ensino. É uma lógica bem produtivista, que tira o caráter de pesquisa da própria universidade, orientada para o mercado” (ANDES-SN, 2013, p. 2).

Essa perversa realidade materializa a profícua análise de Chauí (2014), quando discute o perfil da universidade brasileira, no texto ‘Ventos do progresso: a universidade administrada’. Segundo a autora,

[...] a universidade encontra-se internamente organizada conforme o modelo da grande empresa capitalista. Assim sendo, além de participar da divisão social do trabalho, que separa trabalho intelectual e manual, a universidade ainda realiza em próprio interior uma divisão do trabalho intelectual, isto é, dos serviços administrativos, das atividades docentes e da produção de pesquisa. A fragmentação da universidade ocorre em todos os níveis, tanto nos graus do ensino quanto nos da carreira, tanto nos cargos administrativos e docentes quanto na direção (CHAUÍ, 2014, p.70).

Mesmo não fazendo uma referência direta à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, Chauí revela os princípios capitalistas em vigor na universidade brasileira e, em consequência disso, os critérios e formas de avaliação do trabalho docente.

Em seus documentos oficiais¹⁵, o Andes-SN (2013) defende a indissociabilidade do ensino, pesquisa, extensão como um dos conceitos fundamentais para a universidade brasileira:

A universidade pública é uma das instâncias onde deve ocorrer, de forma integrada, a formação profissional e a

¹⁵ Cadernos Andes n.02,4ª Edição atualizada e revisada, Janeiro/2013, Brasília/DF.

reflexão crítica sobre a sociedade, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana. Suas funções básicas, o ensino, a pesquisa e a extensão, devem ser desenvolvidas de forma equilibrada, articulada e interdisciplinar. Garantida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, central em nossa concepção de universidade. [...] O ensino deve ter um caráter formador e crítico, ser presencial, para construir na interação com a pesquisa e a extensão, a autonomia do pensar e do fazer no exercício profissional e na ação social (ANDES-SN, 2013, p.17, 20).

É essa concepção de universidade socialmente referenciada a que os docentes envolvidos com as ações das incubadoras universitárias revelam perseguir em suas atividades. Conforme a entrevistada,

[...] essa contribuição de conhecimento também que essas pessoas geram, elas produzem conhecimento e elas influenciam na pauta de ensino, pesquisa e extensão na universidade, entendeu? Porque ela influência de que forma? O seu contato com essa realidade, você contrapõe também ações filantrópicas e de caridade, não é nessa relação da caridade, mas é uma relação que você precisa construir horizontalidade, e é difícil porque nem todo mundo consegue trabalhar num tipo de incubadora dessa natureza, porque não pode ter as certezas, então como é que você constrói essa – que é o segundo aspecto – que essas experiências também contribuem pra repensar o papel da universidade, da sua formação acadêmica e da sua agenda de ensino, pesquisa e extensão (Entrevistada B – Nordeste).

A análise das entrevistas e dos documentos das incubadoras universitárias revelou um quadro bastante heterogêneo em relação à natureza das ações e projetos desenvolvidos no âmbito dessas incubadoras e dos métodos e práticas utilizadas tanto no âmbito interno (universidade) quanto no externo (empreendimentos, órgãos públicos, movimentos sociais, etc.) na materialização dos seus projetos e ações.

No entanto, foi possível identificar alguns elementos em comum independente da macrorregião geográfica onde estão localizadas: o “público-alvo” de suas ações constitui, em sua maioria, trabalhadores,

trabalhadoras e suas famílias que compõem a superpopulação relativa estagnada; os princípios orientadores das suas ações dialogam com concepções da educação popular e da pesquisa ação; apresentam dificuldades para a sua sustentabilidade econômico-financeira sem os recursos financeiros dos órgãos federais (SENAES; MEC, etc.); envolvem em suas equipes docentes, discentes e servidores técnicos administrativos das universidades; contam com apoio institucional das universidades de formas diversas (disponibilização de local para funcionamento, veículos e servidores técnicos, etc.); os docentes envolvidos nos projetos e ações das incubadoras têm uma trajetória pessoal de militância política; os projetos apoiados pelas incubadoras em sua grande maioria estão direcionados para ações de: empreendedorismo, artesanato, catadores de material reciclável, agricultura familiar, comercialização de produtos de comunidades tradicionais, etc.

Afinal para que servem a extensão, ensino e pesquisa realizados pelas incubadoras? Os conhecimentos gerados por esse tripé, materializados via ações e projetos das incubadoras universitárias, provocam que tipos de resultados? Como os sujeitos sociais envolvidos nesses projetos (docentes, discentes, técnicos das universidades e pessoas que atuam nos empreendimentos) são beneficiados com essas ações e projetos extensionistas?

Ou, por outro lado, será que as incubadoras universitárias acabam gerando uma forma de privatização interna das universidades públicas federais? Será que suas ações e projetos as conduzem a atuar como agentes executores de políticas públicas que tentam (sem êxito) minimizar os efeitos das expressões da questão social e, em especial, do desemprego estrutural? Essas questões atravessaram todo o processo de pesquisa e estudos realizados e nas considerações finais a seguir apresentamos uma síntese das respostas¹⁶ encontradas.

¹⁶ Vale o registro que na pesquisa social toda resposta é histórica e sujeita a mudanças e transformações. Para conhecer o resultado da pesquisa na íntegra consultar a tese: As incubadoras universitárias na contrarreforma do ensino superior público no Brasil, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24599>.

Considerações finais

A universidade brasileira vive desde a sua gênese sendo constantemente ameaçada em relação às suas funções principais – produção do conhecimento e formação humana crítica emancipatória –, dadas as condições históricas concretas de surgimento e consolidação dessa instituição.

Como em efeito cascata, as dificuldades que as incubadoras universitárias irão enfrentar em decorrência desses óbices serão enormes. As principais fontes de recursos utilizados pelas incubadoras são provenientes de editais do MEC (PROEXT) e SENAES (PRONINC), e dado o congelamento dos recursos financeiros por vinte anos para essas e outras áreas temáticas ficam evidentes os percalços pelos quais serão submetidos esses projetos extensionistas.

Diante desse cenário, as incubadoras universitárias e suas redes de organização estão buscando novos parceiros e estratégias para captação de recursos financeiros em seus projetos. Isso foi evidenciado no V Encontro Nacional de Incubadoras Universitárias (V Enies) do Nordeste, ocorrido em Juazeiro do Norte, de 12 a 15 de outubro de 2016¹⁷. As observações realizadas durante esse evento e com o conteúdo apresentado na Mesa do V Enies, ficou claro que nesse contexto de crise as incubadoras universitárias irão buscar outros caminhos, ou outras formas de caminhar em prol da continuidade dos seus projetos e ações extensionistas nas incubadoras universitárias.

E os caminhos apontados revelam que o empreendedorismo e a aliança com associações e fundações de natureza mais empresarial poderão ser as saídas futuras encontradas pelas redes das incubadoras, mesmo que essas instâncias de fomento não dialoguem com os valores e objetivos das incubadoras ditas “populares” existentes nas universidades hoje.

Com isso, o futuro nos dirá se essa possível aliança poderá contribuir ainda mais para gerar no âmbito das universidades públicas carac-

¹⁷ Com recursos financeiros do EDITAL DPP-UnB No 02/2016, da Universidade de Brasília, adquirimos passagens e pagamos hospedagens para participarmos desse evento.

terísticas de uma organização operacional nos moldes do alerta feito por Chauí (2014). Corre-se com isso o risco de submeter às funções precípuas da universidade, ensino, pesquisa e extensão a lógica mercantilizada que em nada contribui para a produção do conhecimento e emancipação crítica dos sujeitos políticos que dela participam (docentes, discentes, técnicos administrativos). Assim, o atual cenário político brasileiro ameaça a função da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, de garantir para a classe trabalhadora o acesso ao direito à educação superior.

Este estudo, entre outras coisas revelou as estratégias utilizadas pelo Estado capitalista neoliberal brasileiro no processo de contrarreforma do ensino superior de transformar a instituição universidade em mais uma organização a serviço do capital; bem como delatou a gradativa perda de autonomia dessa instituição, nos termos de Chauí (2014), que vem adquirindo características de uma organização heterônoma. Apon- tou ainda as ameaças do direito à educação pública, gratuita e laica em curso desde os anos noventa e o agravamento disso com crise econômica e política após 2003.

Revelou que o surgimento das incubadoras universitárias no âmbito das universidades federais tem relações com a crise de desemprego e renda que assolou o Brasil nos anos noventa. Apon- tou que o processo cíclico da crise estrutural do capital ganhou forças em 2003, e isso gerou mais desemprego e empurrou grande massa dos trabalhadores brasileiros para o mercado informal e precário – cenário que foi identificado pelos entrevistados como mais um fator de estímulo ao surgimento de novas incubadoras universitárias via financiamento estatal através dos editais da SENAES (PRONINC) e MEC (PROEXT). Nesta pesquisa foi possível identificar a importância do financiamento dos órgãos federais (SENAES e MEC) para as ações e projetos das incubadoras universitárias, mesmo com oscilações constantes nos valores nominais e nas fontes de financiamento das ações e programas das incubadoras.

Acerca das características e especificidades das incubadoras de acordo com as macrorregiões em que estão localizadas, foi possível identificar uma grande variação de metodologias e de diferenças entre as onze (11) incubadoras pesquisadas, permeadas principalmente pelo tempo de atuação da incubadora; perfil do coordenador e da equipe de docentes e discente; tamanho da equipe da incubadora; infraestrutura disponível, localização geográfica dos empreendimentos incubados; localização dos empreendimentos rural ou urbano e natureza dos mesmos.

Em relação à indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão no âmbito das incubadoras pesquisadas, foi possível identificar que, apesar das ações e projetos das incubadoras valorizarem essa indissociabilidade, os relatos dos docentes entrevistados e a análise dos currículos Lattes dos mesmos revelaram uma dedicação maior às ações extensionistas e de ensino em detrimento das ações de pesquisa.

Sobre o que pensam esses docentes, nas entrevistas foi possível identificar o compromisso desses trabalhadores da educação com os seus ideais de justiça social e direitos sociais, ideais esses que em alguns já eram preexistentes e que em outros foram despertados ao entrarem em contato com as ações das incubadoras.

Muitos revelaram que a atuação nas incubadoras foi motivada pela sua militância política e envolvimento com ações e projetos em defesa dos direitos sociais em outros espaços políticos.

Além disso, nas entrevistas eles relataram como foi possível realizar nas ações e projetos das incubadoras atividades de geração de renda e fortalecimento da autonomia dos sujeitos que integravam os empreendimentos de economia solidária incubados.

No entanto, este estudo aponta que as incubadoras universitárias acabam escamoteando a precarização do trabalho docente e atribuem às universidades um papel de órgão executor de políticas públicas sem recursos financeiros e humanos necessários para o desempenho desse

papel, materializando, com isso, aquilo que Chauí (2014) denomina de universidade operacional.

Os docentes envolvidos nesses projetos de economia solidária acabam contribuindo com a visão romântica e ingênua de combate ao sistema capitalista de produção alimentando o que Pereira (2013, p. 230) denomina de modelos gestores e administrativos para a permanência do capitalismo.

Em suma, não há caminho do meio. O que existe são modelos gestores e administrativos que buscam soluções diferenciadas, embora definitivas, para a permanência do capitalismo como único sistema econômico, político e social digno de fé. A proteção social, oculta sob o véu do humanismo e da preocupação com o bem-estar geral, é gerida com este propósito; e por isso, trata de fornecer qualidade de vida mínima aos indivíduos que podem ser aproveitados e sobrevivência pacífica, ordeira e controlada, aos que não podem contribuir com o crescimento deste modo de produção.

Do exposto, podemos ratificar a hipótese norteadora da pesquisa, segundo a qual apontávamos inicialmente que a adesão das universidades públicas federais brasileiras aos projetos de economia, por meio das incubadoras, no cenário neoliberal de contrarreforma do ensino superior redimensiona o papel das universidades, atribuindo a essas uma função operacional.

Esse processo promove a precarização do trabalho docente – principalmente daqueles que assumem a coordenação dessas atividades – interfere na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; e, por fim, acaba atribuindo a essas instituições federais de ensino superior funções de outros órgãos executores de políticas públicas.

As reflexões suscitadas neste estudo tiveram, entre outras coisas, o objetivo de provocar docentes, discentes, técnicos administrativos e defensores da educação superior brasileira a continuarem buscando cons-

truir com a força de homens e mulheres que fazem e refazem a sua história esse ideal dito “impossível” mesmo que a aridez do solo histórico nos grite “não”.

Referências

ANDES-SN. **Cadernos ANDES N. 02**. 4. ed. atualizada e revisada. Brasília: Editora, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2013.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05 de junho, 2015.

BRASIL. **Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019**: Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília: SENAES-MTE, 2015.

BRASIL. **Edital Proext N° 02/2013**. Brasília: MEC, 2013. (a).

BRASIL. PRONINC–SENAES. **Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq N° 89/2013**. Brasília: SENAES, 2013. (b).

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da Competência** (Escritos de Marilena Chauí). Organizador André Rocha. São Paulo: Autentica Editora, Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

IADH. Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – Proninc**: Relatório Final. Recife: IADH, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PEREIRA, P. Camila. **Proteção Social no Capitalismo**: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Tese (Doutorado em Política Social). UnB, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb>.

[br/bitstream/10482/15153/1/2013_CamilaPotyara Pereira.pdf](br/bitstream/10482/15153/1/2013_CamilaPotyara_Pereira.pdf). Acesso em: 29 novembro, 2020.

Incubação de empreendimentos solidários: extensão e práticas formativas

Silvio Luiz de Oliveira Soglia

Introdução

A finalidade primordial deste capítulo é discutir a incubação como ato pedagógico de formação e construção de conhecimentos, na relação com os Empreendimentos da Economia Solidária (EES) que integram os projetos executados pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (INCUBA/UFRB), na sua trajetória ao longo de 15 anos de atuação. Nessa perspectiva a extensão universitária é utilizada e entendida como espaço de formação acadêmica voltada para a transformação da realidade social.

Destacamos também a metodologia de incubação utilizada e a sua relação com as atividades acadêmicas universitárias focadas na extensão. Assim, o processo de incubação de EES é realizado na perspectiva de uma ação que vincule programas governamentais e políticas públicas territoriais de estruturação e sustentabilidade desses empreendimentos, na busca de qualificação profissional e na formação para o exercício da cidadania. A adoção de estratégias de desenvolvimento territorial busca a compreensão e a articulação dos sujeitos sociais para que possa construir políticas que promovam o aumento da riqueza produzida, a distribuição mais equitativa dos benefícios gerados desta riqueza e sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Iniciamos o capítulo com uma breve contextualização do ambiente acadêmico em que as atividades de extensão e de incubação de EES estão inseridas. Fundamental compreender, na realidade da universidade pública brasileira, a atuação dessas incubadoras como projetos de extensão,

e a relevância da Economia Solidária, enquanto um segmento de atuação político-acadêmica. De modo transversal referenciamos o aspecto contraditório da universidade, que historicamente sempre foi compreendida como espaço de reprodução do “establishment” de um lado, e, por outro lado, o lugar legitimado de contestação dessa ordem social.

Sabe-se que os Empreendimentos da Economia Solidária – EES são experiências da economia solidária que envolvem modos de vida não capitalista dentro do modo de produção capitalista. Mesmo com as contradições geradas nessa relação, pode-se constatar que a possibilidade de os EES se viabilizarem depende da articulação e a integração na construção de conhecimentos e de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário. A economia solidária constitui-se, portanto, em uma estratégia voltada para fortalecer e estimular relações de cooperação, fator essencial para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento (SINGER, 2000).

A formação de organizações sociais e econômicas articuladas em torno de projetos de desenvolvimento territorial estimula a cooperação e criam ambientes institucionais mais favoráveis para a ampliação dos sujeitos dos EES e das redes de cooperação¹⁸, pautada em princípios metodológicos que priorizam a participação social em todas as fases: construção; planejamento, organização e controle; execução das atividades; acompanhamento e avaliação. Resumidamente, o que aqui denominamos de “Incubação” é um conjunto de atividades que envolvem a organização de trabalhadores, a formação básica inicial quanto ao empreendedorismo solidário, à viabilidade do negócio e o apoio à formalização do empreendimento solidário (VELLOSO; SOGLIA; CAMILO, 2017).

¹⁸ Entende-se como redes de cooperação as articulações formais ou não formais entre EES e suas organizações de apoio para, de forma conjunta, promover atividades com a finalidade de fortalecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas e/ou para promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços, e/ou para promover o consumo coletivo de bens, produtos e serviços (BRASIL, 2015).

Relação universidade e sociedade

Partimos da premissa de que, no contexto em que a educação é percebida como produção social e política que se realiza no espaço de relações humanas, a instituição universitária deve estabelecer novas relações com a sociedade, especialmente no que se refere ao acesso (para quem?), à natureza (para que?), e à qualidade (o modo de fazer) da formação que oferece.

As sociedades globais cada vez mais convivem com as desigualdades sociais e a falta de oportunidades para grandes contingentes populacionais, especialmente para a juventude. No caso do Brasil, que ainda se ressentia das práticas colonialistas do passado e atuais, e do atraso de suas elites, trabalhar com afinco pela educação para que as novas gerações tenham acesso também ao ensino superior qualificado não é suficiente.

Ao analisarmos os antecedentes históricos do sistema universitário no Brasil, percebemos que a universidade brasileira sempre exerceu um papel de controle social, desde o período colonial, na produção de conhecimentos e na formação de mão de obra qualificada para a elite, necessários a assegurar e reproduzir a ordem social vigente. Entretanto, esta conformação não evitou que as universidades fossem palco de lutas, indagações e movimentos reformistas, seja por aspirações liberais republicanas ou por pressão das classes médias burguesas, muitas vezes para atender aos interesses econômicos do capital. Apenas recentemente as universidades estão permeando-se aos setores populares.

Boaventura Santos, ao discutir a crise da universidade ao final do século XX, identificara três crises intimamente ligadas, reconfiguradas pela globalização neoliberal e ainda não totalmente superadas. O autor demarca naquele momento uma crise de hegemonia assim definida:

A crise de hegemonia resultava das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe tinham vindo a ser atribuídas. De um lado, a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares científicos e humanísticos, necessá-

rios à formação das elites desde a Idade Média europeia. Do outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista (SANTOS, 2010, p. 9).

A segunda crise dizia respeito a sua legitimidade. Para Boaventura, esta crise foi provocada pelo fato de:

A universidade ter deixado de ser uma instituição consensual, em razão da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados, através das restrições do acesso e da credenciação das competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, por outro (SANTOS, 2010, p. 10).

E por fim, a crise institucional, prevalente e absorvedora das outras duas, que no contexto brasileiro seria definida pelo autor como:

Resultante da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social reduzida à sua capacidade para produzir conhecimento economicamente útil, isto é, comercializável (SANTOS, 2010, p. 10).

Essa terceira crise que dominou a atenção das políticas educacionais nos últimos anos resulta da crise financeira do Estado e seu consequente descompromisso crescente com o financiamento público da universidade. A lógica neoliberal global se instala e cresce a partir dos anos 80, ampliando ainda mais a privatização do ensino superior e a sua transnacionalização, aprofundando a crise financeira das instituições públicas. Como consequência, certamente não a única, a universidade é obrigada a competir no emergente mercado de serviços universitários, dando origem, ao nosso ver, à privatização dos serviços de ensino e pesquisa e da extensão utilitarista, associada a parcerias com grupos capitalistas nacionais e internacionais.

Na visão de Boaventura Santos, essas contraposições têm desestabilizado a institucionalidade atual da universidade. Por um lado, a pressão privatista da mercantilização do conhecimento. Por outro lado, uma pressão publicista social difusa que rompe o espaço público restrito da universidade, em nome de um espaço muito mais amplo atravessado por confrontos muito mais heterogêneos e por concepções de responsabilização social muito mais exigentes. Como alternativa a esses desafios, propõe caminhos para uma reforma criativa democrática e emancipatória da universidade, centrada em um projeto de país, protagonizada por setores progressistas da universidade, pelo Estado nacional comprometido com avanços sociais e pela sociedade organizada individualmente ou coletivamente; movimentos sociais, sindicatos, ONGs e suas redes, entre outros (SANTOS, 2010, p. 44-60).

Numa visão gramsciana, a universidade tem se tornado cada vez mais um espaço ideológico de disputas, onde a luta pela hegemonia entre grupos sociais busca produzir e reproduzir conhecimento que legitime modelos específicos de sociedade. O mesmo lugar de contradição de sempre; por um lado comprometida com a reprodução das relações de poder vigentes, e por outro, legitimada como o espaço para sua confrontação (SANTOS; CRUZ, 2008, p.1-2).

A INCUBA: trajetórias em construção

A Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBA) é uma incubadora universitária constituída na UFRB em 2007, no âmbito do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)¹⁹ e tem como missão contribuir na promoção e no fortalecimento de empre-

¹⁹ Iniciado em 1998 e extinto em 2016, o PRONINC pode ser considerado uma das mais relevantes políticas do campo da economia solidária, uma vez que atuou de forma estratégica, ao financiar, simultaneamente, empreendimentos de economia solidária e grupos de pesquisadores, técnicos e estudantes comprometidos em produzir conhecimento a partir das demandas populares (BRASIL, 2020).

endimentos solidários (EES), valorizando a diversificação da produção, o resgate do conhecimento tradicional, as relações de gênero equitativas e as tecnologias sociais associadas às políticas públicas territoriais sustentáveis, como forma de promover a melhoria da qualidade de vida com atividades voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, a partir da indissociabilidade de ensino, extensão e pesquisa universitária.

A INCUBA/UFRB compõe a rede UNITRABALHO (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho)²⁰ e tem atuação principal no segmento da agricultura familiar, principalmente por meio dos cursos de Agroecologia, Agronomia, Gestão de Cooperativas, Nutrição, Licenciatura em Educação do Campo, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade, além do curso de Tecnologia em Alimentos na Educação do Campo, através do envolvimento de professores, técnicos e estudantes.

Para organização e efetivação das suas atividades, a INCUBA/UFRB possui uma estrutura física composta de uma sede (casa cedida pela UFRB) equipada com computadores, notebooks, acesso à internet, impressoras, projetores, materiais de consumo que são disponibilizados a toda equipe e participantes dos empreendimentos incubados, além de utilizar a infraestrutura da UFRB para realização de atividades, como salas e auditórios.

A INCUBA na UFRB, como explicitado anteriormente, tem atuado de forma articulada com o ambiente territorial e acadêmico. No ambiente territorial, existe uma integração com os Colegiados Territoriais; e no ambiente acadêmico, com outros grupos de pesquisa e de extensão da UFRB, e das outras instituições de ensino. Esta relação acadêmica interinstitucional propiciou a formação de uma rede de cooperação entre as

²⁰ É uma rede universitária nacional que agrega, atualmente, 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Criada em 1996, tem por missão promover a integração entre a universidade e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que os auxiliem na luta por melhores condições de vida e trabalho. Tal missão se concretiza por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação.

instituições de ensino na relação com a extensão, a pesquisa e o ensino universitário, com ações voltadas para o fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar no estado da Bahia.

As atividades na INCUBA/UFRB são desenvolvidas de maneira integrada, na medida das demandas, por equipes técnicas com formações específicas constituídas por docentes e discentes, na sua maioria da própria UFRB, integrados em diversos *campi*, o que facilita a logística de acompanhamento do processo de incubação e de infraestrutura para o desenvolvimento do trabalho.

Outra característica do trabalho é a responsabilidade coletiva pelos processos de incubação, com divisão de tarefas, distribuídas a partir da formação e das competências individuais. Isso significa que a execução efetiva do projeto é uma responsabilidade de todos.

Nas ações praticadas pela INCUBA, as atividades acadêmicas desenvolvidas são pactuadas com os EES, na compreensão do papel da universidade enquanto espaço de desenvolvimento educacional a partir do princípio educativo da indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino universitário e na sua inter-relação com as dimensões políticas, sociais, ambientais e culturais, tanto na participação dos trabalhadores dos EES, como de suas famílias e das comunidades que estão no entorno, a partir das dinâmicas territoriais.

Desde modo, a INCUBA/UFRB vem construindo uma metodologia de incubação apoiada em processos formativos em que prevalece a dialogicidade, onde as pessoas são consideradas sujeitos participativos e contribuintes na construção do registro histórico do seu próprio empreendimento. Em outras palavras, a equipe da incubadora é orientada para não oferecer apenas capacitações e atividades pontuais, descontextualizadas e desengajadas. Ao contrário, tenta se apropriar das práticas pedagógicas de educação popular como processo de mudança social, numa perspectiva “Freiriana”. Entende, assim, que cada grupo produtivo tem sua dinâmi-

ca própria de acompanhamento, a partir de seu estágio organizacional, orientado pelo respeito à sua autonomia.

Ressignificando a Extensão na INCUBA

As atividades extensionistas são as principais estratégias utilizadas pela INCUBA no desenvolvimento do seu trabalho e a sua regularidade e qualidade indicam o grau de compromisso e interlocução que a instituição pratica com as comunidades. Tais atividades estão alicerçadas em princípios de humanização, de exercício da cidadania, de convivência e respeito à diversidade cultural.

A concepção de extensão universitária que se apresenta na proposta da Incubadora na UFRB é demarcada pela dimensão transformadora e dialógica entre a universidade e a sociedade na construção de ações de transformação social. Portanto, a universidade é um sujeito que tem contribuições nessa relação, voltadas à realidade social, política, ambiental, cultural e econômica do seu território.

Importante demarcar esse entendimento porque por vezes a extensão universitária é permeada por práticas de posições assistencialistas, que são caracterizadas por atendimento de prestação de serviços, que muitas vezes devem ser realizadas pelos entes do poder público municipal, estadual ou federal; ou ainda de caráter difusionista, em que primeiro se pesquisa dentro do ambiente acadêmico para depois estender o seu conhecimento à sociedade, prática que Paulo Freire denomina criticamente como de caráter da *educação bancária* (FREIRE, 2011).

Vejamos o que diz o Parecer do Conselho Nacional de Educação quando definiu as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira (Parecer CNE nº 608/2018):

A concepção que se tem de uma universidade, por vezes redentora, pode atribuir à extensão, e, conseqüentemente, à própria universidade, tarefas que extrapolam a sua capa-

cidade de ação. A ideia de uma universidade meramente como produtora de bens e serviços, por outro lado, pode estreitar, por uma vertente unicamente mercadológica, seu ethos, cabendo, nesses casos, à extensão universitária tão somente captar recursos nos diversos setores da sociedade civil, por intermédio da prestação de serviços, viabilizada a partir de “parcerias” entre universidades e empresas, impedindo-a de vivenciar, no todo, sua capacidade ampla de conceber atividades extensionistas como o lugar de criação e recreação, que incorpora o ensino e a pesquisa em prol do desenvolvimento da sociedade. Diante das conceber atividades extensionistas como o lugar de criação e recreação, que incorpora o ensino e a pesquisa em prol do desenvolvimento da sociedade novas demandas que o mundo globalizado impõe à universidade, é preciso definir, em relação ao marco legal, as diretrizes macro emanadas neste documento, que permitem conceber a extensão universitária como função potencializadora na formação dos estudantes e na capacidade de intervir em benefício da sociedade, aspecto essencial para que a universidade se realize como instrumento emancipatório do ponto de vista histórico, há de se esclarecer a lacuna sobre o tema no âmbito das políticas públicas (BRASIL, 2018, p. 4).

Do mesmo modo está definida na Política Nacional que a extensão universitária é uma ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmicos e populares (FORPROEX, 2012).

Nas últimas décadas no Brasil, a Extensão Universitária, orientada por uma Educação Popular, também vem ganhando reconhecimento e mais espaço institucional no contexto universitário. O diálogo das diversas experiências demonstra que, mesmo dentro de uma universidade onde predominam os interesses das classes sociais dominantes, estudantes, professores e sujeitos de comunidades e movimentos populares vêm construindo ações acadêmicas pautadas pelo diálogo e pela construção conjunta do conhecimento na relação entre a universidade e a sociedade. Isso confere à Extensão Universitária a utilidade de articular o Ensino e a Pesquisa, com o intuito de se inserir no mutirão de lutas das classes subalternizadas; empreender ações que colaborem para garantir os direitos

e superar a pobreza econômica e as desigualdades e identificar seus empreendimentos como Extensão Popular (CRUZ, 2017).

No campo da Extensão Popular, o envolvimento de estudantes com a complexidade da dinâmica social, povoada de sofrimentos, de opressões e de muitas possibilidades de fascinante criação coletiva, pode despertá-los da alienação individualista e consumista difundida pela sociedade capitalista e que marca tão fortemente a juventude, conforme assinala Vasconcelos (2006).

Nessa direção, Cruz (2017), com base em Melo Neto (2004, p. 62), define a *Extensão Popular* como:

um trabalho social útil, desenvolvido por meio de um agir crítico pautado por um processo de construção participativa e compartilhada, com a intencionalidade de articular tanto o ensino como a pesquisa na mobilização de experiências, estudos e reflexões em contextos de adversidade, para a superação de problemas sociais, de maneira comprometida com a mudança e o enfrentamento à exclusão social e à desumanização.

Do mesmo modo, as reflexões de Boaventura de Sousa Santos se mostram implicadas com as práticas de extensão nos moldes aqui propostos. Segundo ele, na luta para reconquistar a sua legitimidade, a Universidade do Século XXI deve conceder uma nova centralidade às atividades de extensão. Isto ocorrerá com implicações nos currículos e na atividade docente. Dessa forma as universidades terão uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra as desigualdades e exclusão social e na defesa no meio ambiente e da diversidade cultural (SANTOS, 2010, p. 73).

Temos a mesma convicção. Acreditamos que a extensão universitária possa desempenhar um papel decisivo na construção de novos paradigmas, propiciando a expansão do espectro da pesquisa acadêmica e a identificação das reais demandas da sociedade.

Importante destacar que a INCUBA/UFRB está estruturada enquanto um Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão na UFRB. Também como grupo de pesquisa cadastrado no CNPq intitulado de INCUBA, com linhas de pesquisa que tratam dos seguintes temas: a) Aspectos Jurídicos dos Empreendimentos Econômicos Solidários; b) Educação Popular; c) Finanças dos Empreendimentos Econômicos Solidários; d) Marketing e Comercialização Solidária; e) Meio Ambiente; f) Movimentos e Organizações Sociais; g) Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial; e h) Saúde Pública, Alimentação Coletiva e Segurança Alimentar e Nutricional.

A INCUBA também vem se destacando na formação de futuros profissionais do campo da economia solidária e no desenvolvimento de conhecimentos e subsídios às ações de órgãos governamentais e organizações e movimentos sociais. Assim, a experiência da INCUBA/UFRB demonstra que o processo de incubação, a partir da metodologia participativa de construção de conhecimentos com os sujeitos acadêmicos e territoriais na relação com os trabalhadores e as trabalhadoras dos EES, ressignifica as práticas acadêmicas na sua relação entre a extensão, o ensino e a pesquisa universitária e as relações entre saberes acadêmicos e territoriais.

Portanto, o aprendizado mediante a organização dos EES tem a possibilidade, de um lado, de contribuir para a organização das comunidades, na gestão participativa dos espaços públicos, incluindo os recursos naturais locais, as políticas de saúde e educação, enfim, outras interfaces para a promoção do desenvolvimento territorial, sustentável e solidário; e por outro, de contribuir com a agenda acadêmica universitária na implicação da construção do conhecimento com a realidade territorial (VELLOSO; VALADARES; SOUZA, 2007, p.15).

No meio acadêmico, o acúmulo de experiências a partir do desenvolvimento de projetos e programas de Extensão universitária, na interface entre Pesquisa e Formação profissional, particularmente aqueles as-

sentados em uma *Extensão Popular*, vem consolidando, nas várias áreas do conhecimento, uma perspectiva diferente e inovadora de interação Universidade/Sociedade. Cresce paulatinamente o aprimoramento de metodologias capazes de promover uma qualificação na luta cotidiana das classes populares pela conquista plena da cidadania e de direitos, dando sentido aos esforços empreendidos por sujeitos da comunidade, estudantes, técnicos e professores.

Extensão e formação universitária

No que concerne à participação dos estudantes em ações de extensão e os impactos para a complementação da sua formação acadêmica, são inúmeros os resultados produzidos nas pesquisas acadêmicas, incluindo as experiências desenvolvidas na INCUBA/UFRB, que demonstram a importância da extensão e sua relevância para a vida pessoal e formação profissional no domínio da universidade pública.

As motivações que induzem estudantes a participarem de atividades de extensão na UFRB, incluindo aí o desejo concreto de fazer parte do projeto da INCUBA/UFRB, tem procedências e orientações diversificadas, mas que convergem para um ponto em comum: a realidade social e sua materialidade, incluindo o modo como tal realidade é percebida e vivenciada por esses estudantes. O intrigante e curioso gosto pela convivência com a comunidade, em seus diversos espaços, instiga-os a experimentar outro tipo de inserção universitária. O engajamento nas lutas cotidianas dessas populações desperta nesses estudantes o anseio de ultrapassarem os limites e as inconsistências do próprio saber científico-acadêmico, muitas vezes deslocados da realidade social que os cercam. Os conhecimentos teóricos acadêmicos parecem adquirir significado e se movem em direção a um trabalho socialmente útil.

Outro estímulo que não pode ser desprezado é o benefício do auxílio financeiro (bolsa) quando presente, como suporte à sustentação

econômica dos estudantes. O que revela a importância dos programas e projetos governamentais de apoio à extensão, complementar a uma política pública de permanência dos mais empobrecidos nas universidades, sem a intenção de aqui, com essa afirmação, defender a substituição da política de financiamento da assistência estudantil.

Contudo, de forma significativa, a motivação mais inspiradora para a maioria dos estudantes se assenta na identificação pessoal com o trabalho de extensão em comunidades, seja por identidade lastreada na origem de pertencimento ao meio comum (geralmente o rural), seja por encontrar nessas comunidades a receptividade na forma de acolhimento e solidariedade, mesmo não tendo a mesma procedência. Esses alunos enxergam na extensão a possibilidade de uma formação mais próxima da realidade social que os cercam.

Na universidade pública observa-se que muitos estudantes estão inserindo-se em uma multiplicidade de atividades e projetos de natureza extensionista. Correspondem desde estágios de vivência, participação em coletivos independentes, à vinculação em projetos institucionais de pesquisa e extensão, dentro e fora da universidade, vivenciando nas comunidades as suas realidades e contradições.

A partir de então, essas múltiplas experiências iniciais promovem o engajamento desses estudantes nas ações de extensão, que ao nosso ver, vêm construindo uma consciência crítica, reflexiva que os afastam da visão individualista e consumista tão própria da sociedade capitalista. Podemos aqui relacionar essas práticas com o conceito de formação de “subjetividades inconformistas” apontada por Boaventura Santos. Para o autor, o objetivo de um projeto educativo emancipatório, incluiríamos também de uma extensão comprometida com a emancipação humana, social e material da população empobrecida, “consiste em recuperar a capacidade de espanto e de indignação e orientá-la para a formação de subjetividades inconformistas e rebeldes” (SANTOS, 2009, p. 18).

O autor expressa ainda, nessa mesma fonte, que a “trivialização do sofrimento humano, mediatizado pela sociedade de informação, traduz-se na morte do espanto e da indignação. E esta, na morte do inconformismo e da rebeldia”. Percebemos que são essas vivências em atividades extracurriculares, compartilhadas com diferentes grupos subalternizados e discriminados, que podem estimular os sujeitos inconformados a se engajarem nas lutas dessas comunidades por dignidade e a questionar as práticas excludentes, tão vinculadas à exploração e à dominação capitalista.

Outro aspecto que podemos discutir aqui é a contribuição da extensão para a aprendizagem técnica profissional, materializada na relação teoria e prática, implicada com o papel social da produção e utilização do conhecimento. Partimos da premissa de que essa aprendizagem deve ser compreendida na indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Sendo a extensão uma atividade que extrapola a sala de aula, interage necessariamente com os segmentos sociais locais, que no âmbito do trabalho da INCUBA compreende os empreendimentos da Agricultura Familiar, numa evidente conformação de troca de saberes.

Desta compreensão podemos deduzir que, para a maioria dos estudantes que participam de atividades extensionista no âmbito da INCUBA, ocorre uma aplicação direta dos conceitos e técnicas que a teoria explicita em sala de aula. Pode-se também inferir que os bolsistas experimentam um trabalho de produção e construção do conhecimento, confrontando o que os livros descrevem com o que a realidade apresenta. Entretanto, é justo concluir que, em relatos já constituídos e publicados, aparecem outras dimensões que não se limitam à absorção de teorias e técnicas, mas também, compreendem outros aspectos da dinâmica social dos grupos envolvidos.

Então, interroga-se. Essa aplicação direta, materializada na relação teoria e prática, pode ser tomada como um exemplo de integração entre ensino, pesquisa e extensão, aplicada na aprendizagem? A esta pergunta podemos acrescentar outra. Não estão esses estudantes experimentando a passagem do conhecimento universitário para o conhecimento “pluriversitário”?

Para Boaventura Santos (2010), o conhecimento universitário é preponderantemente homogêneo, hierárquico e disciplinar, cuja produção se dá relativamente descontextualizada em relação às premências do cotidiano das sociedades. Ao contrário, o conhecimento pluriversitário é um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica.

Do contexto anterior podemos deduzir que a construção do conhecimento pode se dar no confronto com outros saberes na relação com atores sociais em atividades rotineiras de aprendizagem. É consenso no meio acadêmico que o modelo tradicional de ensino vive um processo de exaustão. Para muitos é urgente uma mudança na forma, na concepção e nas técnicas de aprendizagem, apesar dos avanços recentes. Seriam alternativas epistemológicas, principalmente quando o debate é a produção do conhecimento em um contexto de formação acadêmica e sua relação com a sociedade.

É nesses termos que podemos dizer que a aprendizagem é um processo complexo, que não pode prescindir de alguns referenciais indispensáveis. No contexto deste trabalho, como explicita Pedro Demo, a aprendizagem se materializa na intermediação e ambiência humana, na sua complexidade e experiência histórica e cultural. Para esse autor, todo processo de aprendizagem age de modo reconstrutivo e político, mesmo aqueles de caráter instrucionista, ainda dominantes na esfera universitária. Essa atividade de reconstrução não é apenas biologicamente marcada, mas igualmente politicamente contextualizada, porque se trata de sujeitos históricos capazes de história própria (DEMO, 2001, p. 310-311).

O reconhecimento de que a aprendizagem pode ser melhor suscitada em ambientes humanos mais flexíveis e sedutores, emocionalmente

mais dinâmicos, nos faz refletir que a extensão universitária pode assumir essa condição, uma vez que possibilita ao estudante assumir o protagonismo do próprio processo de formação. Este é um desafio que permeia o debate sobre a construção reformuladora dos currículos de graduação. Ou mais precisamente a curricularização da extensão.²¹

Nesse sentido, uma das preocupações político-pedagógicas do campo da Extensão é buscar nos processos de resolução de problemas sociais, a devida articulação entre os saberes cientificamente produzidos pela universidade e os saberes populares que constituem a cultura das comunidades diretamente envolvidas pelas ações extensionistas, em uma perspectiva de contribuir com a formação ampliada, não somente dos estudantes, mas também com a ampliação da formação da comunidade diretamente participante (MENDES, 2018).

O fazer extensionista

Em nossa experiência no campo da extensão, podemos constatar a percepção que os estudantes têm da interatividade com a comunidade, bem como a oportunidade de aprender com elas, ressignificando e reconstruindo os conhecimentos e saberes adquiridos na universidade, numa lógica de complementariedade.

Por outro lado, existem também entraves na execução das atividades extensionistas no acompanhamento dos empreendimentos. Essas dificuldades podem se restringir ao ambiente da universidade; estrutura de apoio físico ou humano, mas também àqueles relacionados com a compatibilidade entre a carga horária do curso, o que é disponibilizado para este tipo de atividade extracurricular. Bem como em relação à comunidade; receptividade e convivência com a equipe. Uma das dificuldades

²¹ Para conhecer as diretrizes da curricularização da extensão, ver a Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018. A normativa define conceitos, diretrizes e princípios para a Extensão em todo o sistema de Educação Superior do Brasil. Todas as instituições de ensino superior federais terão que assegurar 10% da carga horária total dos cursos de graduação em extensão.

mais externadas se refere ao deslocamento até as comunidades. Seja pela distância (a maioria se localiza na zona rural), dificuldade de acesso ou pela precariedade do transporte oferecido pela instituição.

Assim, é simples notar que os projetos de extensão necessitam de financiamento para prover as condições mínimas de infraestrutura que resultem no encontro dos sujeitos envolvidos. Ou seja, é indispensável um empenho da instituição para melhor execução das atividades, o que reflete também na presença dos professores no acompanhamento das atividades nas comunidades, a despeito da carga horária do professor e de suas múltiplas tarefas acadêmicas.

Além dos entraves estruturais e acadêmicos, outros aspectos na relação com os empreendimentos merecem ser analisados. O conflito sobre a autonomia e a práxis da autogestão, ou uma incompreensão do papel da universidade. Percebe-se que o papel da universidade no processo de incubação junto às comunidades ainda é carente de definição, sendo, às vezes, confundido como apoio assistencial, puramente técnico ou resolutivo dos seus problemas.

Portanto, é imprescindível também evocar a responsabilidade dos extensionistas, nesse caso professores e estudantes, na mediação pedagógica adequada a essa relação, que às vezes se torna conflituosa. Nos referimos ao exercício da horizontalidade, necessária ao estímulo à participação de todos e todas para o aprendizado da autonomia e para assegurar a autogestão. Essas práticas pedagógicas emancipadoras, assim ressignificadas, se tornam um campo indutor de possibilidades educativas formadoras.

Considerações finais

Como já vimos anteriormente, a metodologia de incubação praticada na INCUBA está apoiada em processos formativos em que prevalece a dialogicidade. Tem como um dos princípios a ação e reflexão, crítica e autocrítica numa perspectiva da Extensão Popular, que resulte em acúmulo de experiências, numa perspectiva de mudança social. Como já explicita-

do, cada empreendimento tem sua dinâmica própria de acompanhamento, a partir de seu grau organizativo, respeitando a sua autonomia.

Entretanto, tem-se a compreensão de que sem a devida articulação e formação política os parâmetros metodológicos perdem efetividade. Portanto, é necessário também que a equipe da incubadora possa se apropriar das práticas pedagógicas de educação popular e atuar de forma efetiva na construção de conhecimentos e de instrumentos a partir dessa realidade.

Neste capítulo, pretendíamos oferecer caminhos para uma reflexão acerca da potencialidade da experiência de extensão universitária, na sua característica peculiar de ensinar e aprender, dirigida à formação emancipatória de sujeitos, aqui particularizada para estudantes universitários. Vimos, ao longo da elaboração deste texto, as tensões internas e externas provocadas nos dias de hoje pelo debate sobre o papel social da universidade como bem público. Esta acepção está permeada de pressões e confrontos, desde que a sua hegemonia na produção de conhecimento e a sua legitimidade perante a sociedade foram arguidas, reformadas ou simplesmente perdidas.

Acreditamos que dentre as ações necessárias a serem empreendidas para mitigação dessas crises se encontra o modo de se promover a formação universitária, tendo clara a definição dos sujeitos políticos desta “transformação”. Um processo formativo que considere as subjetividades e a emoção, que abdique da hierarquização dos saberes e onde a experiência não seja silenciada.

Nesse caso, é imperativo o fortalecimento da extensão universitária e sua forma popular de construção de conhecimento e de formação dos discentes, indissociável da pesquisa e do ensino, ciente de que esta integração é um desafio ainda a ser suplantado, já que sua prática ainda não se incorporou ao fazer cotidiano do ensino/aprendizagem nas universidades.

Por fim, gostaríamos de concluir dizendo que é necessário e urgente que se ampliem as oportunidades para que mais estudantes estejam vinculados a projetos interdisciplinares de extensão nas comunidades. A

questão é: como colocar a extensão e a sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa no cotidiano acadêmico da universidade? Na dinâmica dos currículos e no exercício docente? É uma discussão, é uma luta, mas estamos muito convencidos de que não há outro caminho.

Referências

BRASIL. MEC – Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES Nº 608/2018**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file>. Acesso em 03 de maio 2020.

BRASIL. ME – Ministério da Economia. **Programa em Economia Solidária em Desenvolvimento – PRONINC**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/trabalhador/economia-solidaria/programa-nacional-de-incubadoras-de-cooperativas-populares-proninc>. Acesso em: 14 de jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **1º Plano Nacional de Economia Solidária**: para promover o direito de produzir de forma associativa e sustentável. Brasília: MTE, 2015.

CRUZ, P. J. S. C. Universidade popular: fundamentos, aprendizados e caminhos pela extensão. In: CRUZ, P. J. S. C. *et al.* (org.). **Extensão popular: caminhos em construção**. João Pessoa: Editora CCTA, 2017.

DEMO, P. Conhecimento e aprendizagem: atualidade de Paulo Freire. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. (org.). **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 310-311. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010034147/12demo.pdf>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS/Pró-reitora de Extensão, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MELO NETO, J. F. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: UFPB, 2004.

MENDES, S. N. R. *et al.* A Extensão Universitária no Programa “Qualidade Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos, Agroecológicos e de Resíduos Sólidos: Articulação dos Saberes Populares e Científicos nos contextos, urbano e rural de Uberlândia e região” (Minas Gerais, Brasil). *In*: PALAFOX, Gabriel Humberto Muñoz (org.). **Caminhos do desenvolvimento ambiental**: extensão universitária no campo. Uberlândia: NEAM/CIEPS/PROEX/UFU, 2018.

SANTOS, A. M. dos; CRUZ, A. C. M. da. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. **e-cadernos CES**, n. 2, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1354>. Acesso em: 28 maio 2020. p.1-2.

SANTOS, B. de S. Para uma pedagogia do conflito. *In*: FREITAS, A. L.; MORAES, S. C. (orgs.). **Contra o desperdício da experiência**. A pedagogia do conflito revisitada. Porto Alegre: Redes Editora Ltda., 2009. p. 15-40.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Séc. XXI**: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a auto-gestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

VASCONCELOS, E. M. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. *In*: VASCONCELOS, E. M.; FROTA, L. H.; SIMON, E. (orgs.). **Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006. v. 1, p. 265-308.

VELLOSO, T. R.; VALADARES, J. H.; SOUZA, J. R. Mulheres de fibra: a experiência do artesanato tradicional no território do sisal da Bahia. *In*: I ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, São Paulo, NESOL/USP, 28 e 29 julho de 2007. **Anais [...]**. São Paulo, 2007. p. 15.

VELLOSO, T. R., SOGLIA, M. C. de M., CAMILO, V. M. A. Incubadora de empreendimentos solidários – incuba/UFRB: 10 anos de articulação entre extensão, pesquisa e ensino universitário. *In*: SOUZA, A. de J. *et al.* (orgs.). **Extensão universitária na UFRB**. Cruz das Almas: UFRB, 2017.

Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional

*Valéria Macedo Almeida Camilo
Jaiala Nascimento da Silva
Fernanda Freitas
Isabella de Matos Mendes da Silva*

Introdução

A Agricultura Familiar é responsável por grande parte da produção mundial de alimentos, desempenhando funções econômicas, sociais, culturais, nutricionais, ambientais e territoriais, contemplando a produção de alimentos, a gestão do ambiente, a responsabilidade social e a cultura humana, estando intimamente associada às culturas locais, à religiosidade, aos costumes e aos hábitos alimentares.

O Brasil vem apresentando um potencial inovador com um amplo espectro de experiências organizativas sociais, como associações e cooperativas, as quais vêm contribuindo para a dinamização da agricultura familiar, o desenvolvimento rural, bem como para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Esse potencial está apoiado em modelos de produção agroalimentar mais sustentáveis e no processamento de alimentos *in natura* pelo agricultor familiar, a partir de sistemas produtivos biodiversos e baseados em cadeias curtas que possibilitam novas conexões entre agricultores familiares e consumidores (CONTI; BAZOTTI; RADOMSKY, 2015).

Essas tendências se mostram crescentes e configuram-se como formas diversificadas e viáveis de garantir a SAN, tendo como base a agricultura familiar e sistemas de produção de base agroecológica pautados nos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Soberania Alimentar. No entanto, para que o agricultor familiar garanta o

escoamento de sua produção, vindo a ser competitivo no mercado, faz-se necessária uma organização da sua estrutura produtiva desde o campo até a comercialização, de forma a atender a legislação vigente, aplicando tecnologias sociais de melhorias no processo produtivo. Entre essas tecnologias destaca-se o estudo do processo produtivo com a criação de um Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ) dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares.

Muller, Amaral e Remor (2010) e Silva *et al.* (2017) abordam ser o PIQ dos alimentos produzidos uma associação entre tradições e adoção de práticas que possibilitem a produção de alimentos seguros para o consumo.

O PIQ dos produtos regionais se configura como o estudo da cadeia produtiva da agricultura familiar do campo à mesa nas dimensões nutricional, tecnológica, sanitária, cultural, ambiental, sensorial e socioeconômica, estabelecendo estratégias para fortalecer o sistema de produção familiar, as tecnologias sociais, a geração de emprego e renda, a identidade cultural e a preservação da biodiversidade alimentar nos territórios.

Nesse contexto, o presente capítulo tece considerações a partir de referencial teórico sobre a agricultura familiar e sua multifuncionalidade, como estratégia para promoção da SAN, foco principal das atividades no âmbito da Incubadora de Empreendimentos Solidários.

Segurança alimentar e nutricional

No Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional é conceituada como:

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006a).

SAN, portanto, é uma política de estado abrangente e interdisciplinar, envolvendo uma visão integrada do sistema alimentar e no Brasil mantém unidos os conceitos de Segurança Alimentar e Nutrição. Observa-se que esta abordagem remete à questão alimentar para um patamar mais amplo, pois, além de afirmar a necessidade de confrontar as situações de fome e desnutrição, destaca que a disponibilidade e o acesso devem ser a alimentos de qualidade, livres de contaminação por produtos prejudiciais à saúde, devem respeitar a diversidade cultural e possibilitar a sustentabilidade agroecológica, cultural, econômica e social. Já a questão nutricional refere-se à escolha, ao preparo e ao consumo alimentar e sua relação com a utilização biológica do alimento.

Corona e Pereira (2013) argumentam que o conceito de SAN está ancorado a um conjunto de fatores, entre eles os relacionados à produção dos alimentos desenvolvida a partir de modelos de produção agroalimentar sustentáveis e que permitam o desenvolvimento local proporcionando a agricultura familiar ser um dos campos de incidência desta política, permitindo dessa forma a realização do DHAA e a soberania alimentar da população.

Soberania alimentar é abordada por Maluf (2007) como o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam alimentos para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e as condições de vida e trabalho dos agricultores, sendo uma via para erradicar a fome e uma forma de prevenção de doenças relacionadas principalmente ao desequilíbrio alimentar, como a obesidade, hipertensão e diabetes. Assim, além de produzirmos alimentos, precisamos refletir sobre que tipos de alimentos estamos produzindo em maior quantidade, para que a saúde da população possa ser preservada. Burity *et al.* (2010) defendem que cada nação tem o direito de definir as políticas que garantam a SAN dos seus povos, respeitando as práticas alimentares tradicionais.

Frente a esse contexto, em 2016, a Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) aprovou uma Resolução proclamando de 2016 a 2025 a Década de Ação da ONU para Nutrição. Essa estratégia visa acabar com a fome e a desnutrição, bem como garantir o acesso universal a dietas mais saudáveis e sustentáveis que respeitem os hábitos e as culturas alimentares da população mundial (ONU, 2016). No âmbito da década foram feitas recomendações aos países signatários, as quais foram agrupadas em seis pilares de compromissos, sendo que o primeiro pilar exprime a relação de causalidade entre sistemas alimentares sustentáveis²² e a promoção de alimentação saudável (BOCCHI *et al.*, 2019).

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2017), para atingir o primeiro pilar faz-se necessário rever as políticas públicas e os investimentos aplicados pelos países, visando integrar os objetivos da nutrição, alimentação e agricultura, fortalecendo a produção e o processamento local de alimentos, especialmente por agricultores familiares.

Potencialidades da agricultura familiar

No Brasil a agricultura familiar teve o início no século XVI com a colonização. A implementação das “grandes fazendas” para o cultivo da cana-de-açúcar fez surgir uma forma de subsistência dos pequenos agricultores e suas famílias que recebiam uma pequena parte das fazendas em troca de cuidados com o grande latifúndio, originando dessa forma a agricultura familiar (NETTO, 2008).

No entanto, o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil só ocorreu na década de 1990 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e posteriormente, em 2006,

²² Sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis são aqueles que concebem um modelo sustentável desde a produção do alimento, passando pelas fases de comercialização e abastecimento, até chegar ao seu consumo.

com a Lei nº 11.326, do Congresso Nacional, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (SCHNEIDER; CASSOL, 2013). Até então, era conhecida como “pequena produção”, “agricultura de subsistência” ou “agricultura de baixa renda” (PADUA; SCHLINDWEIN; GOMES, 2013).

A Lei nº 11.326/2006 define agricultor familiar e empreendedor familiar rural como cidadãos do meio rural que detêm área de até quatro módulos rurais, utilizam somente a mão de obra da própria família nas atividades econômicas rurais, assim como o gerenciamento do seu estabelecimento ou empreendimento, sendo a renda familiar proveniente dessas atividades (BRASIL, 2006b). No Brasil, o tamanho do módulo fiscal está fixado por meio de Instruções Especiais (IE) expedidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo que a dimensão varia de 5 a 110 hectares de acordo com o município onde está localizada a propriedade (CASTRO, 2016).

Dados do Censo Agropecuário de 2017 revelaram que foram identificados 5.072.152 estabelecimentos de agricultores familiares, em uma área total de 350.253.329 hectares. Em relação ao Censo Agropecuário 2006, essa área cresceu 5%, que corresponde a 16,5 milhões de hectares, apesar da redução de 2% (103.484 unidades) no número de estabelecimentos. Apenas o Nordeste teve queda no número (menos 131.565) e na área (menos 9.901.808 ha) dos estabelecimentos agropecuários. Em relação às Unidades da Federação, a Bahia apresentou o maior número de estabelecimentos familiares, seguida dos estados de Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Sul (IBGE, 2017).

Vale salientar que a agricultura familiar enriquece o cenário econômico do Brasil, gerando emprego e renda, combatendo a migração em massa para os centros urbanos, produzindo alimentos de maneira ecologicamente equilibrada, diminuindo, assim, o uso excessivo de práticas industriais (PADUA; SCHLINDWEIN; GOMES, 2013). Segundo a Sociedade

Nacional de Agricultura (2017), o setor emprega 74% dos moradores rurais e cumpre um papel decisivo na produção de alimentos para o mercado interno, pois produz 50% dos alimentos que compõem a cesta básica, e 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira.

De acordo com Schneider (2016), os agricultores familiares movimentam o mercado por meio da demanda, quando necessitam adquirir insumos para o desenvolvimento de suas atividades; e por meio da oferta, a partir da comercialização de seus produtos, fortalecendo o processo de inserção nos circuitos mercantis.

Vários canais de comercialização estão disponíveis para os agricultores familiares como: “venda direta na propriedade; feiras livres locais e regionais; agroindústria; cooperativa; intermediários; atacado; varejista e mercados institucionais”, no entanto, muitos destes ainda estão habituados a somente produzir e fornecer matéria-prima às grandes agroindústrias (PREZZOTO, 2016, p.7).

Outra estratégia de inclusão produtiva dos agricultores familiares se faz por meio do acesso às políticas públicas como o crédito rural do PRONAF; a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; o seguro da Agricultura Familiar; o selo da Agricultura Familiar; o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar; e os programas de compras públicas - Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (NIEDERLE, 2017a).

À vista disso, desde meados do século XX, agricultores familiares sentiram a necessidade de agregar valor a seus produtos por meio da transformação artesanal, muitas vezes motivados pela baixa rentabilidade da produção agrícola, seja esta provocada por perdas de culturas, pelo alto custo na aquisição de insumos ou pelo aproveitamento do excedente da produção. Nesse contexto, surgiram às agroindústrias familiares, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar matérias-primas oriundas de agricultores familiares, tornando-se uma alternativa de mercado pela

oferta diversificada de produtos processados de forma artesanal ligados à cultura local (NICHELE; WAQUIL, 2011; WESZ JUNIOR, 2011).

O processamento artesanal dos alimentos possibilita que os agricultores agreguem valor à produção agrícola, deixando de ser apenas provedor de matéria-prima para grandes indústrias e passando a ter uma maior autonomia na comercialização de seus produtos, e consequentemente, uma maior geração de renda (SILVA *et al.*, 2018). Além disso, resgata um saber-fazer específico, permitindo a transformação artesanal dos alimentos em sua época de entressafra, propiciando a preservação das características artesanais, a conservação e o consumo de uma preparação regional, a qual permite a identificação com hábitos de consumo peculiares da região.

Maluf (2006) ressalta que o fornecimento de alimentos típicos com qualidade e o estímulo à diversidade na produção são elementos fundamentais para a promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e está entre os papéis positivos desempenhados pelos agricultores familiares, colaborando, desta forma, para a implementação de estratégias de garantia da SAN.

Contudo, a agroindustrialização familiar apresenta muitos obstáculos a serem enfrentados pelos agricultores, como “processos de comercialização e acesso aos mercados, inadequação de embalagens, instalações e tecnologia de produção e, principalmente, no que diz respeito à legislação sanitária e à qualidade dos produtos” (NICHELE; WAQUIL, 2011, p. 2231).

Segundo Prezzoto (2016), as exigências sanitárias, tanto de competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) quanto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), são desafios para as agroindústrias familiares, pois, por vezes, não se enquadram na realidade da produção em pequena escala. As instituições governamentais exigem certas normas de padronização que necessitam de inves-

timentos altos em maquinário e instalações, o que gera dificuldades para os agricultores familiares.

No estudo de Gazolla, Schneider e Brunori (2018) que comparou agroindústrias familiares do Brasil e Itália, foi possível verificar este impasse que permeia a agroindustrialização familiar brasileira. Os autores destacaram que no Brasil as políticas públicas são voltadas para o “fornecimento de crédito rural para consolidação de infraestruturas produtivas devido às exigências das legislações alimentares, enquanto que, na Itália”, o foco é “promover de forma mais integrada à alimentação saudável, sustentabilidade ambiental, artesanidade e os processos produtivos mais próximos dos ritmos naturais”, e isso refletiu de maneira marcante na diversificação e qualidade dos produtos elaborados entre os dois países. Isso acontece porque a legislação alimentar italiana tem uma maior flexibilidade nas normativas sanitárias para estabelecimentos desse tipo, que vão além dos padrões industriais estabelecidos no Brasil.

Por sua vez, a padronização dos processos de produção nas agroindústrias familiares pode ocasionar a descaracterização dos produtos artesanais, já que estes estão atrelados a saberes tradicionais transmitidos de geração em geração. Deste modo, é preciso adotar um “modelo que respeite e dê visibilidade à diversidade dos sujeitos do campo, reconhecendo suas organizações próprias, seus saberes, experiências, potencialidades e protagonismo” (PREZZOTO, 2016, p. 6).

Nesse contexto, a ANVISA instituiu a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 49/2013, que estabelece as normas para a regularização do exercício de atividades que sejam objeto de fiscalização pela vigilância sanitária, exercidas pelo microempreendedor individual, pelo empreendimento familiar rural e pelo empreendimento econômico solidário. Dentro de suas diretrizes está a “proteção à produção artesanal a fim de preservar costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais na perspectiva do multiculturalismo dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares” (BRASIL, 2013).

À vista disso, as ações de vigilância sanitária devem respeitar os processos baseados em conhecimentos tradicionais, que passam de geração para geração, porém, não poderá deixar de observar a redução de riscos à saúde, adotando uma conduta de normas sanitárias que estejam adequadas à realidade local (SORBILLE, 2016).

Na contemporaneidade as agroindústrias estão passando por adequações, visando atender ao novo mercado, que se revela como uma crítica aos processos de perda de identidade alimentar, globalização e padronização ensejada pela indústria. Esse novo mercado aponta para a emergência de experiências inovadoras a partir da valorização de alimentos com forte enraizamento sociocultural nos territórios, tais como alimentos associados a modos tradicionais de produção, sistemas étnicos-culturais, origem reconhecida, sistemas sustentáveis de manejo e formas sociais de produção. A tendência dessas construções sociais, que envolvem desde a ação cotidiana dos agricultores na criação de novas formas de manejo dos recursos naturais, assim como modelos inovadores de produção, inclusão produtiva, processamento, distribuição e comercialização, representa expressão da luta política dos agricultores, mas também dos consumidores, para valorizar a multifuncionalidade da agricultura e da ruralidade (NIEDERLE, 2017b).

Estratégias de fortalecimento

O fortalecimento da agricultura e da agroindústria familiar se dá por meio da inserção qualificada de alimentos nos diversos mercados, com a construção de novos modos de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência da identidade dos produtos, de valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais, colaborando para a promoção da SAN.

A abrangência da SAN aponta a questão da qualidade dos alimentos como um de seus pressupostos: a garantia da qualidade biológica, sa-

nitária, nutricional, sensorial e tecnológica, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.

A diversidade dos produtos da agricultura familiar tem o papel de valorização da alimentação saudável, a qual constitui um direito humano, e de estímulo à competitividade do mercado, além de se contrapor ao padrão de produção industrial baseada normalmente no ultraprocessoamento dos alimentos, uso de aditivos e composição nutricional desbalanceada.

É fundamental estimular o debate sobre a produção artesanal em condições adaptadas à realidade do agricultor familiar, que valorize as características sensoriais do produto, preservadas pelo conhecimento tradicional, assegurando a preservação da memória (social) alimentar²³ do território.

Muller e Fialho (2011) ressaltaram que a produção e processamento de alimentos pelos agricultores familiares em seu próprio território possibilitaram manter as características sensoriais específicas daquele território, permitindo manter/recuperar os sentidos sociais, as memórias e o patrimônio dos alimentos locais, regionais e comunitários, caracterizando a gastronomia local.

Por conseguinte, a adoção do PIQ dos produtos regionais adequados a cada realidade deve ser posta em prática, considerando que a produção de alimentos com qualidade é de fundamental importância para o desenvolvimento da agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar (DIAS; VINHA; FREITAS, 2017).

Nichele e Waquil (2011) ressaltaram que as agroindústrias devem adotar critérios, como seleção do tipo de produto e volume da produção, matéria-prima regional, procedimentos de higienização, receitas dos produtos, rotulagem, criação de embalagem e instruções quanto ao armazenamento.

²³ Memória (social) Alimentar- refere-se à primeira aprendizagem social, e transmite orientações, preferências acerca de uma cozinha cultural e a comestibilidade dos alimentos.

A identidade regional dos produtos preserva as tecnologias tradicionais empregadas e o fazer tradicional, trazendo inúmeros benefícios para o agricultor familiar e para o consumidor. No caso do agricultor familiar permite auxiliar no planejamento da aquisição de matéria-prima, controle de custos, uniformização de preparações quanto à composição nutricional e sensorial. No caso do consumidor assegura características únicas do produto.

A preservação das receitas e técnicas empregadas na elaboração dos produtos artesanais é vista como elemento de resgate e promoção dos saberes alimentares e de transmissão de conhecimentos entre gerações. Além disso, impulsionam o envolvimento das pessoas com os sistemas alimentares locais, levando à reflexão sobre os modos de produção e consumo, com destaque para um maior compromisso social (OLIVEIRA; JAIME, 2016).

Assim, considerando a necessidade da identidade regional de produtos e processos, com vistas a atender as exigências legais/sanitárias/sensoriais, os critérios de comercialização nos territórios de identidade e a preservação do patrimônio gastronômico regional, faz-se necessário desenvolver ações do campo à mesa para alcançar o PIQ.

Considerações finais

A agricultura familiar e sua multifuncionalidade se apresenta como estratégia relevante na cadeia produtiva de alimentos, uma vez que promove o acesso e a disponibilidade dos alimentos conforme as diretrizes e princípios que regulamentam a SAN e fortalece a preservação da identidade regional dos produtos produzidos, a promoção da segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade, a geração de renda e a sustentabilidade, e consequentemente, desenvolvimento territorial.

Os extensionistas que integram a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBA) da UFRB vêm desenvolvendo metodologias que

se constituem em alternativa coletiva de transformação social, aliando os conceitos da multifuncionalidade da agricultura e de SAN, sendo que a melhoria do processo produtivo é feita a partir das experiências dos atores aliadas ao saber científico na área de SAN. Essas metodologias são utilizadas como base para implantação do PIQ nas comunidades estudadas, com ênfase na troca de saberes entre agricultores familiares e extensionistas, no desenvolvimento de ações do campo à mesa de fácil execução e baixo custo e que têm se tornado eficiente.

Nesta perspectiva foi possível constatar uma agregação de valor aos produtos comercializados pelos agricultores, aprendizados mútuos, uma reconstrução de conceitos, propiciando aos sujeitos uma reflexão sobre a temática e o atendimento do princípio da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

Referências

BOCCHI, C. P., MAGALHÃES, E. S., RAHAL, L., GENTIL, P., GONÇALVES, R. S. A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. **Rev Panam Salud Pública**, v.43, dez./2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6913207/pdf/rpsp-43-e84.pdf>. Acesso em: 19 de jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria a o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, set 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 02 de out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, jul. 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 10 de abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada nº 49 de 31 de outubro de 2013. Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, out. 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdcoo49_31_10_2013.html. Acesso em: 10 de abr. 2020.

BURITY, V. *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CASTRO, L. F. P. Agricultura Familiar na América Latina: a difusão do conceito e a construção de sujeitos políticos. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 3, n. 2, p. 73-97, 2016.

CONTI, I. L.; BAZOTTI, A.; RADOMSKY, G.F.W. Interfaces entre Direito Humano à Alimentação Adequada, Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Familiar, 2015. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v.22, n.1, jan./mar. 2015.

CORONA; H. M. P.; PEREIRA, A. A. Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional: a comunidade da península da Ilha do Cavernoso no município de Candói/PR. **Revista Cronos**, UFRN, Natal, v. 14, n.2, p.108-128, 2013.

DIAS, R. Q.; VINHA, M. B.; FREITAS, J. F. Agroindústrias familiares: a relação das Boas Práticas de Fabricação (BPF) e da regularização sanitária com a qualidade e a segurança dos alimentos. **Incaperem Revista**, v. 8, p. 32-43, 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS/ WORLD HEALTH ORGANIZATION (FAO/WHO). **United Nations Decade of Action on Nutrition: Work Programme**. 2017. Disponível em: <https://www.who.int/nutrition/decade-of-action/workprogramme-doa2016to-2025-en.pdf>. Acesso em: 13 de nov. 2020.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.; BRUNORI, G. Agroindústrias Familiares: um estudo comparativo entre regiões do Brasil e Itália. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 20, n. 1, p. 30-48, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 06 de out. 2020.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e fome no Brasil** – 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação. Relatórios Técnicos, 2. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2006.

MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

MULLER, S. G.; AMARAL, F. M.; REMOR, C. A. Alimentação e Cultura: Preservação da Gastronomia Tradicional. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6, 2010, Caxias do Sul, RS. **Anais[...]**. Rio Grande do Sul: UCS, 2010. p.1-16.

MULLER, S. G; FIALHO, F.A.P. A preservação dos saberes, sabores e fazeres da Gastronomia tradicional do Brasil. **Travessias**, v.5, n.1, p.176-189, 2011.

NETTO, M. M. A Agricultura Familiar e sua organização. **Revista Acta Geográfica**, n.4, p.17-30, 2008.

NICHELE, F. S.; WAQUIL, P. D. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Revista do Centro de Ciências Rurais**, v.41, n.12, p.2230-2235, 2011.

NIEDERLE, P. A. A institucionalização da agricultura familiar no Mercosul: Da definição normativa aos sistemas nacionais de registro. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20 n. 1, p. 67-94. jan.– abr. 2017a.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: NEAD, 2017b, p. 166-194.

OLIVEIRA, N. R. F.; JAIME, P. C. O encontro entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde no Guia Alimentar para a População Brasileira. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 4, p. 1108-1121, 2016.

PADUA, J. B.; SCHLINDWEIN, M. M.; GOMES, E. P. Agricultura familiar e produção orgânica: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**, v. 14, n. 2, p. 225-235, 2013.

PREZZOTO, L. L. **Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado**. Brasília/DF: CONTAG, 2016.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 93-140.

SCHNEIDER, S. Y.; CASSOL, A. **A. agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Santiago, Chile: Rimisp, 2013.

SILVA, A. M. *et al.* A produção artesanal de queijos como estratégia de reprodução e de soberania alimentar para a agricultura familiar do município de Linhares, Espírito Santo. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n.1, p. 1-7, 2018.

SILVA, A. P. A. *et al.* Boas práticas de fabricação artesanal, qualidade microbiológica e rotulagem de queijo minas frescal acrescido de condimentos. **Revista Científica do Curso de Medicina Veterinária – FACIPLAC**, v. 4, n. 1, p. 72-80, 2017.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar**, 03 nov. 2017. Disponível em: <https://www.sna.agr.br/brasil-70-dos-alimentos-que-vao-a-mesa-dos-brasileiros-sao-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 06 de out. 2020.

SORBILLE, R. N. **Inclusão produtiva com segurança sanitária: orientação para gestores de políticas públicas municipais e trabalhadores da vigilância sanitária**. Editoração: Frente Nacional de Prefeitos, 2016. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33856/2846016/>

Orienta%C3%A7%C3%A3o+para+gestores.pdf/8688186a-4809-41a6-b-342-1965ba6e56a8. Acesso em: 25 de abr. 2020.

UNITED NATIONS, General Assembly. Resolution adopted by the General Assembly on 1 April 2016. 70/259. **United Nations Decade of Action on Nutrition (2016–2025)**. Disponível em: <https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/RES/70/259>. Acesso em: 22 de nov. 2020.

WESZ JUNIOR, V. J. Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 4, p. 568 - 596, 2011.

Soberania e segurança alimentar: diálogos com o campo

*Wilson Mazalla Neto
Samantha Serra Costa*

Introdução

Na atualidade a questão alimentar tem estabelecido profunda conexão com a conformação e funcionamento dos sistemas agroalimentares, que por sua vez compõem as atividades de produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos. Nesse grande encadeamento de processos produtivos, cada vez mais globalizados, conforma-se um conjunto complexo e dinâmico de atores e redes em todo o planeta, formando uma teia intrincada na qual a população mundial acessa alimentos.

A consolidação dos mercados alimentares internacionalizados tem seguido a liderança da grande distribuição – representada pelas grandes empresas varejistas e pelas redes supermercadistas – erguida, assim, com base na aceleração e complexificação de padrões, escalas e regulamentação técnica para operacionalizar a circulação e distribuição dos produtos alimentares.

Do ponto de vista da comercialização de alimentos, o grande varejo tem sobrepujado os canais locais existentes, como feiras livres, pequenos armazéns e varejões, estabelecendo então centrais próprias de distribuição. A partir de necessidades específicas de escala, esse arranjo demanda especificações técnicas, parâmetros logísticos e condições operacionais, essas redes acabam exigindo fornecedores mais capitalizados e tecnificados em suas operações, tornando-se restritivas para agricultores familiares e pequenos produtores.

Nessa conjuntura, verificamos uma grande concentração de poder nos sistemas agroalimentares e um nível significativo de internacionalização nas decisões tomadas sobre os processos de distribuição e acesso aos alimentos. De forma que, nesse cenário, o presente texto busca compreender como a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar têm atuado e se interrelacionado com a questão alimentar, a partir de seus conceitos e construções práticas.

Segurança alimentar no Brasil

A construção das práticas e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional estão intimamente ligadas à constituição do Direito Humano à Alimentação, que em 1948, a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, foi oficializado e estabelecido junto aos demais direitos humanos essenciais em âmbito internacional.

Para Belik (2014), a fim de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), os Estados Nacionais na segunda metade do século XX, definiram três diretrizes básicas para sua atuação no campo da alimentação: a) respeitar, não restringindo, a capacidade das pessoas de proverem os seus próprios alimentos; b) proteger grupos e pessoas vulneráveis; c) e cumprir, provendo alimentos para aqueles que não possam consegui-los pelos seus próprios meios.

No Brasil especificamente, observamos, pela primeira vez, a segurança alimentar figurar como referência de uma proposta de política contra a fome em 1985, no primeiro governo democrático pós-ditadura. Na época, a Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura encomendou a uma equipe de técnicos a construção de uma base instrumental e delineamentos no campo da segurança alimentar para suporte à construção de uma política pública. A proposta, apesar de poucos efeitos práticos, carregava diretrizes relevantes acerca do tema e a proposição da criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea),

bem como apontava como finalidades *atender as necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência produtiva nacional na produção de alimentos*. Somando-se a esse episódio, em 1986 ocorreu a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, que movimentou e lançou uma série de proposições relacionadas à segurança alimentar, dentre as quais se destacou a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, integrado por conselhos e sistemas nas esferas estadual e municipal (MALUF, 2009).

Anos depois esses processos se somariam ao Movimento pela Ética na Política, no bojo do qual foi criada a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida (importante iniciativa da sociedade civil para o combate à fome), e a proposta de organizações sociais, técnicos da área e pesquisadores sobre segurança alimentar, articulada em torno do Partido dos Trabalhadores. Encadeamentos históricos esses que culminam na instituição do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar no governo de Itamar Franco em 1993.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, então, foi constituído como um órgão de consulta e assessoria do Presidente da República, composto por integrantes do governo e representantes da sociedade civil. Indubitavelmente a gestão do conselho introduziu a segurança alimentar na agenda nacional e deu origem a iniciativas importantes, como a descentralização da alimentação escolar, a ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e distribuição de estoques públicos de alimentos a populações marginalizadas. No período, ocorreu também a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) no ano de 1994, reunindo cerca de duas mil pessoas entre delegados, representantes dos estados e observadores convidados. Ao final, a conferência aprovou a *Declaração em defesa de uma política nacional de segurança alimentar* e um documento programático para uma Política Nacional de Segurança Alimentar, organizados em três eixos: a) ampliar

as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; b) assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; c) assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis (MALUF, 2009).

O primeiro CONSEA durou apenas até o final de 1994, quando foi extinto pelo novo governo. Em síntese, a tônica dos anos 1990 se concentrou em tratar a fome e a pobreza na perspectiva da estabilização econômica a partir de uma abordagem programática mais localizada nas regiões de pobreza destacada. Marco do período também foi a criação, em 1998, do Fórum Brasileiro de SAN, como desdobramento da mobilização social da sociedade civil organizada. Congregando quase uma centena de entidades localizadas em quase todas as regiões do país, o FBSAN desde então desempenha papel fundamental na mobilização social e nas formulações políticas de segurança alimentar no país.

Especificamente em termos de seus marcos legais, a Constituição Federal de 1988 não tratou clara e diretamente do direito à alimentação, e só então, a partir de 2003, que começam a se delinear políticas mais robustas de segurança alimentar e nutricional, que levam a sua institucionalização no ano de 2006. A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos anos 2000 ancorou-se na abordagem internacional empregada pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), baseando-se nas dimensões da *disponibilidade de alimentos, acesso aos alimentos, forma de utilização e estabilidade ao longo do tempo*. Como marcos históricos, figuram a reinstalação do CONSEA em 2003 e a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN) em 2006. Porém, é apenas tardiamente em 2010 que o Direito Humano à Alimentação passa a ser reconhecido legalmente pelo Estado Brasileiro, por meio da aprovação de emenda constitucional (CUSTÓDIO, 2011).

Em seu artigo terceiro, a Losan define a segurança alimentar e nutricional:

[...]consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 1).

O CONSEA buscou implementar uma atuação transversal e inter-setorial para articular a construção da segurança alimentar e nutricional, atuando assim, para propor diretrizes da Política Nacional de SAN, além de monitorar os programas e projetos integrantes do Fome Zero e de outros programas correlatos. Esse início dos anos 2000 foi marcado pelo protagonismo do Bolsa Família, acompanhado de um conjunto diversificado de ações relacionadas com o abastecimento alimentar, agricultura urbana, e a gestão de equipamentos como restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias. Assim, a institucionalização da segurança alimentar e nutricional ganha contornos mais centrais na política nacional conduzida pela meta de eliminação da fome no Brasil. O período também aprofundou a participação da sociedade civil organizada na formulação e gestão das políticas públicas, o que pode ser verificado, por exemplo, na grande influência e abrangência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como no hercúleo esforço na construção de uma rede de participação social, a partir da constituição dos conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional (MALUF, 2009).

Na primeira década do novo século, a segurança alimentar e nutricional pareceu ter superado um caráter localizado, pontual e até complementar à agenda pública, assumindo uma posição protagonista, central e estruturante na política brasileira, uma abordagem aparentemente coerente com a multidimensionalidade expressa na questão alimentar.

Nesse sentido, a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a partir dos anos 2000, apresentaram várias esferas de atuação, *intervenções em aspectos estruturais* (relacionadas a problemas sistêmicos e crônicos como a fome e a pobreza), *programas específicos para a alimentação* (relacionados ao atendimento específico das famílias) e *também políticas locais* (de ação e interação diretamente com prefeituras municipais e organizações da sociedade civil). Com essa abordagem, a finalidade era conseguir incidir sobre as especificidades territoriais, do campo, das cidades de pequeno e médio porte, das metrópoles, e, sobretudo, na necessária relação entre o urbano e o rural, elencando e reconhecendo o apoio e o fortalecimento da agricultura familiar como estruturantes da SAN no contexto brasileiro (BELIK, 2012).

Dessa forma, o programa da segurança alimentar e nutricional passou a atuar, então, em diversos âmbitos: na interface com a produção agropecuária, sobretudo com a agricultura familiar; no combate à pobreza, alimentação na escola e nas periferias das cidades; e na educação alimentar (BELIK, 2014).

No período referido observamos mudanças significativas no quadro da fome e da insegurança alimentar no país, indicando uma qualificação da política social brasileira, porém os programas de segurança alimentar e nutricional ainda apresentavam fragilidades, principalmente em seu foco excessivo na transferência de renda, refreando as demais ações estruturantes.

Produção de alimentos na agricultura familiar

Para o debate proposto é importante contextualizar a relação construída historicamente entre a agricultura familiar e camponesa e a produção de alimentos no Brasil. Para tanto, iremos observar alguns elementos históricos, aspectos da morfologia e organização social desse setor da sociedade.

Para Wanderley (2010), a agricultura familiar tem como pedra fundamental a força de trabalho humana empregada na terra, e como elementos constitutivos o trabalho em família, o projeto de patrimônio familiar, bem como as tradições locais e a solidariedade comunitária. No interior das famílias camponesas, observamos o domínio de um saber-fazer, adquirido ao longo da vida, das gerações, sobre o próprio ato produtivo e sobre as condições imediatas, naturais e sociais de sua realização.

Logo, com base na relação profundamente comprometida com seu território de vida e trabalho, e sua experiência de saberes ligados ao manejo da natureza, o agricultor familiar engendra seu próprio trabalho na gestão de plantas e animais, quase individualmente, afetivamente, assim não mede seu tempo de trabalho, e sua dedicação à produção é ditado pela necessidade e premência da realização de cada atividade.

Esse modo de operar da família camponesa revela tanto sua preocupação com a manutenção patrimonial de membros e futuras gerações, quanto a primazia da sobrevivência, do autossustento e da reprodução social da família. Essa “lógica” vincula historicamente também a agricultura familiar e camponesa à produção de alimentos, principalmente no que se refere ao manejo agrícola com a finalidade de autoconsumo.

Outro elemento central, segundo Sevilla, Gúzman e Molina (2005), na organização familiar camponesa, se constitui em sua capacidade de gerar conhecimento local e tecnologias próprias, que otimizam e aproveitam o potencial endógeno dos recursos naturais, de acordo com os projetos e interesses dos camponeses. Essa clara vinculação com a natureza expressa uma racionalidade ecológica, na medida em que se produz e se utiliza de energia da matéria viva, para realizar um manejo inteligente dos recursos naturais, além de estabelecerem fórmulas próprias de ação coletiva para manter a socialização do trabalho, própria da forma de exploração familiar.

Assim, a agricultura familiar apresenta em sua morfologia caráter de inclusão social e geração de trabalho, quando analisada no conjunto do campo brasileiro, articulando práticas e manejos de produção de baixo impacto ambiental, baseados na biodiversidade e ancorados na proteção dos recursos naturais (CAPORAL; COSTABEBER, 2007; WANDERLEY, 2010).

Historicamente no Brasil, conseguimos identificar desde o período colonial grupos populacionais em formação que viriam a dar origem ao que hoje chamamos de agricultura familiar e camponesa. Eram famílias marginalizadas pelo sistema reinante, que se destinavam a ocupar pequenas faixas de terra, em áreas marginais com baixo interesse dos senhores de engenho, para buscar extrair da terra seu sustento. Produziam sem escravos ou trabalhadores assalariados, sem a posse legal da terra, trabalhando com suas mãos e precários instrumentos de trabalho (GRAZIANO da SILVA *et al.*, 1980).

Em geral, cultivavam gêneros diversificados para sua subsistência e para a venda destinada à alimentação das vilas e povoados, que abrigavam tropeiros, um casta administrativa e clérigos – ao mesmo passo, quando os preços internacionais e a dinâmica econômica estavam favoráveis à produção de açúcar, muitas vezes esses agricultores abasteciam até mesmo os engenhos. Eram comuns à época policultivos de milho, trigo, feijão, algodão, mandioca, marmelo, abóbora e batata-doce.

Esse caráter de produção de itens alimentares para a sustentação dos centros urbanos e da população em geral se consolida ao longo das décadas seguintes e permanece até os momentos atuais. Assim, temos evidenciado nas últimas décadas que os produtos destinados à alimentação brasileira são majoritariamente provenientes de estabelecimentos de pequeno porte e da agricultura familiar. Segundo França (2009), os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelaram que 87% da mandioca, 70% do feijão e 46% do milho produzidos no Brasil eram provenientes

da agricultura familiar. O censo também destacou a importância social da agricultura familiar ao representar 74,4%, ou 12,3 milhões de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias.

Tomando os estabelecimentos com até 10 ha, a participação na produção de horticultura e floricultura chegou em 2006 a 73%, representando 61% das culturas temporárias e mais de 90% da fruticultura, o que evidencia a importância desse tipo de produção no abastecimento de alimentos no Brasil (BELIK; CUNHA, 2015).

Ainda mais recentemente, realizou-se apenas o segundo levantamento censitário no Brasil (realizado pelo IBGE), no qual se expressaram e são contempladas as especificidades da agricultura familiar. Apesar de não diretamente comparáveis ao Censo Agropecuário de 2006, devido a mudanças metodológicas na caracterização/definição da categoria Agricultura Familiar, os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2017 (IBGE, 2017) são muito relevantes, todavia. Verificamos que a agricultura familiar ainda é responsável por 80% da produção de mandioca, 69% da produção de abacaxi, 66% da produção de abóbora, 62% da horticultura e 42% da produção de feijão. Em termos da fruticultura, a agricultura familiar produz acima de 70% na maioria esmagadora das frutas. Toda essa representatividade na produção de alimentos se expressa ocupando-se apenas 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país.

Assim, esse pequeno recorte histórico proporcionado pelo Censo Agropecuário do IBGE, expressa a continuidade e a evolução da participação dos agricultores familiares na produção de alimentos e sua importância na economia brasileira, em um país considerado fortemente agrícola. Essa agricultura constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; sendo que 40% da população economicamente ativa dependem dessa atividade, assim como 70% dos brasi-

leiros que vivem no campo. Especificamente o estado da Bahia se destaca como o estado com maior número de agricultores familiares do Brasil, qual apresenta 13,9% do pessoal ocupado na agropecuária e corresponde a 15,2% dos estabelecimentos da agricultura familiar do país.

De forma que nos parece patente, em primeiro lugar, a vinculação histórica da agricultura familiar e camponesa com o cultivo de alimentos no Brasil, e em um segundo aspecto, relacionado ao seu papel social e econômico fundamental no abastecimento alimentar da população brasileira.

Soberania alimentar e autonomia popular

Esta seção busca apontar alguns conceitos e categorias caras à construção teórica e prática da Soberania Alimentar e, para tal, iremos nos ancorar na abordagem de Soberania Alimentar da Via Campesina, justamente porque nos interessa o olhar engajado e produzido em meio às lutas dos povos camponeses da América Latina e do Mundo.

Vimos, no desenrolar do século XX em várias áreas do mundo, o crescente deslocamento dos sistemas agroalimentares da esfera e controle públicos, concentrando-se, cada vez mais, em organizações econômicas privadas. O período também observou a transnacionalização intensa dos circuitos alimentares, a partir do fenômeno da globalização empresarial. Nesse sentido, segundo Anderson (2018), para a Via Campesina, é justamente como resposta a esse processo, que as organizações camponesas passam a discutir, em nível internacional, propostas para que a humanidade, em seu conjunto social, pudesse voltar a debater, pensar e intervir na forma como as sociedades contemporâneas organizam, produzem e distribuem os alimentos.

Para a Via Campesina, a soberania alimentar se apresenta inicialmente como um processo de construção social mediado pelos movimentos sociais, principalmente do campo, como uma forma de empoderar as pessoas, para sua intervenção nos circuitos econômicos relacionados à alimen-

tação. Uma perspectiva, então, dos debaixo, ou melhor, que é construída debaixo para cima no interior da questão alimentar (ANDERSON, 2018).

Para Niemeyer (2014, p. 249), “a Soberania Alimentar é uma conceitualização transnacional ancorada em práticas camponesas locais e desenvolvida em diálogo com a ciência e a agroecologia”. Para a autora, a soberania alimentar tem se constituído com uma forma de produção social do conhecimento, articulando a teoria politicamente e transformando a produção em estratégia de resistência social.

Sua ampla disseminação junto a grupos camponeses em todo o mundo se relaciona a sua capacidade de integrar uma teoria, que relaciona as relações sociais e econômicas transnacionais em torno da produção de alimentos à prática produtiva e cultural territorialmente ancorada dos camponeses nas localidades. Além disso, a soberania alimentar carrega outra potência, que são suas características aglutinadoras e de unidade, em torno da qual se aproximam inúmeros atores sociais, rurais e urbanos, em torno do direito humano à alimentação, inalienável e inquestionável. Nesse sentido, Niemeyer (2014) localiza a soberania alimentar como um programa de conhecimento, uma práxis dos movimentos sociais do campo, que desenvolve uma relação profundamente dialética entre local e global (ou estrutural).

Assim, a soberania alimentar necessariamente é multidimensional, avançando sobre temáticas como a propriedade intelectual de sementes, reforma agrária e agroecologia, ou seja, transborda a discussão de distribuição e acesso a alimentos e avança rumo ao direito à natureza e seus elementos, águas, terra, biodiversidade e em direção às formas produtivas e culturais constituídas, que estão inseridas organicamente no sistema alimentar.

Como marco histórico, a Via Campesina apresenta ao mundo, oficial e publicamente, o conceito de soberania alimentar em 1996, na Cúpula Mundial da Alimentação em Roma. Segundo a organização campone-

sa, a produção, a distribuição e o acesso aos alimentos são fundamentais para o funcionamento de qualquer sociedade, de forma que os sistemas agroalimentares foram se tornando objeto de poder e de disputa no desenvolvimento das sociedades humanas. Por isso, a soberania alimentar não se colocou, historicamente, apenas como um conjunto de soluções técnicas, mas sim como um processo de ação e de participação dos povos sobre sua alimentação, e também como forma de incidir sobre a governança global dos alimentos e da agricultura (ANDERSON, 2018).

A soberania alimentar consiste em uma transformação sistemática na qual os seres humanos passam a ter o controle direto e democrático dos elementos mais importantes de sua sociedade – sobre como comemos e nos alimentamos (ANDERSON, 2018, p. 3 – tradução dos autores).

Um segundo ponto-chave para compreendermos a soberania alimentar é o limite que os movimentos sociais camponeses encontravam no conceito de segurança alimentar e nutricional discutido na época (estamos falando do ano de 1996). A discussão da segurança alimentar e nutricional, então, estava mais focada na necessidade de aumento da produção de alimentos e em tornar a distribuição mais eficaz. Os movimentos do campo distribuídos pelo mundo, por outro lado, estavam preocupados com o controle dos recursos necessários para a produção alimentar, como a terra, as sementes, as águas. Indagavam quem decidiria o que seria cultivado e com base em quais critérios. Ao final e a cabo, os povos camponeses estavam discutindo sobre poder, democracias, culturas e liberdades e elegeram um conceito que pudesse orientar esses debates.

Os alimentos deixaram de ser apenas uma matéria-prima que se vende e se impregnam de seus contextos sociais, ecológicos, culturais e locais, como fontes não só de nutrição, mas também de modos de vida, de sentido e de relações (NYELENI, 2017, p. 07 – tradução dos autores).

Essa perspectiva lança o encadeamento do terceiro e, talvez mais importante, eixo da soberania alimentar, a preservação e proteção dos

modos de produção camponeses, *lôcus* social sob o qual se edifica e se sustenta a produção de alimentos, estando, assim, interligado a um conjunto diverso e colorido de culturas, ecossistemas e agriculturas. Dentro da abordagem da soberania alimentar, a forma e as condições em que os alimentos são produzidos ganham centralidade, na busca de processos de produção e distribuição de alimentos – ecologicamente equilibrados, sob a égide da justiça socioeconômica e da promoção dos sistemas agroalimentares locais – como eixos fundamentais para enfrentar a fome.

De modo que essa articulação culmina na organização do Fórum Internacional de Nyéléni para a Soberania Alimentar, realizado no ano de 2007 em Selingue, Mali. O fórum foi conduzido de forma democrática e participativa, tendo uma comissão composta por organizações camponesas, ONGs ambientalistas, movimentos de mulheres, dentre outros, agrupando grupos sociais de agricultores camponeses, pescadores, pastores, povos indígenas, trabalhadores migrantes, bem como movimentos urbanos e de consumidores.

A Declaração de Nyéléni pela Soberania Alimentar de 2007 definiu seis pilares da soberania alimentar, se tornando até hoje a maior de referência conceitual internacional sobre Soberania Alimentar.

O primeiro pilar consiste em *priorizar a alimentação dos povos*, colocando as pessoas, incluindo aquelas que vivem em ocupações, miséria, zonas de guerra no centro da alimentação e, por conseguinte, como prioridade para a produção agropecuária e pesqueira, assegurando assim alimentos suficientes, nutritivos e culturalmente apropriados para todos os indivíduos, povos e comunidades.

O segundo se refere a *valorizar quem produz alimentos*, dessa forma a soberania alimentar reconhece, apóia e luta pelos direitos das mulheres e homens camponeses, pastores, pescadores tradicionais, povos das florestas, povos indígenas, trabalhadores da agricultura e a população migrante, ou seja, aqueles e aquelas que cultivam os alimentos que nutrem a humanidade.

Localizar os sistemas de alimentação constitui-se no terceiro pilar, sob o qual se aporta a aproximação entre os produtores de alimentos e os consumidores. Esses dois atores sociais são colocados, então, no centro da tomada de decisão sobre os sistemas agroalimentares, ao mesmo passo que se protegem os produtores do dumping de alimentos e os consumidores dos alimentos de baixa qualidade.

O quarto pilar é a *promoção do controle local*, advogando que o controle sobre o território, a terra, as pastagens, as águas, as sementes e a população de peixes esteja sob domínio dos povos fornecedores de alimentos, reconhecendo o direito das comunidades locais sob os territórios e seu uso. Dessa forma, garantindo que essas populações possam compartilhar e manejar esses bens naturais de maneira socialmente sustentável, ambientalmente equilibrada e preservando as diversidades.

Desenvolver o conhecimento local se coloca como o quinto pilar, organizando e sistematizando os saberes locais sobre a gestão dos sistemas agroalimentares e criando sistemas de investigação, que apoiados nos saberes ancestrais, desenvolvem tecnologias adequadas ao futuro.

O sexto e último pilar é o *Trabalho com a Natureza*, apoiando-se na produção agroecológica, que maximiza a contribuição dos atributos ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação e resistência da produção agrícola. Nesse sentido, a atuação incide em potencializar a cura do planeta, de modo que ele possa nos retornar saúde à humanidade.

Após esse percurso teórico e histórico, podemos então avançar para uma compreensão mais robusta da Soberania Alimentar, que foi galgada, sobretudo, nas experiências concretas dos povos do campo, das florestas e das águas, culminando em um projeto para a construção de uma nova realidade. Uma nova proposta para o arranjo de relações sociais e produtivas – no âmbito dos sistemas de produção, distribuição e consumo – distinto daquele presente nos sistemas agroalimentares hegemônicos (ANDERSON, 2018).

Síntese e considerações

Inicialmente nos parecem bastante claras as distintas origens e naturezas da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar. A segurança alimentar e nutricional, ao menos no Brasil, tem seu surgimento enquanto política pública, é verdade que tendo, sempre e em todo o momento, a centralidade e até dependência da participação das organizações da sociedade civil em seu planejamento e acompanhamento.

Dessa forma, se torna muito evidente nesse campo a necessidade de orquestração e conciliação de inúmeros atores sociais distintos, com características e interesses políticos muito diferenciados, como os atores públicos, a iniciativa privada, as universidades e instituições de pesquisa, as organizações comunitárias e os movimentos sociais. Ou seja, verificamos aí o primeiro grande desafio da segurança alimentar e nutricional, a necessidade de articular sujeitos sociais muito distintos para uma mesma construção programática. O que sublinha, também, um caráter bastante divergente dos processos de construção da soberania alimentar, intimamente e organicamente ligados aos movimentos sociais do campo, suas identidades produtivas e culturais específicas.

A particularidade da construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil destaca seu papel fundamental como política estruturante para o país, ao mesmo passo que fortalece de forma muito significativa a participação social em políticas públicas no geral. Além disso, a PNSAN apresentou resultados inquestionáveis e reconhecidos mundialmente em relação ao combate à fome, sobretudo no que tange ao acesso monetário aos alimentos. Claro, em um país que apresenta historicamente problemas crônicos de fome e dimensões continentais, não poderia se esperar nada diferente, colocando-se a estratégia de transferência de renda como prioridade da política de segurança alimentar e nutricional.

A construção política da segurança alimentar e nutricional no Brasil foi extremamente eficiente em proteger grupos e pessoas vulneráveis,

também em prover alimentos para aqueles que não podiam consegui-los pelos seus próprios meios. Obteve resultados, da mesma forma, na qualificação da alimentação disponível ao povo brasileiro. De forma mais modesta, avançou em relação ao abastecimento alimentar, agricultura urbana, na gestão de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, na estruturação da alimentação escolar e na atuação dos estoques públicos na disponibilização de alimentos a populações marginalizadas.

Todavia, dados os desafios monumentais da questão alimentar no Brasil, nos parece não ter havido fôlego para fortalecer suficientemente alguns aspectos fundamentais e estruturantes da segurança alimentar e nutricional, sobretudo aqueles relacionados a *não restringir a capacidade das pessoas de prover os seus próprios alimentos e a busca de autossuficiência produtiva nacional na produção de alimentos*. Assim, não nos parece ter sido possível construir a centralidade desejável da agricultura familiar e camponesa na produção e fornecimento de alimentos para a população brasileira.

Por outro lado, a construção do movimento de soberania alimentar justamente caminhou no sentido de lutar pelo reconhecimento e protagonismo da agricultura familiar e camponesa na questão alimentar. Assim, a Via Campesina elege essa centralidade no fortalecimento do que ela chama dos modos de produção camponeses, tendo como base a ação concreta e pautada na experiência dos movimentos sociais do campo.

Reconhecendo a importância e a imprescindibilidade da agricultura familiar e camponesa para a produção de alimentos e alimentação da população mundial, no âmbito da soberania alimentar se edificam discussões fundamentais sobre componentes tecnológicos, escolhas energéticas, e principalmente sobre o controle dos bens e direitos da Natureza envolvidos no sistema alimentar. Dessa forma, os direitos dos povos do campo à terra, à Natureza, à biodiversidade evidenciam-se centrais para a soberania alimentar.

Outro elemento fundante na construção da soberania alimentar é a discussão acerca da concentração econômica nos sistemas agroalimentares hegemônicos. Segundo essa avaliação, seria fundamental aumentar a participação na forma como as sociedades contemporâneas organizam, produzem e distribuem os alimentos. A partir dessa estratégia, a proposta da soberania alimentar extrapola muitos limites no debate da questão alimentar e traz ao centro a discussão sobre quem exerce poder e controle no funcionamento dos sistemas de produção de alimentos, e acerca da necessidade de maior controle popular sobre os processos alimentares.

Nessa mesma direção, a soberania alimentar aporta a necessidade de uma abordagem mais local para a constituição de sistemas agroalimentares, de modo a aproximar produtores e consumidores, para que eles tenham maior protagonismo no desenho e arranjo alimentar. Além disso, ela destaca a importância dos sistemas de conhecimento local, como elemento fundamental para se realizar trabalho na agricultura em consonância com a Natureza, promovendo, assim, a preservação ambiental.

Finalmente, nos parece que a abordagem da soberania alimentar vai além da discussão de distribuição e acesso muito bem realizada na segurança alimentar e nutricional e pauta com muita força a forma, o lugar e as condições em que os alimentos são produzidos. A soberania alimentar parece avançar em discussões imprescindíveis à questão alimentar, como a distribuição fundiária, o acesso à natureza e as escolhas produtivas e tecnológicas, bem como traz à luz a necessidade de democratização na gestão e tomada de decisão no interior dos sistemas agroalimentares.

Referências

ANDERSON, Fergal. **Soberanía Alimentaria Ya!** Un Guía por la Soberanía Alimentaria. Via Campesina, 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/soberania-alimentaria-ya-una-guia-detallada/>. Acesso em: 22/11/2020.

BELIK, W. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 19, n. 2, p. 94-110, 2012.

BELIK, W. Segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação. **Revista Política Social e Desenvolvimento**, [S.l.], ano. 2, n. 10, 2014. p. 25-29, 2014.

BELIK, W.; CUNHA, A. R. A. A. Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o Desenvolvimento Rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, 2006.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção de desenvolvimento rural sustentável. Brasília. MDA/SAF/DATER, 2007.

CUSTÓDIO, M. B. Segurança alimentar e nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2011.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José; KAGEYAMA, Angela Antonia; SIMON, Elias José; SOUZA, Fernando G. de Andrade e; PINHEIRO, Flávio Abranches; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; ANUTNIASSI, Maria Helena Rocha; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Perereira. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 20/09/2020.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NIEMEYER, Carolina Burle de. **Movimentos sociais como produtores de conhecimento**: a soberania alimentar no Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2014.

NYELENI. Nyéléni newsletter website. **Boletim Nyeleni**, n. 30, junho de 2017. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?rubrique81>. Acesso em: 05/12/2020.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manoel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A sociologia rural na América Latina**: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. ALASRU Nueva Época, v. 5, p. 17-44, 2010.

Fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar

Tatiana Ribeiro Velloso
Claudio Carneiro da Cruz Neto
Juliana Rodrigues Sampaio

Introdução

A Bahia é o estado com maior número de agricultores familiares do Brasil, com a existência de 593.411 estabelecimentos da agricultura familiar. Estes estabelecimentos representam 77,8% do total da Bahia, e ocupam apenas 32,2% da área total dos estabelecimentos, e equivalem a 15,2% dos estabelecimentos da agricultura familiar do Brasil (IBGE, 2017).

Entende-se agricultura familiar como um segmento heterogêneo, que representa a maior parte da população rural e contribui significativamente para a geração de trabalho, emprego e renda, além da produção de alimentos para o consumo interno e da preservação ambiental (VELLOSO, 2013). Segundo Abramovay *et al.* (1998), a agricultura familiar envolve o trabalho a partir da gestão familiar, com dupla dimensão social: como base de um negócio, que ao mesmo tempo caracteriza-se com a centralidade na família.

A agricultura familiar se constitui como base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; e 40% da população economicamente ativa dependem dessa atividade, exercendo função social e econômica, que contém o êxodo rural a partir da geração de trabalho e renda, de modo a contribuir com a permanência desses sujeitos do campo.

Estudos apontam a importância da agricultura familiar no Brasil, ao mesmo tempo em que visibilizam as dificuldades históricas desenca-

deadas pelo processo intenso de exclusão, desde o processo de colonização. Nesse contexto, Shanin (2005) afirma que esses sujeitos do campo demonstram resiliência e resistência com criatividade e flexibilidade ao longo do tempo, para sua *re-existência*, em especial quando intensificado o processo do capitalismo no campo brasileiro, que ampliou ainda mais as desigualdades no meio rural.

Assim, a agricultura familiar historicamente passa por problemas estruturais de precariedade do acesso a terra e da insuficiência de renda das famílias, como também da necessidade de políticas públicas orientadas para o modo de vida familiar e de desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade desta agricultura. Essas condições foram construídas na história dos modelos de desenvolvimento adotados no Brasil, especialmente na região do Nordeste e do estado da Bahia.

Esse contexto traz a discussão da geração e de construção de conhecimento, da ciência e da tecnologia voltadas para essa realidade do campo, no modo de vida familiar, voltadas para a construção de um modelo de desenvolvimento que valorize as relações sociais e que contribuam para a inclusão social e econômica.

Para o fortalecimento do segmento da agricultura familiar é importante destacar a inclusão social e econômica através da organização em associações ou cooperativas, que nas últimas décadas foi oportunizada pelo acesso ao mercado institucional para a comercialização dos produtos. Destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado através da Lei nº 10.696 de 2003, com incentivo da comercialização dos produtos da agricultura familiar de promoção da segurança alimentar e nutricional; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecido pela Lei nº 11.947 de 2009, conforme artigo 14, que determina a aquisição de no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar para os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE.

São programas no contexto do mercado institucional que buscam a aquisição de alimentos da agricultura familiar, que além de promoverem o desenvolvimento local/territorial e a geração de trabalho e renda (os recursos permanecem nos respectivos locais ou territórios), contribuem para uma alimentação saudável vinculada à promoção de segurança alimentar e nutricional para os ambientes escolares.

Para tanto, esse mercado institucional buscou a estruturação de grupos produtivos em contexto associativo ou cooperativo, assim como redes de cooperação, com o objetivo de garantir a regularidade e a escala na oferta dos alimentos da agricultura familiar. Importante destacar que esses grupos produtivos da agricultura familiar são formados majoritariamente por mulheres rurais.

Herrera (2017) ressalta que o sistema social do patriarcado mantém a liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades pelos homens, e as mulheres ficam restritas à esfera privada. A autora ainda considera que além de serem impedidas de ocuparem os espaços públicos, são condicionadas “pela reprodução da força de trabalho através das atividades que realizam no âmbito familiar, ou seja, as pessoas do sexo feminino se encarregariam da produção de valores de uso na esfera privada” (p. 2).

Sobre o espaço rural, Heredia e Cintrão (2006) consideram que as atividades agrícolas desenvolvidas pelas mulheres se concentram na “produção para o consumo” e no “trabalho não remunerado”, como uma extensão do trabalho doméstico que não tem visibilidade e valorização. Estas atividades demonstram a divisão criada que ainda reforça a valorização do trabalho “produtivo”, em detrimento do trabalho “reprodutivo”, que é tratado como de responsabilidade exclusiva das mulheres.

Assim, o debate do feminismo no espaço rural aflora para compreender a importância da participação e da valorização do trabalho das mulheres na unidade produtiva familiar. O fortalecimento dos grupos produ-

tivos da agricultura familiar, portanto, passa pela construção de relações mais igualitárias, pois tem relação direta com a promoção da soberania alimentar, da biodiversidade e da cultura, a partir do protagonismo das mulheres nos sistemas produtivos da agricultura familiar.

Esse contexto propiciou, a partir da trajetória da INCUBA/UFRB, desenvolver um projeto intitulado de “Fortalecimento de Grupos Produtivos da Agricultura Familiar do estado da Bahia”, nos Territórios do Recôncavo da Bahia, Vale do Jiquiriçá, Portal do Sertão e Baixo Sul, em 12 grupos produtivos, com financiamento da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), em 2018, que foi extinto e integrado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em janeiro de 2019.

Esse projeto tem sua justificativa, por um lado, na necessidade de integrar o ambiente universitário para contribuição na geração de trabalho e renda, de forma digna, para grupos produtivos da agricultura familiar que se encontram em situação de fragilidade na organização coletiva e expostos aos riscos; e por outro, de possibilitar a construção de conhecimentos na relação com os grupos produtivos da agricultura familiar, na relação acadêmica de ensino, pesquisa e extensão universitária, voltada para o processo de inclusão social, econômica, política e cultural, especialmente das mulheres rurais, com a construção de conhecimentos implicados para a promoção do desenvolvimento rural.

Este trabalho tem o objetivo de discutir as ações metodológicas de formação estabelecidas entre a INCUBA/UFRB com os grupos produtivos da agricultura familiar, voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, na articulação de atividades acadêmicas a partir da relação com as políticas públicas, especialmente para as mulheres rurais do estado da Bahia.

Para tanto, buscou-se analisar os diagnósticos organizacionais realizados no contexto dos estágios de cada grupo produtivo da agricultura familiar, enquanto estratégia formativa de socialização dos conhecimen-

tos e de integração das atividades de forma interinstitucional; e analisar os estudos de viabilidade econômica e gestão associativa, enquanto processo de construção de acordos nas relações sociais de cada grupo, bem como de um planejamento de atividades prioritárias e de forma participativa.

A metodologia utilizada foi qualitativa, que tem como ponto de partida as ações articuladas entre os ambientes acadêmicos e territoriais, propondo, na prática, contribuir para o fortalecimento dos grupos produtivos da agricultura familiar. Essa dinâmica traz a própria metodologia do processo de incubação que pode ser definida como uma assessoria aos grupos para organização coletiva, mas através das atividades acadêmicas da extensão universitária na relação com o ensino, a pesquisa e as políticas afirmativas.

É uma abordagem que é orientada pela visão de mundo com opções teóricas de contribuição na explicação e na compreensão da realidade estudada, especialmente fundada em uma ação social de configuração da sociedade (HAGUETTE, 1992, p. 18). Uma visão que traz a centralidade em Paulo Freire (2016) de uma educação humanizada, em que a universidade pode contribuir e ter contribuições, a partir de princípios emancipatórios da relação entre oprimido e opressor, voltados para processos libertários, em que se exigem a produção de conhecimentos críticos e implicados.

Para a realização do projeto de extensão, a partir da articulação com as ações de metodologia de incubação de grupos coletivos da agricultura familiar, foram utilizados os instrumentos do Diagnóstico Organizacional Participativo (DOP), através de Oficinas que ocorreram entre setembro e novembro de 2019, e envolveram diretamente os agricultores familiares dos grupos produtivos, especialmente as mulheres rurais.

O DOP segue o método da pesquisa-ação que consiste em um processo educativo, através de permanentes diálogos entre os sujeitos para a formulação de ações de intervenção (LE BOTERF, 1987, p. 73). Então é um levantamento de dados implicados com a transformação da realidade,

em que os sujeitos têm responsabilidades com reflexões e análises para a transformação de sua realidade. Para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos: Linha do Tempo, Árvore de Problemas e Diagrama de Venn.

O DOP foi articulado com os Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa (EVE) das unidades produtivas da agricultura familiar, que têm como resultado a construção de Planos de Ação para a estruturação e o fortalecimento produtivo, organizacional e comercial dessas unidades.

O EVE foi realizado através de oficinas que ocorreram entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020, com a metodologia da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA), com a formação de formadores realizada pelo Professor Gabriel Kraychete com a disponibilidade do Software desenvolvido para análise de viabilidade econômica de empreendimentos associativos.

As oficinas foram realizadas por uma equipe acadêmica formada por 10 técnicos selecionados em Edital Público, especialmente aqueles com experiência com projetos e programas de extensão universitária ou de exercício profissional na área da agricultura familiar, com o envolvimento de 22 estudantes bolsistas selecionados em Edital e 8 voluntários dos cursos de Gestão de Cooperativas, Agronomia, Agroecologia, Licenciatura em Educação do Campo, Tecnologia em Alimentos, Nutrição, Pedagogia e Engenharia de Pesca da UFRB, e do curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, sob coordenação de um docente da INCUBA.

A equipe dos docentes da INCUBA foi estruturada em duas formas: a primeira, com a presença de 8 docentes da área de Nutrição e de Tecnologia em Alimentos para o diagnóstico das unidades produtivas, a partir de critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); e a segunda, com 16 docentes responsáveis pelo processo de acompanhamento da equipe, na relação com os grupos ou de capacitação em determinadas temáticas, como design participativo, questões territoriais, entre outros.

Para tanto, foram organizadas duas formações de formadores, respectivamente em Estudo de Viabilidade e Gestão Associativa, com integração de toda a equipe, no Campus de Feira de Santana da UFRB; e do DOP, realizada a partir das equipes dos territórios em que estão localizadas as unidades produtivas da agricultura familiar, configurando assim quatro oficinas descentralizadas a partir da situação de cada unidade.

Assim, este trabalho foi realizado a partir da análise documental dos relatórios do DOP e do EVE de cada grupo produtivo, que totalizam vinte e quatro relatórios. Buscou-se compreender os desafios e as potencialidades do processo de fortalecimento dos grupos produtivos e da formação desencadeada na relação desses sujeitos com a comunidade acadêmica envolvida em uma construção coletiva, direcionada para a configuração de um Plano de Trabalho para direcionamento das ações do projeto.

Diagnóstico organizacional participativo

O Diagnóstico Organizacional Participativo – DOP se caracteriza pelo conjunto de instrumentos que possibilitam que os sujeitos envolvidos em um empreendimento econômico solidário da agricultura familiar façam o diagnóstico voltado para o planejamento e desenvolvimento de ações no âmbito organizacional.

Essa concepção de relação entre sujeitos da academia a partir da INCUBA/UFRB e dos grupos produtivos da agricultura familiar, a partir das associações e cooperativas, consiste em uma assessoria vinculada aos processos formativos de construção de conhecimentos com a inter-relação entre os saberes, voltada para a emancipação dos sujeitos.

Essa emancipação consiste na compreensão dos limites dos projetos de extensão, enquanto exercício importante de promoção da participação social, mas que devem ser articulados com as políticas públicas, seja na sua formulação, seja na sua execução. Entende-se por políticas públicas as diretrizes e os princípios norteadores de ação do poder público

que definem regras e procedimentos, que são formuladas em leis, programas, linhas de financiamentos, que orientam prioridades que envolvem recursos públicos (TEIXEIRA, 2002).

Portanto, tem finalidade de promoção da emancipação social, com ligação na Pedagogia da Autonomia, comprometida com o processo investigativo a partir da relação entre saberes acadêmico e popular. Paulo Freire (1996, p. 28) afirma que “a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas, sobretudo, para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento”, porque se trata de pessoas, e não de outros animais ou do cultivo das plantas.

Portanto, trata-se de uma educação voltada para a libertação, em que os sujeitos precisam tomar consciência como seres históricos e transformadores de sua realidade, de uma educação humanizada. Essa humanização retroalimenta os protagonistas da situação problema, em que os seus saberes, junto com os conhecimentos acadêmicos, promovem uma rede capaz de transformar a realidade. É o que Santos (2011, p. 55) afirma na implicação de “uma revolução epistemológica no seio da universidade”.

Esse diagnóstico foi feito através de instrumentos participativos, que possibilitam fazer um levantamento da situação atual da unidade produtiva da agricultura familiar e de seu sistema de gestão. Para a realização desse Diagnóstico, foram realizadas três oficinas com duração total de vinte e quatro horas, com integrantes dos grupos produtivos da agricultura familiar dos Territórios do Recôncavo, Portal do Sertão, Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul.

Foram duas situações vivenciadas: a primeira, de grupos produtivos que tinham diagnósticos participativos realizados, e que neste caso foram atualizados, considerando a finalidade de fortalecimento organizacional; e a segunda, de grupos que não tinham exercitado essa experiência, em que muitos participantes consideraram importantes como momento de

socialização, especialmente com os processos de reflexão sobre os desafios e as estratégias de enfrentamento.

Houve a participação de sujeitos envolvidos diretamente nas unidades produtivas, sendo que o total de público participante foi de 360 agricultores beneficiados, especialmente as mulheres rurais, distribuídos em 12 unidades produtivas localizadas nos Territórios do Portal do Sertão, Vale do Jiquiriçá, Recôncavo e Baixo Sul (Quadro 1). São 8 grupos formalizados em associações, e 4 como cooperativas de comercialização, em que na sua base produtiva existe um conjunto de empreendimentos produtivos integrados, com exceção da COOPEMAFS.

Quadro 1. Os grupos produtivos da agricultura familiar participantes do projeto.

Território	Município	Grupos Produtivos
Portal do Sertão	Anguera/ Feira de Santana	Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana – APAEB – Feira de Santana
	Feira de Santana	Associação Comunitária da Matinha – ACOMA
Recôncavo	São Felipe	Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Recôncavo – COAFATRE
	Maragojipe	Associação Comunitária do Brinco
	Sapeaçu	Cooperativa de Mulheres Agricultoras Familiares de Sapeaçu – COOPEMAFS
	Cachoeira	Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape – CECVI
	Santo Antônio de Jesus	Associação de Pequenos Agricultores das Comunidades de Sapucaia e Tabocal
Vale do Jiquiriçá	Mutuípe	Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Economia Solidária e Sustentável do Município de Mutuípe e Vale do Jiquiriçá – COPEIPE
		Associação dos Agricultores Familiares da Região do Riacho da Cruz
Baixo Sul	Valença	Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença – BA – COOMAFES
		Associação dos Produtores Rurais Agricultores Familiares do Médio Orobó – APPRUMO
	Teolândia	Associação de Moradores e Agricultores São Paulinho – AMASP

Fonte: Autoral (2019).

As unidades produtivas da agricultura familiar selecionadas para participar do projeto foram aquelas que possuem agroindústrias em situação de fragilidade, e que possuem relação iniciada com o desenvolvimento de atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão universitária com as instituições de ensino superior – a UFRB e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) do Campus de Valença.

Segundo o Quadro 1, o projeto abrange grupos produtivos da agricultura familiar de 4 Territórios de Identidade, em que 50% desses grupos são formados exclusivamente por mulheres rurais; e os outros 50% são formados majoritariamente por mulheres rurais na sua base social e produtiva.

Quando se observa o quantitativo total de agricultores familiares envolvidos com os grupos produtivos, com o total de 360 agricultores, tem-se que 80% são mulheres rurais. Sobre a direção da gestão dos grupos produtivos, 75% são presididos por mulheres rurais. Observa-se que esse resultado traz as reflexões de Sales (2007, p. 440), que considera que “a participação das mulheres rurais em grupos de produção, coletivos, ocupação da terra e eventos políticos tem suscitado novos processos e reflexões sobre sua própria situação e aquilo que se passa em torno delas”.

Sales (2007) ainda analisa que a organização das mulheres rurais estimula suas lideranças a refletirem sobre as desigualdades de gênero, assim como discutirem a invisibilidade de seu trabalho no campo. Essa reflexão traz a tomada de consciência da importância das mulheres nos grupos produtivos, que tem significado econômico tanto para elas como para suas famílias, e possibilita a superação da visão da “ajuda”.

A participação em movimentos sociais incentiva as mulheres mais atuantes a romper com a rígida divisão de papéis, com o lugar já predeterminado na família, no trabalho, e a ocupar espaço no campo político. Os movimentos sociais, como espaço inovador das relações de poder, criam e recriam novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o

poder institucional. No entanto, eles não se isentam de posições tradicionais de desigualdades de gênero. Nesse sentido, a participação política é um aprendizado coletivo que se redefine no interior dos próprios movimentos. A participação das mulheres nos movimentos sociais é também um espaço de luta, de contestação dos dispositivos de poder que organizam saberes dominantes, mas não deixa de ser uma possibilidade de escapar do controle familiar e de vivenciar outros códigos (SALES, 2007, p. 442).

Cohn (2013) considera que na realidade brasileira houve uma reconfiguração dos movimentos sociais, em que o associativismo se apresenta como um novo movimento social, ancorado por lutas por direitos e construção de identidades. A autora ainda destaca os movimentos de mulheres camponesas e rurais na luta por políticas de igualdade de gênero, assim como da própria agricultura familiar em acessar políticas públicas de garantia de direitos, como a histórica luta pela reforma agrária.

É importante considerar que os movimentos sociais representam espaços não escolares de promoção de educação, que junto com os espaços escolares podem se constituir alicerces para a transformação das estruturas do sistema social do patriarcado, assim como de promoção de inclusão socioprodutiva.

É o que se chama de Pedagogia do Movimento, em que se afirma a luta social e a organização coletiva como matrizes da formação humana, como ser social e histórico, a partir do movimento da historicidade. Caldart (2012, p. 546) afirma que “os movimentos sociais como um lugar, ou um modo específico, de formação de sujeitos coletivos que pode ser compreendida como um processo intensivo e historicamente determinado de formação humana”.

Nesta perspectiva, Pretto (2015) aborda que a educação é uma estratégia de redistribuir o poder nas relações entre as mulheres e os homens, mas que deve adaptar-se às realidades e as necessidades econômicas, sociais e culturais.

Essa estratégia está na desmistificação dos papéis socialmente construídos nas relações de gênero, que tem como resultado as diferenças de oportunidades geradas entre homens e mulheres, construídas a partir do “processo de formação humana que acontece no movimento da práxis: o ser humano se forma transformando-se ao transformar o mundo” (CALDART, 2012, p. 546).

Instrumentos do DOP

A Linha da Vida é um dos instrumentos do DOP que serve para levantar informações objetivas e subjetivas sobre a história do grupo (organização), envolvendo e integrando os envolvidos. Essa foi a primeira etapa do DOP, onde teve uma presença efetiva da base social dos grupos produtivos, formado em sua maioria por mulheres rurais. A importância desse instrumento deve-se, principalmente, à socialização entre os integrantes do grupo produtivo, da trajetória de luta e de reivindicações dos empreendimentos, possibilitando o exercício do sentimento de pertencimento.

Foi possível constatar na história dos grupos produtivos, que a formalização ocorreu no período de 1980 a 2017. Destacaram, na linha do tempo, as principais políticas públicas que acessam: de mercado institucional²⁴, a partir de 2003, com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e em 2009, com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; e a partir de 2015, com o Programa Bahia Produtiva, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, voltado para promover a inclusão

²⁴ O PAA foi criado através da Lei nº 10.696/2003, com o objetivo de incentivar a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar. No PNAE foi determinado na Lei nº 11.947/2009, que o mínimo de 30% do valor repassado aos estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE é destinado para a compra de produtos da agricultura familiar. São políticas que fomentam a promoção da segurança alimentar e nutricional, assim como do desenvolvimento territorial, por possibilitar compras locais de alimentos saudáveis, como forma de fortalecer a geração de renda da agricultura familiar.

socioprodutiva, para melhoria de infraestrutura para apoio à produção e a comercialização da agricultura familiar.

A Árvore de Problemas foi outro instrumento utilizado para identificar e analisar um problema central com a finalidade de estabelecer as causas e consequências primárias. Essas causas primárias foram o ponto de partida para as reflexões de suas consequências e para a discussão de como se podem buscar soluções.

Inicialmente foi feita uma chuva de ideias com os participantes de cada grupo produtivo, a fim de identificar o problema central da unidade produtiva – a agroindústria. Todos os problemas apontados pelos grupos foram anotados em um cartaz e inter-relacionados entre causas (raízes) e efeitos (copa), e os problemas centrais (tronco).

Os problemas centrais citados pelos grupos produtivos foram: necessidade de espaço de produção adequado ou de garantir padrão de qualidade na produção e de seu funcionamento (5); ausência de capital de giro e apoio financeiro (3); estruturação da comercialização ou acesso ao mercado (2); e organização da gestão da produção voltada para a geração de trabalho e renda (2).

Nas reflexões realizadas com os grupos produtivos da agricultura familiar sobre os principais desafios apontados na Árvore de Problemas, foram construídas estratégias a partir da relação com os parceiros que foram indicados no Diagrama de Venn. Esse diagrama tem como objetivo colocar em evidência as relações que se estabelecem entre os membros do grupo ou comunidade e as instituições, a fim de reconhecer a importância destes nos processos de decisão e desenvolvimento do grupo e sua organização comunitária.

Os grupos produtivos da agricultura familiar têm entre 8 e 17 organizações parceiras formadas por entidades da sociedade civil, como sindicatos dos trabalhadores da agricultura familiar e rural, organizações não governamentais de prestação de serviços de assistência técnica e ex-

tensão rural (ATER), outros grupos produtivos formados por associações, cooperativas e comunidade; e as organizações governamentais, algumas apresentaram as Prefeituras Municipais, as Secretarias e unidades do Governo Estadual, os Bancos de Desenvolvimento, as Universidades Públicas e os Órgãos de Pesquisa e de ATER. Além dessas organizações, algumas apresentaram relações com o Sistema “S” enquanto organizações paraestatais, com o SEBRAE e o SENAR.

Foi evidenciado que muitas dessas relações foram estabelecidas na luta e na execução de políticas públicas de fortalecimento da Agricultura Familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o PAA, o PNAE, e o serviço de ATER, como também de estruturação produtiva como o Programa Estadual Bahia Produtiva da CAR/SDR.

A partir dos desafios apontados e dos parceiros estabelecidos em cada grupo produtivo, deu-se início à construção de Planos de Ação que tem na sua composição atividades de acompanhamento e de capacitação por parte da equipe da INCUBA/UFRB, como por exemplo, as boas práticas de manipulação de alimentos; gestão associativa; desenvolvimento de novos produtos; e comercialização e marketing; entre outros. Além das atividades formativas, foi apontada a necessidade de articulação para acompanhamento e para acesso às melhorias de infraestrutura nas unidades produtivas, como temas centrais para superação dos desafios apontados.

Para o capital de giro foi vista a necessidade de realização de cálculo para planejamento da gestão, com necessidade inclusive de incorporar o fluxo de tempo entre o processo produtivo e o sistema produtivo. Entretanto, foi debatido em todos os grupos que para isso deve-se garantir a qualidade na produção dos alimentos beneficiados, ao mesmo tempo em que exige o conhecimento do mercado de cada um desses alimentos.

Nesse sentido, foi realizada em cada grupo a construção do Calendário Sazonal de Atividades e de Safra Agrícola, que teve como objetivo identificar as atividades regulares realizadas pelo grupo produtivo, consideran-

do as atividades, durante um período de tempo determinado e as safras dos produtos que são beneficiados. Foram levantados os principais alimentos produzidos pela base de cada grupo produtivo, inclusive indicando as épocas de safra e entressafra para o planejamento do beneficiamento.

Viabilidade econômica e gestão associativa

O estudo de viabilidade econômica de um grupo produtivo associativo tem por objetivo identificar as condições necessárias para que a atividade seja ambientalmente sustentável e economicamente viável com uma gestão democrática e participativa. Esse instrumento permite sistematizar o conhecimento produtivo dos agricultores e agricultoras familiares envolvidas diretamente com o grupo produtivo associativo. Dessa forma, os agricultores realizaram um *autodiagnóstico* do grupo produtivo associativo que desenvolvem de forma coletiva, analisando os aspectos econômicos e associativos e contribuindo para que todas as pessoas envolvidas conheçam bem a atividade.

O estudo possibilita subsídios para que os agricultores familiares tomem decisões econômicas, conhecendo melhor sua estrutura de custos e receitas – com “conhecimento de causa” – para que possam se comprometer com suas exigências e implicações pertinentes às condições de sucesso do grupo produtivo. O que se pretende com o estudo de viabilidade é aumentar a capacidade do grupo de intervir e influir na realidade em que se situa, embasado por dados econômicos e financeiros concretos e contextualizados na própria prática produtiva e gestão associativa.

As condições de viabilidade de um grupo produtivo da agricultura familiar têm sua relação social de produção marcada pela condição associativa, conforme as regras estabelecidas coletivamente. Essa forma social de produção requer mecanismos democráticos de controle e de gestão, em que a gestão associativa é uma das condições entrelaçadas com os aspectos econômicos.

O estudo deve ser realizado com a presença de todos os agricultores familiares que são da base produtiva, em que o papel da equipe acadêmica é facilitar os processos, para que o resultado da sistematização seja um “guia” para melhorar os processos das unidades produtivas. Esse estudo não é um documento para ser guardado, mas precisa ser apropriado pelos sujeitos dos grupos para que possam atualizar sistematicamente e acompanhar a melhoria das condições das unidades.

Nesse contexto, os Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa foram realizados em cada Grupo Produtivo da Agricultura familiar em forma de Oficina Formativa, em que as informações foram construídas e socializadas entre os agricultores familiares da base produtiva, e intercambiadas com a equipe acadêmica da UFRB e da UNEB, enquanto facilitadoras de processos. Foram reflexões oportunizadas para duas situações distintas: a primeira, para as unidades em fase de planejamento de operação; e a segunda, para as unidades em pleno funcionamento com produção regular, e em alguns casos com necessidade de estruturação.

Esses estágios foram sistematizados no DOP, e contribuíram para melhor realização das oficinas e dos processos de construção de relatórios dos Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa. Portanto, o estudo de viabilidade permitiu identificar as condições necessárias para êxito das unidades produtivas dos grupos da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que possibilitou que todos os participantes conheçam bem a atividade, e principalmente com o comprometimento com suas exigências e implicações.

As oficinas discutiram a importância do estudo de viabilidade para os grupos produtivos da agricultura familiar, com a apresentação dos conceitos que foram construídos a partir da realidade de cada grupo (Quadro 2). Caso o grupo não tivesse os dados necessários, remarcava-se a oficina para que buscasse em anotações ou em experiências da produção a sistematização de conhecimentos que são fundantes para o estudo.

Quadro 2. Conceitos trabalhados e construídos a partir da realidade de cada grupo produtivo da agricultura familiar – novembro de 2019 a fevereiro de 2020.

Investimento	Corresponde a tudo o que é preciso comprar e gastar para instalar a unidade produtiva.
Depreciação	É a reserva que se precisa fazer para que, após um determinado período de uso, se tenha recursos para troca de equipamentos e de mobiliários. Para calcular, se precisa saber: preço de compra; vida útil; e valor residual.
Custos Fixos	Trata-se dos custos que ocorrem mesmo não havendo produção e o seu valor varia pouco de mês para mês. A depreciação é um custo fixo.
Custos Variáveis	São aqueles que aumentam ou diminuem na mesma proporção da quantidade produzida e vendida.
Ponto de Equilíbrio	É o nível de produção em que a atividade não apresenta nem sobra nem perda. Permite visualizar, antecipadamente, a quantidade mínima que deve ser produzida e vendida para que a atividade dê bons resultados.
Margem de Contribuição	É a quantia que sobra do preço de venda após retirar o valor do custo variável unitário. Assim, para que um grupo produtivo associativo seja viável a margem tem que ser sempre positiva.
Receita	É o valor que o grupo vai receber em pagamento pela venda da produção. Multiplica o preço unitário do produto pela quantidade vendida.

Fonte: Adaptado da CAPINA (1998).

As evidências coletadas durante as oficinas com os grupos produtivos sugerem que as discussões sobre a viabilidade econômica perpassam pela gestão associativa, principalmente na apropriação das informações. Ao mesmo tempo, os conhecimentos sobre investimento, depreciação, custos fixos, custos variáveis, ponto de equilíbrio, margem de contribuição e receita, conforme Quadro 2, eram de entendimento de uma parte dos grupos, mas sem a sistematização dessas informações, inclusive para a compreensão da formação de preço de venda, bem como da organização do trabalho enquanto um custo, e de apropriação do processo produtivo de base associativa e cooperativa.

Ao observá-las com questionamentos sobre a apropriação de conteúdos de gestão, os participantes manifestaram a importância de conhecerem melhor (do ponto de vista econômico, por exemplo) sua atividade produtiva. Possivelmente, o resultado traz a implicação nas decisões de

gestão que devam ser alinhadas às exigências dos mercados consumidores oriundos de empreendimentos associativos da agricultura familiar.

Observa-se ainda que os grupos no processo formativo tiveram compreensão das limitações de algumas práticas produtivas e comerciais ora desenvolvidas. Com a conclusão do DOP e EVE, e para alguns dos participantes, com a construção/ampliação de suas respectivas unidades de beneficiamento, foi possível experimentar diferentes combinações no portfólio de produtos, a fim de ampliar a importância da comercialização de produtos da agricultura familiar na comunidade e na região. Quanto à composição dos portfólios, nota-se que os produtos mais frequentes foram: polpas de frutas; bolos; farinhas; beijus; queijadinhas; bolinhos de queijo; frutas; hortaliças; pizzas; sequilhos; frutos do mar; camarões e pescados.

Ao final dessa etapa, nota-se ainda que os grupos demonstraram interesse na qualificação de seus produtos, o que possibilitaria acesso aos mercados mais exigentes e a consequente melhoria dos preços de mercado, para além do mercado institucional. Ficou entendida a necessidade de agregar valores aos produtos beneficiados da agricultura familiar, como, por exemplo, melhoria de rótulos, aprimoramento dos produtos e de desenvolvimento de novos produtos, agregando diferentes ingredientes no preparo dos alimentos.

Considerações finais

O projeto “Fortalecimento de Grupos Produtivos da Agricultura Familiar do estado da Bahia”, financiado pelo MAPA, possibilitou as trocas de saberes e de conhecimentos entre a equipe acadêmica e os grupos produtivos da agricultura familiar. Essa formação trouxe a centralidade na sistematização de um relatório com o perfil produtivo e organizacional, voltada para a estruturação de redes de intercooperação das unidades produtivas da agricultura familiar em sistemas produtivos.

Foram oficinas formativas que apontaram desafios e potencialidades de cada unidade produtiva para seu pleno funcionamento, como também a relação entre os grupos produtivos para garantir a produção para acesso ao mercado, em que a centralidade está na relação social da gestão associativa. Essas atividades foram adaptadas aos diferentes estágios em que se encontram os grupos produtivos da agricultura familiar, seu nível de organização, escolaridade e motivação, com a integração da comunidade acadêmica.

Foram atividades voltadas para a construção de autonomia dos agricultores familiares, especialmente das mulheres rurais, e seguem os princípios das tecnologias sociais: baixo custo e menos dependentes do sistema externo, que influenciam o processo pedagógico de trocas e construção de saberes e conhecimentos, voltada para a promoção de melhoria da qualidade de vida em bases sustentáveis.

Para a comunidade acadêmica oportunizou a vivência de estudantes e de docentes em espaços de aprendizados, que interagem tanto nas atividades de ensino como de pesquisa, a partir da extensão universitária. Prevaleceram processos dialógicos, em que as pessoas devem ser consideradas sujeitos participativos e contribuintes na construção do registro histórico do seu próprio empreendimento (FREIRE, 2016).

Assim, cada grupo produtivo tem sua dinâmica própria de acompanhamento, visando ao fortalecimento institucional, a partir de seu estágio organizacional, orientado pelo respeito à sua autonomia. Entende-se que o projeto ainda está em curso, e busca formar “Redes de Interação” entre os próprios grupos da agricultura familiar, entre os grupos com as universidades e com as organizações da sociedade civil e do poder público em todas as esferas, como estratégia de otimizar e melhorar seu desempenho produtivo e ou comercial.

As “Redes” são possibilitadas pelo comportamento cooperativo associado à cultura de cooperação recíproca, que na perspectiva da go-

vernança, focaliza na formação e na organização das relações que contribuem para a construção e a consolidação de laços de solidariedade. Esses laços são construídos a partir de trabalho conjunto (ou ação coletiva), em que se fomentam as relações de confiança e de proximidade.

Importante também destacar que esse fortalecimento possibilita a inter-relação entre as universidades públicas, bem como fomenta metodologias apropriadas como espaço de formação e de construção de conhecimentos entre os saberes, voltadas para inclusão socioprodutiva. Essa inclusão tem o respeito ao modo de vida da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que visibilizam e valorizam o trabalho da mulher rural nos grupos, como sujeitos que contribuem com a melhoria das condições de vida de suas famílias e suas comunidades.

Referências

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

CALDART, R. Pedagogia do Movimento. *In*: CALDART, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 543-556.

CAPINA. Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa. **Puxando o Fio da Meada**: viabilidade econômica de empreendimentos associativos I. Rio de Janeiro: CAPINA, 1998. (Série Prosas e Debates).

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GOHN, Maria da Gloria. **Educação Não Formal e o Educador Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso em: jun. 2020.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8. Janeiro/Junho de 2006, p. 1-28.

HERRERA, K. M. Repensando o valor social do trabalho das mulheres rurais. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS, Florianópolis, 2017. **Anais** [...]. p. 1-13. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499449704_ARQUIVO_Herrera_Karolyna.pdf. Acesso em: junho 2019.

LE BOTERF, G. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.51-81.

PRETTO, V. **Exclusão social e questões de gênero**. Caxias do Sul-RS: EDUSC, 2015.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos direito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007, p. 437-442.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2011.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, jul./dez. 2005, p. 1-21.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Salvador - BA: AATR, 2002.

VELLOSO, Tatiana Ribeiro. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural:** a trajetória dos territórios rurais no estado da Bahia. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – UFS, São Cristóvão - SE, 2013.

O papel da mulher no processo socioproductivo da agricultura familiar

Maria da Conceição de Menezes Soglia

Tatiana Pacheco Rodrigues

Rosana Vieira de Jesus Oliveira

Aila Pereira Santos

Introdução

As mulheres rurais, nas suas atividades produtivas, realizam funções em todos os âmbitos de trabalho, seja agrícola e não-agrícola, necessários para contribuir com a reprodução socioeconômica de suas famílias e da própria agricultura familiar. Dada essa relevância, é imprescindível compreender detalhadamente as atividades exercidas por elas através de uma lente analítica que possibilite evidenciar o seu papel como cidadãs e trabalhadoras rurais, permitindo, assim, que o trabalho exercido pelas mulheres rurais seja visibilizado pela sociedade em sua integridade.

Röhnelt e Salamoni (2010, p. 1), no estudo sobre o papel das mulheres rurais como principais sujeitos no processo socioproductivo da agricultura familiar, consideram que elas desempenham “múltiplas funções e tarefas na organização interna das unidades produtivas”, como uma das principais estratégias de reprodução da agricultura familiar. Na perspectiva de construir possibilidades que garantam a autonomia social, econômica e política, as mulheres exercem papel fundamental no contexto da produção familiar. Esse protagonismo das mulheres rurais no desempenho da multifuncionalidade na agricultura familiar tem contribuído para impulsionar a promoção do desenvolvimento local e territorial.

Carneiro e Maluf (2003) propõem compreender e analisar os fenômenos da agricultura familiar, como se expressam a partir de uma pers-

pectiva de dimensão multifuncional, para além do aspecto produtivista e mercantil. Ao promover o rompimento com a visão hegemônica da função econômica da agricultura, o enfoque multifuncional permite que o olhar seja lançado sobre os sujeitos rurais, sobre o território onde estão situados, para a sociedade e também para as políticas públicas do campo.

A análise a partir da multifuncionalidade visa evidenciar a importância e o reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres rurais na manutenção e reprodução social da agricultura familiar, não apenas pelo prisma da atividade econômica e mercantil da produção, mas, sobretudo, por meio das atividades realizadas que não geram renda, a partir das agricultoras e suas famílias, em suas relações com a natureza e a sociedade, que moldam as formas particulares de produção e vida social.

O capítulo está estruturado em duas partes. A primeira traz uma reflexão teórica sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar e o trabalho da mulher rural, a partir dessa perspectiva com ênfase em uma de suas funções: a reprodução socioeconômica. A segunda trata da experiência vivenciada e aprendida em campo, a partir de trabalhos acadêmicos da extensão universitária com mulheres rurais vinculadas a uma experiência de organização de empreendimento da agricultura familiar e economia solidária do Território do Reconcâvo da Bahia.

Agricultura familiar e suas múltiplas funções

O conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar foi formalmente elaborado tendo em vista o contexto social da agricultura e do meio rural da União Europeia, mais especificamente na França, cujo objetivo era chamar a atenção para o reconhecimento das atribuições não visíveis da agricultura familiar ao conjunto da sociedade, uma vez que se reconhecia apenas a sua capacidade produtiva.

Para Carneiro e Maluf (2003), a ênfase no caráter produtivista da agricultura familiar em virtude da dependência excessiva do merca-

do teria desvirtuado algumas de suas funções essenciais na sua relação com a sociedade, destacando-se a preservação do meio ambiente em determinadas áreas, a articulação do agricultor e de sua produção com os aspectos culturais e sociais do território em que está inserido, como por exemplo, a manutenção de um modo de vida e de produzir, a segurança alimentar das famílias produtoras, a preservação ambiental e a manutenção do patrimônio cultural (estilo arquitetônico das casas, manifestações culturais etc.), a oferta de emprego rural. Esses autores destacam ainda que o modelo produtivista da agricultura colabora para diminuir seu papel na coesão econômica e social e sua função de refúgio para as famílias empobrecidas, contribuindo assim para o crescimento das disparidades e das dinâmicas de exclusão.

A proposta de uma agricultura multifuncional surge, assim, em um contexto de disputa entre duas concepções de agricultura: a primeira, sustentada nas determinações das leis do mercado, e a segunda, uma agricultura onde o sentido da atividade agrícola não se limita à produção para o mercado, mas se estende também à oferta de serviços e bens (materiais e imateriais) à sociedade.

Apesar de sua origem na França, a compreensão da agricultura familiar como uma realidade complexa e multifacetária faz parte da já antiga e profunda tradição dos estudos sobre o campesinato e a agricultura familiar no Brasil. Esses estudos se fundamentam em dois pressupostos complementares. Por um lado, a convicção de que a condição de produtor de produtos agrícolas é apenas uma dimensão central da unidade familiar, não esgotando, portanto, o seu caráter multifacetado. Por outro lado, a convicção de que o exercício da atividade produtiva, nestes casos, corresponde a um modo de funcionamento – produção e reprodução – ditado pelo interesse presente e futuro da família camponesa.

Assim, “mais que focalizar a atividade agrícola, entendida pura e simplesmente como um setor econômico, o que se privilegia é a própria

família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e de vida social” (WANDERLEY, 2003, p. 9). Nessa mesma perspectiva, Herrera (2015, p.12), destaca que:

A ênfase nas famílias rurais e na agricultura tendo como eixo as funções exercidas, permite que se coloque em cena várias facetas e potencialidades do rural brasileiro, tais como: as referências ocupacionais do território; as particularidades do modo de vida desta população; a dinâmica da relação campo-cidade; a conservação da paisagem rural e preservação do meio ambiente; a manutenção do tecido social e cultural; a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar; e as oportunidades de geração de renda através de atividades agrícolas e não-agrícolas. Estas são algumas das amplas e possíveis contribuições dos agricultores e agricultoras ao fazer dos territórios rurais um lugar de vida e trabalho.

Dentro desse contexto, a noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura, que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas, e se torna responsável pela conservação dos recursos naturais, do patrimônio natural e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Entre as múltiplas funções atribuídas à agricultura familiar, Carneiro e Maluf (2003) deram destaque a quatro expressões: reprodução socioeconômica das famílias rurais; promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade; manutenção do tecido social e cultural; preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, reiterando nessas expressões a concepção de que os agricultores assumem responsabilidades sociais que deveriam merecer o reconhecimento da sociedade. Maluf (2003) destaca que as quatro funções não se manifestam, igualmente, nos contextos socioespaciais ou territoriais.

Sob a ótica da multifuncionalidade da agricultura familiar, a reprodução socioeconômica é uma função que trata das fontes de geração de

trabalho e renda que permitam às famílias rurais manterem-se no campo em condições dignas de sobrevivência, incluindo aí as questões referentes ao trabalho doméstico e de cuidado, às formas de sociabilidade das famílias rurais, às condições de instalação dos jovens na propriedade, além de tratar de questões referentes à sucessão da propriedade. De acordo com Herrera (2016, p. 218),

O interesse em analisar as estratégias de reprodução social da agricultura familiar decorre, por um lado, dos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com destaque para os jovens e mulheres, o que implica no crescente processo de envelhecimento da população e masculinização do campo. Por outro lado, pelo aumento dos problemas ligados à sucessão geracional nos estabelecimentos familiares, que acabam por colocar em risco a manutenção e reprodução social da agricultura familiar enquanto categoria social. E, principalmente, pela falta de reconhecimento do trabalho desempenhado pelas mulheres rurais no âmbito da agricultura familiar.

Maluf (2003, p. 137) destaca que a agricultura familiar continua a desempenhar um papel central na reprodução econômica e social das famílias rurais no Brasil, apesar de que, para um bom número delas, sua contribuição menos importante é a renda monetária obtida pelas famílias com a produção agrícola própria, mantendo-se a importância da produção para o autoconsumo familiar, e a agricultura de forma geral como geradora de ocupação e um dos determinantes da dinâmica territorial. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas insere a família rural em diferentes setores, ampliando seu campo de atuação, bem como a inserção social e econômica.

Na perspectiva de compreensão do meio rural, se faz necessário que se perceba este espaço como suporte de relações sociais específicas, ou seja, como um espaço de vida singular, cujas relações não só dependem da dinâmica social interna, mas também das formas de inserção da vida social externa a esse meio. A dinâmica interna se caracteriza por relações sociais fundadas em laços de parentesco e de vizinhança, e a “vida social

externa” é constituída por meio da integração com os espaços sociais mais amplos, sobretudo nas complexas relações com o mercado e com a vida urbana. Assim, a vida social dos habitantes do campo é o resultado do entrelaçamento das relações sociais que atravessam o espaço rural (WANDERLEY, 2009 *apud* HERRERA, 2015). Nesse contexto, enquanto atividade social, a agricultura familiar apresenta uma estreita relação entre posição social, profissional e familiar (CARDON, 2004).

Quando a função da reprodução socioeconômica é analisada à luz da multifuncionalidade agrícola, possibilita às próprias famílias rurais e à sociedade que reconheçam o papel central que as agricultoras exercem. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível a análise dentro dessa função, da pluriatividade da atividade agrícola, bem como das atividades não reconhecidas em torno do conceito de trabalho produtivo, realizadas pelas mulheres tais como as atividades domésticas e de cuidado.

Invisibilidade do trabalho feminino

Apesar de toda a trajetória e esforço empreendido pelos movimentos sociais de mulheres do campo na luta pela reivindicação do reconhecimento do seu trabalho e condição cidadã, a agricultura familiar encontra-se ainda fortemente marcada por valores ligados à manutenção dos papéis socialmente definidos para os membros da família com base em relações, principalmente, geracionais, de gênero – pela divisão sexual do trabalho e desigualdade. Além dessas questões levantadas, é muito comum as famílias enxergarem a mulher rural no papel de “ajudante” no processo produtivo, justificando que elas não dedicam um tempo maior a essas atividades em virtude das tarefas que realizam cotidianamente no âmbito doméstico, isso porque, historicamente, várias das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico.

Segundo o documento da FAO (2011) intitulado: *O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação. As Mulheres na Agricultura: Superar a Brecha de Gênero em prol do Desenvolvimento*, as mulheres representam, em média, 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, variando esta taxa de 20%, na América Latina a até 50% na Ásia oriental e África subsaariana. Paulilo (2013), ao analisar esse documento, conclui que as estatísticas apresentadas subestimam a realidade no que diz respeito à contribuição da mão de obra feminina ao trabalho nas lavouras, uma vez que, geralmente, as mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico. Essas atividades contemplam tarefas de cuidado com a horta, o pomar, com os animais, tarefas como cortar e buscar lenha, o trabalho no roçado etc.

Cunha (2017, p. 122) chama a atenção para uma das mais populares dicotomias presentes nas análises econômicas que se refere ao trabalho produtivo *versus* o trabalho reprodutivo. De acordo com a autora, ao opor um ao outro, a economia clássica tem olhado para o chamado trabalho reprodutivo que é realizado na grande maioria pelas mulheres – “como uma entidade econômica descartável ou, se quiser, que não conta, substancialmente, para a economia”. A autora destaca ainda que em casos mais extremos chega-se mesmo a presumir que o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres é uma decorrência inevitável e natural da condição de ser mulher, e da sua subalternidade.

Com base em suas experiências de campo com mulheres, Cunha (2017, p. 124) traz uma reflexão acerca da dicotomia estabelecida, enfatizando que todo o trabalho realizado pelas mulheres é produtivo, uma vez que todas trabalham, sempre trabalharam em várias esferas da vida e em múltiplas escalas. Os seus trabalhos nas diversas escalas e esferas onde vivem e atuam produzem tanto coisas materiais como imateriais. As mulheres, a partir do resultado do seu trabalho, “produzem bens, serviços,

memórias, identidades, afetos, vínculos, alimentos, objetos, ideias e tudo o que se queria pensar. Elas produzem outras abundâncias essenciais, e também à vida”.

A dicotomia trabalho produtivo *versus* trabalho reprodutivo é uma invenção poderosa da tríade opressora: capitalismo, colonialismo e patriarcado, que criou a invisibilidade do trabalho das mulheres ao mesmo tempo em que lhes colou uma identidade que está sempre em risco de ser subalternizada ou canibalizada pelas suas necessidades e prioridades.

De acordo com Santos (2016), as relações de trabalho na agricultura familiar ainda se dão em um meio permeado por dominação e subordinação baseadas no patriarcado como forma de dominação, a qual estrutura as relações de gênero de modo a favorecer e suscitar a superioridade econômica, política e moral do homem sobre a mulher, e a desvalorização do caráter economicamente produtivo das atividades realizadas por estas.

A invisibilidade das mulheres, como sujeitos ativos na produção e reprodução na agricultura familiar, representa um mecanismo útil para perpetuar as desigualdades de gênero. Nesse contexto, uma análise do trabalho da mulher no meio rural através de perspectivas que evidenciam apenas a visão produtivista e mercantil da agricultura familiar impossibilita a visibilidade de seu trabalho em inúmeros aspectos já apontados.

Experiência das cantinas solidárias da UFRB

A experiência aqui partilhada parte de uma ação de extensão universitária vinculada a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBA) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), na relação com as mulheres rurais e sua multifuncionalidade.

As ações de incubação são desenvolvidas através da construção de conhecimentos que possibilitem a capacidade de intervenção, a ação coletiva e a apropriação dos sujeitos sociais nos ambientes territoriais, organizacionais e acadêmicos, fundamentados no desenvolvimento de

tecnologias sociais, na relação indissociável entre extensão, pesquisa e ensino universitário e nos princípios da economia solidária. São ações que têm princípios na relação dialógica entre a universidade e os empreendimentos da economia solidária, a partir do respeito à diversidade cultural e identitária.

Desde 2007, integramos a equipe técnica da INCUBA, realizando o acompanhamento de empreendimentos da economia solidária, sobretudo, aqueles constituídos por mulheres da agricultura familiar do Território do Recôncavo da Bahia. Entre esses empreendimentos, destacamos o grupo de mulheres da comunidade rural do Bom Gosto, com quem partilhamos ações, ideias, sonhos, projetos, e construímos conjuntamente alternativas e estratégias a partir de trocas de saberes, em que aprendemos conjuntamente, cada qual no seu papel, a contribuir com a construção de outro mundo possível, onde as mulheres possam encontrar formas de garantir rendimento, solidariedade, dignidade, visibilidade, valorização e respeito.

A experiência com as mulheres da agricultura familiar do Bom Gosto pode ser contextualizada como uma organização de um empreendimento da economia solidária. Essa economia parte do princípio comunitário que significa o desenvolvimento por ajuda mútua e pela posse coletiva dos meios de produção e de distribuição, adequado às necessidades sociais e econômicas dos empreendimentos de economia solidária.

Nesse contexto, considera-se que a cooperação é o elemento central para acesso dos Empreendimentos de Economia Solidária aos mercados que permitem expandir suas atividades e gerar novas oportunidades de trabalho e renda. Ao fazer referência à economia solidária, Santos (2011, p. 77) destaca que essa economia se insere em um conjunto de ações e movimentos que garante o modo de vida não capitalista como forma de organização de suas vidas. São modos de vida que rejeitam que o trabalho e a produção “sirvam para satisfazer interesses individuais e ânsias de lucro e acumulação de capital, reconhecendo que a interdependência se

estende para além dos grupos primários, abrangendo as comunidades e até o planeta”.

Santos (2008) corrobora com essas observações ao destacar que há uma diversidade de culturas, com diferentes formas de produzir saberes que orientam as suas atividades produtivas, sociais, culturais e religiosas. O reconhecimento da diversidade epistemológica é essencial para que se efetivem práticas nas quais os saberes possam dialogar numa relação de igualdade, sem a imposição do conhecimento científico como hegemônico.

Situada no Recôncavo da Bahia, na zona rural do município de São Felipe, a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bom Gosto foi constituída em 1998, e surge com o objetivo de fortalecer a organização econômica, social e política dos agricultores e agricultoras familiares da comunidade, utilizando de forma racional as atividades econômicas, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, em especial derivados da mandioca, a exemplo do beiju e da farinha.

A organização da Associação permitiu a estruturação, discussão e formação do grupo de mulheres da Comunidade do Bom Gosto, que desde 2007 lutam por melhores condições de vida no campo. No início do processo de incubação do grupo, a participação das mulheres era tímida, e foi crescendo com o tempo, a partir das atividades de formação e troca de experiências, que contou com o envolvimento direto de parcerias e da equipe técnica da INCUBA/UFRB. Desde o ano de 2010, essas mulheres conduzem as cantinas solidárias da UFRB, no campus de Cruz das Almas, Bahia. *Mas essa história não começa assim!*

A trajetória do grupo de mulheres

O Nordeste brasileiro, especialmente a Bahia, é conhecido pelas tradicionais festas juninas e produção de fogos de artifício. Os fogos que enfeitam as noites de junho para celebrar os Santos: Antônio, João e Pedro

são fabricados, na sua maioria, pelas mãos das mulheres e meninas que vivem e trabalham no meio rural do Território do Recôncavo da Bahia. O processo de fabricação de fogos é arriscado, porque na maioria dos casos são fabricos ilegais, em ambientes inadequados, sem licença das forças armadas da União (exército brasileiro), que é responsável por controlar a pólvora. No estado da Bahia existe uma preocupação no disciplinamento do fabrico de fogos de artifício, um problema por conta das condições precárias e irregulares. Essas condições já causaram inúmeras catástrofes. De acordo com Sobral (2005, p. 7-8),

a maioria das famílias envolvidas no processo produtivo recebe a matéria prima e trabalham em suas próprias casas recebendo pagamento por unidades produzidas o que contribui para o envolvimento de todos da família inclusive as crianças acima de 3 anos, essas pessoas não tem consciência dos riscos a que estão expostas e mesmo os que a tem, minimizam-na pela necessidade de sobrevivência. Após a ocorrência de pequenos acidentes que resultaram em amputações de dedos e mãos de trabalhadores envolvidos na atividade em suas próprias residências, os fornecedores de matéria prima (grandes fabricantes) começaram a instalar pequenas fabricas, mas, sem as mínimas condições de segurança o que contribui para a ocorrência de acidentes de maior porte inclusive com óbitos. Com o aumento da produção e do consumo no período dos festejos juninos e festas de final de ano, houve também um aumento no número de unidades produtivas “fábricas” clandestinas que registraram um dos maiores acidentes ocorridos em fábrica de fogos no país, em dezembro de 1998 com um total de 64 vítimas fatais e sequelas em mais 12 pessoas inclusive crianças.

Após a tragédia, as pessoas atingidas se organizaram em torno de um movimento que ficou conhecido como “Movimento 11 de Dezembro”. Segundo Santos e Velloso (2012), o Movimento 11 de Dezembro foi criado com o objetivo de buscar justiça frente à tragédia ocorrida, em 1998, além das garantias de seus direitos, principalmente para com os órfãos que foram deixados. *Mas qual a relação dessa tragédia com a realidade das mulheres rurais que gerenciam as cantinas solidárias da UFRB?*

O acidente ocorrido em Santo Antônio de Jesus, em virtude da sua dimensão, foi veiculado mundialmente, e evidenciou práticas frequentes na fabricação de fogos de artifício em muitos municípios do Território do Recôncavo da Bahia. Muitas das mulheres integrantes do grupo da Comunidade do Bom Gosto trabalhavam na fabricação de fogos de artifícios em suas residências nos meses de março a junho, e tinham nessa atividade sua principal renda.

Apesar da fabricação de fogos de artifício não ser uma atividade inerente à identidade das mulheres rurais da agricultura familiar, essa atividade surge muitas vezes como única fonte complementar de renda na região. Além do risco, as mulheres recebiam remunerações ínfimas pela produção dos fogos, em condições precárias e perigosas.

Após nove anos da tragédia, em 2007, o Estado brasileiro foi condenado por uma corte internacional de Direitos Humanos por completa omissão perante o ocorrido. A partir desta condenação, o Governo do Estado fez uma intervenção com a criação de dois grupos de trabalho, constituídos por representantes da sociedade civil e do poder público (municipal, estadual e federal): o primeiro grupo, sob a coordenação do Ministério Público, tratava das questões de acompanhamento da matéria-prima para a produção dos fogos de artifício, visto que essa matéria-prima, a pólvora, é controlada (ou pelo menos deveria) pelo exército brasileiro; e o segundo grupo, com o objetivo de discutir e viabilizar alternativas de geração de trabalho e renda para as localidades que historicamente produzem fogos de artifício de forma clandestina na região.

Como desdobramento do segundo grupo de trabalho, no ano de 2007, foi realizado um Seminário Territorial em Santo Antônio de Jesus, promovido por diversos órgãos do Governo do Estado da Bahia e organizações sociais como medida mitigadora com o tema “Alternativas de Geração de Renda para Populações envolvidas diretamente com os fogos de artifícios”. Participaram do seminário representantes do poder público e

sociedade civil, tanto de Santo Antônio de Jesus, como localidades rurais de São Felipe que eram envolvidas com a produção clandestina de fogos de artifício, incluindo as mulheres agricultoras da comunidade do Bom Gosto. Representantes da UFRB e da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil - UNISOL Brasil estavam presentes no seminário (SANTOS; VELLOSO, 2012).

Ainda no ano de 2007, um Coletivo de estudantes da UFRB denominado Agrovida – Movimento de Apoio à Agricultura Familiar e Agroecologia, realizou um Seminário na instituição, que contou com a participação do grupo de mulheres da Comunidade do Bom Gosto. Nesse Seminário elas manifestaram o desejo de deixar a atividade de produção de fogos de artifício. A partir desse seminário foi possível construir propostas de alternativas de geração de renda para submissão em editais (SANTOS; VELLOSO, 2012).

No ano seguinte, foi aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) um projeto intitulado: *ATER - mulheres beneficiamento de frutas e raízes do Território do Recôncavo*, que teve como proponente a Sociedade dos Ecossistemas e Desenvolvimento Sustentável – SEEDS. A partir desse projeto, as mulheres rurais da agricultura familiar do Bom Gosto participaram de atividades de capacitação de aperfeiçoamento nas técnicas e tecnologias de processamento de alimentos de origem vegetal, com a integração de um outro grupo de mulheres da comunidade de Batatan, em Maragojipe, um município localizado no Recôncavo da Bahia. As capacitações foram realizadas em parceria com a equipe acadêmica da INCUBA/UFRB.

Inicia-se, a partir desse momento, o processo de incubação dos grupos na relação com a Incubadora da UFRB. Em 2008, foi submetido a edital público um projeto de Incubadora Territorial envolvendo os grupos de mulheres do Movimento 11 de Dezembro, Bom Gosto e Batatan, aprovado para execução a partir de julho de 2009, intitulado “Transformando Vidas” com apoio para assessoria e acompanhamento técnico, aquisição de equipamentos e de materiais de consumo, pela FAPESB/SECTI/ SETRE

do Governo do Estado da Bahia. Esse projeto foi executado pela CEDITER – Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra em parceria com a INCUBA/UFRB e com a UNISOL Brasil.

Por meio desse projeto, os grupos tiveram acesso a assessoria, acompanhamento técnico, aquisição de equipamentos, de materiais de consumo e a um conjunto de formações: estudo de viabilidade econômica e gestão associativa; elaboração de novos produtos; boas práticas e produção de alimentos; e intercâmbios com outros grupos de mulheres da economia solidária.

Os dois projetos possibilitaram a organização comunitária de forma integrada com o grupo de mulheres rurais das comunidades de Bom Gosto e Batatan, em uma rede com 25 mulheres rurais da agricultura familiar que se integraram em seguida à Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Recôncavo da Bahia – COOAFATRE. A partir desta rede constituída, foi possível acessar a chamada pública das três cantinas universitárias da UFRB, do Campus de Cruz das Almas. Vale resaltar que a UFRB foi pioneira nesse tipo de chamada pública no Brasil, priorizando a participação dos empreendimentos da economia solidária.

O trabalho nas cantinas e na comunidade

Desde outubro de 2010, o grupo de mulheres conduz as três cantinas solidárias da UFRB no campus de Cruz das Almas, fornecendo lanches e refeições prontas para discentes, servidores técnicos e docentes da UFRB, pessoas da comunidade externa, além de eventos. O grupo conta com uma unidade produtiva em Cruz das Almas para a produção dos alimentos, e trabalha oferecendo dois cardápios: um cardápio tradicional, a partir das exigências da chamada pública; e outro a partir do benefício e da comercialização de produtos da agricultura familiar do próprio grupo e de outros empreendimentos, que são comercializados nas cantinas.

Vale destacar que o processo de incubação iniciado em 2009 foi exitoso e isso pôde ser constatado pela cooperação e autonomia adquirida pelas mulheres rurais, a autogestão das cantinas e unidade produtiva, realizando todas as atividades e tomadas de decisão sem interferência da equipe acadêmica da INCUBA. A relação com a incubadora da UFRB é retomada em 2013, mediante um novo processo de incubação que se deu a partir da construção de uma Unidade de Beneficiamentos de Alimentos na comunidade do Bom Gosto, onde as mulheres vivem. Essa unidade foi aprovada em edital público da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR e inaugurada em maio de 2016.

Essa unidade trouxe uma nova relação de incubação, a partir da inserção de outras mulheres rurais da comunidade que se integraram ao trabalho, voltado não apenas para o mercado universitário, mas principalmente ao mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Surgiu como uma estratégia para agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, de forma adequada às boas práticas, e de acesso a outros mercados, fortalecendo o que já existia na comunidade (como a casa de farinha), ampliando o processamento da mandioca e de outros produtos, garantindo a diversificação da produção, contribuindo para a segurança alimentar e a equidade de gênero.

O regime de trabalho nas cantinas e na unidade produtiva ocorre em alternância, com dois grupos de mulheres constituídos: um primeiro grupo trabalhando nas cantinas e o segundo grupo na unidade, produzindo os alimentos. Elas deixam as suas famílias na zona rural e passam seis dias na cidade, no trabalho. O espaço físico da unidade produtiva situado na cidade de Cruz das Almas serve também como alojamento para a estada das mulheres.

Em virtude da forma como trabalham é importante que estabeleçam redes de apoio para a realização das tarefas junto às famílias, no perí-

odo em que se deslocam para as atividades na cidade. A maioria conta com o apoio de filhas, mães, vizinhas e, muito raramente, com os maridos na divisão do trabalho doméstico e de cuidado com os filhos, doentes e idosos.

Atualmente 17 mulheres, com uma faixa etária que varia de 30 a 70 anos, integram o grupo. Essas mulheres são agricultoras familiares, e a estrutura da propriedade em que vivem é caracterizada como minifúndio, sendo assim consideradas mulheres sem terra. Muitas delas são meeiras, ou seja, trabalham em terras que pertencem a outra pessoa e repartem seus rendimentos com o dono dessas terras. Também trabalham como diaristas em outras propriedades e arrendam terras para plantar feijão, mandioca, milho, amendoim, inhame, aimpim, e ao redor da sua casa cultivam hortaliças e ervas medicinais.

O cultivo da mandioca está historicamente associado à agricultura familiar com importância econômica, social e cultural. Colhida normalmente por homens, é pelas mãos das mulheres na casa de farinha localizada na comunidade que se realiza todo o trabalho de limpeza, processamento da raiz, fabricação e comercialização de produtos a partir da matéria-prima gerada, como o beiju, a farinha, tapioca, biscoitos, bolos, entre outros. Todo o processo é feito de forma artesanal, passado de geração em geração. A casa de farinha, além de se configurar como espaço de produção, é também um espaço comum de socialização, cooperação e troca entre as mulheres, quando essas se juntam para o trabalho coletivo.

Desde 2020, a humanidade passa por uma das suas maiores crises sanitárias das últimas décadas, a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, o *Covid-19*. Em março de 2020, quando o Brasil e a Bahia começaram a registrar os primeiros casos de infecção e óbitos, a UFRB decretou a suspensão por tempo indeterminado de todas as atividades acadêmicas presenciais. Tal decisão afetou diretamente o trabalho das mulheres junto às cantinas da UFRB, uma vez que essas ficam localizadas nos pavilhões de aulas da universidade e em virtude da pandemia também foram fechadas.

A pandemia reduziu a renda e o convívio social entre as mulheres e a comunidade acadêmica da UFRB, mas não impossibilitou o trabalho. Em meio à crise econômica que se instalou, buscaram novas alternativas para a sobrevivência e estabeleceram novas parcerias com um empreendimento local de vendas e entrega de alimentos provenientes da agricultura familiar do Território do Recôncavo. Em seus cotidianos, elas continuam plantando, colhendo, processando os produtos da agricultura para o autoconsumo das famílias e da sociedade, realizando atividades domésticas e de cuidado. Uma economia que não para.

Foi possível perceber que a ação de acesso às cantinas solidárias da UFRB resultou no desligamento das mulheres da atividade de produção de fogos de artifício. Essas mulheres buscaram de forma organizada alternativas para geração de trabalho e renda com a valorização da agricultura familiar local, para sair das condições precárias e desumanas em que viviam anteriormente. Esta ação não trouxe apenas infraestrutura e desenvolvimento econômico, mas contribuiu significativamente para a autonomia, dignidade e empoderamento, que alicerçam e sustentam a vida das mais variadas formas, sendo portanto, essencial para a manutenção e reprodução social da agricultura familiar. Isso colaborou de forma positiva a elevar a autoestima, fortalecimento da autonomia, empoderamento e emancipação social dessas mulheres, levando-as a recuperarem, com orgulho e segurança, as suas vozes, competências, capacidades de iniciativas e altivez. Foi possível constatar alguns desses sentimentos revelados a partir de falas das agricultoras durante as atividades de campo. Destacamos aqui duas dessas falas:

Antes de entrar no grupo das mulheres e começar esse movimento, eu não conseguia falar olhando no olho de ninguém (Agricultora A, Comunidade do Bom Gosto, São Felipe, BA).

A vida das mulheres mudou muito depois que a mulher começou a trabalhar, ter seu próprio salário, sua renda mensal, ser independente. Ter outra estrutura de vida que

a gente não tinha antes, conhecimento, e a valorização do nosso trabalho, que a gente sabe que lugar de mulher antigamente era na cozinha e hoje em dia a gente ver o espaço que a mulher ocupa e ainda assim está pouco. A mulher ainda precisa muito ocupar o seu espaço, mas a gente ver hoje o valor que a mulher tem (Agricultora B, Comunidade do Bom Gosto, São Felipe, BA).

Fica evidenciada nas falas a importância da inserção dessas mulheres na economia solidária. Nesse sentido, Santos (2011, p.88) destaca que:

As economias solidárias enquanto espaço de proximidades diminuem para muitas mulheres, a excessiva responsabilidade que recai sobre elas na garantia da coesão e organização das suas famílias, permitindo-lhes tempo, autonomia e recursos para se dedicarem a sua formação e socialização enquanto cidadãs, líderes e decisórias.

A experiência apresentada aqui torna evidente que o trabalho das mulheres rurais inseridas na economia solidária, que pratica a reciprocidade como base da organização social econômica, que contraria ciclos viciosos que excluem, empobrecem, precarizam e as invisibilizam enquanto trabalhadoras e cidadãs, é uma experiência que possibilita encontrar os seus espaços e visões de sociedade, fórmulas mais integradoras e justas para garantir a sua participação, reconhecimento e empoderamento e contribuir para ações de emancipação e transformação social.

Considerações finais

As mulheres rurais da agricultura familiar, em suas atividades cotidianas de trabalho, seja no âmbito familiar ou nas atividades agrícolas, promovem um resgate de conhecimentos tradicionais, a partir de modos de vida e resistência que vinculam práticas socioprodutivas para o autoconsumo e geração de renda. São saberes que traduzem resiliência, que colaboram para a preservação de hábitos, costumes e tradições que promovem a sociabilidade das famílias, o resgate e a história e a memória ancestral de um povo e do lugar.

Nessa perspectiva, o rural como um espaço de pluriatividades, seja na agricultura ou como espaço de vida, de trabalho e lazer enfatiza a noção de multifuncionalidade da agricultura familiar, uma vez que esta representa uma tentativa de reconhecer que os estabelecimentos agrícolas e, portanto, a agricultura familiar estabelece suas estratégias de manutenção e reprodução social, desempenhando outras funções que não exclusivamente produtivas e mercantis. Essa perspectiva foi possível constatar na experiência do grupo de mulheres rurais que estabeleceram parceria com a INCUBA/UFRB, a partir do desenvolvimento de atividades acadêmicas da extensão na relação com o ensino, a pesquisa e as políticas afirmativas de aprendizados mútuos na construção de alternativas e estratégias de superação de problemas estruturais.

É necessário ampliar o olhar para um rural onde as mulheres se destacam como protagonistas da economia solidária, em atividades agrícolas e não agrícolas, produtivas e reprodutivas. São atividades que devem ser valorizadas e visibilizadas, que têm princípios pautados na solidariedade e na reciprocidade, na busca de novas utopias reais, que visibilizem e valorizem todo o trabalho realizado por elas, contrariando a lógica imposta pelo capitalismo, o patriarcado e o colonialismo.

Referências

CARDON, P. **Des femmes et des fermes**: genres, parcours biographiques et transmission familiale. Une sociologie comparative Andalousie/Franche-Comté. Paris: L'Harmattan, 2004.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Introdução *In*: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para Além da Produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p.17-26.

CUNHA, T. Todo o trabalho é produtivo: economias de abundância e da sobriedade. *In*: XOAN, Hermita (org.). **(RE) Pensar a democracia**. Compostela: Obencicomun, 2017, p.101-134.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. **O Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación**. Roma: FAO, 2011. Parte I.

HERRERA, K. M. O papel das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. *In*: 39° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT21 – Metamorfose do rural contemporâneo, 2015, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu-MG, 2015, p.1-30.

HERRERA, K. M. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208-233, 2016.

MALUF, R. Multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. *In*: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) **Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p.135-152.

PAULILO, M. I. FAO, Fome e Mulheres Rurais. **Revista Dados**, v. 56 n. 2, p.285-310. Rio de Janeiro, 2013.

RÖHNELT, P. B. C.; SALAMONI, G. O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução. *In*: **XVI ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS ENG**, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2010. p. 1-6.

SANTOS, N. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: Entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re) produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, p. 331-337, 2016.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, C. O que é que elas tem que ele não tem: Economias Solidárias e Capitalismo. *In*: CUNHA, T. *et al.* (orgs.). **Artigo Feminino: Elas no Sul e no Norte**. Santa Maria da Feira: Rainha & Neves, 2011, p.71-94.

SANTOS, L. dos; VELLOSO, T. R. Aprendizados no Processo de Construção de Alternativas de Inclusão Social do Grupo do Movimento 11 de Dezem-

bro no Município de Santo Antonio de Jesus—BA. **NAU Social**, v. 3, n. 5. p. 63-68, 2012.

SOBRAL, E. M. **Defesa Civil e a Comunidade**: impactos pós explosão de fábrica de fogos de artifício na cidade de Santo Antônio de Jesus—BA. 2005. Monografia (Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Planejamento e Gestão em Defesa Civil). UFSC, Florianópolis-SC, 2005.

WANDERLEY, M. N. P. *In*: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (orgs.). **Para Além da Produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 9-16.

O trabalho associado em empreendimentos de mulheres

*Eliene Gomes dos Anjos
Alice Nascimento do Sacramento Salomão
Ana Cristina de Assis Silva*

Introdução

Os empreendimentos econômicos solidários representam uma alternativa de trabalho para diversos segmentos que foram incluídos parcialmente no assalariamento formal e que vivenciam processos de exclusão (ANJOS, 2016). Esse quadro é resultante da seletividade do mercado de trabalho brasileiro que nunca conseguiu generalizar o emprego formal para o conjunto da população economicamente ativa (PEA); pelo contrário, criou-se no país um mercado altamente flexível, com situações distintas, desiguais e, em grande medida, precárias (BARRETO, 2005).

O trabalho associado nos empreendimentos solidários aproxima-se do precário porque termina sendo incerto, ocasional, além de não contar com a proteção social. Por outro lado, esse trabalho assume um sentido emancipatório, uma vez que os/as trabalhadores/as gerem coletivamente o empreendimento e apropriam-se dos seus resultados. São essas práticas que, na análise de Anjos (2016), contribuem para a coesão e, conseqüentemente, para a permanência nessas iniciativas. Ademais, a organização coletiva, que é *locus* de luta pela sobrevivência devido aos vínculos que estabelece, constitui-se em espaços de formação e conscientização da realidade enfrentada, impulsionando alterações nas relações de dominação em diversas frentes.

As iniciativas de trabalho da economia solidária são constituídas pelos segmentos que estão mais submetidos à subordinação e a relações

de dominação. São compostas pelas minorias que historicamente sofrem a desqualificação social, como os negros, as mulheres, especialmente as negras, os sem qualificação profissional e aqueles com baixa escolarização. É nesse contexto que a Incubadora de Empreendimentos Solidários²⁵, da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), atua para contribuir com a construção de uma sociedade menos desigual, estimulando a organização coletiva como estratégia para suplantar as desigualdades socioeconômicas tão presentes nos rincões do Brasil, sobretudo nas localidades rurais do Norte e Nordeste.

O Retrato das desigualdades de gênero e raça, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a ONU Mulheres e a extinta Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), apresenta indicadores que revelam a persistência dessas desigualdades para o período de 1995 a 2015 no mercado de trabalho brasileiro. No que tange à taxa de desocupação das pessoas com 16 anos ou mais de idade, por sexo e segundo a cor/raça no Brasil, no ano de 2015, os homens brancos apresentam 6,8%, enquanto os homens negros têm 8,5%. Já as mulheres brancas têm 9,6% e, com a taxa mais elevada, as mulheres negras com 13,3%. Esses dados explicitam as desvantagens das mulheres negras para ter acesso ao trabalho.

Pesquisa realizada por Anjos (2020) com 496 trabalhadoras/es, que apontaram o trabalho remunerado como a atividade principal do empreendimento econômico solidário, revelou que a remuneração obtida é a principal fonte de renda para maior proporção da população negra, com mais relevância para parcela das mulheres negras. Com essa constatação, a autora afirma que as experiências de trabalho da economia solidária, apesar de incorporarem valores pautados em um projeto diferenciado de sociedade, com princípios igualitários, reproduzem a estratificação da segmentação ocupacional presentes em outras modalidades laborais.

²⁵ A atuação da Incuba não se limita a incubação de empreendimentos solidários, ainda que esse seja seu objetivo principal. Também constitui um grupo de pesquisa com registro no diretório do CNPq para produzir conhecimento a partir dessas experiências.

A breve contextualização dos dilemas e potencialidades do trabalho associado para os segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira introduz o relato narrado neste capítulo da experiência de duas iniciativas de trabalho associado constituído por mulheres, em Cruz das Almas, que foram assessoradas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários, doravante denominada INCUBA. A finalidade da sistematização dessas experiências é demonstrar a dinâmica dos processos associativos e visibilizar os desafios enfrentados pelos segmentos que utilizam do trabalho associado como estratégia de superação das diversas formas de desigualdades que caracterizam suas trajetórias.

Os dois grupos de mulheres que são sujeitos das experiências narradas foram constituídos em períodos distintos do processo de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários (EES). O primeiro, uma Associação de materiais recicláveis, criada em 2008, o segundo, criado em 2017, um Grupo de Costura, formado exclusivamente por mulheres quilombolas. O comum aos dois grupos é o desafio de gerar trabalho e renda de forma associada, contando com a iniciativa das participantes e a assessoria prestada pela Incuba para possibilitar novas parcerias e viabilidade econômica dos empreendimentos.

Cabe destacar que além da contextualização desses dois empreendimentos na seção 3 do capítulo, apresentamos, na sequência, um debate sobre o trabalho associado numa abordagem interseccional. Já na seção 4, buscamos aprofundar os sentidos, alcances e limites do trabalho associado, para, enfim, apresentar as considerações finais a partir dos casos narrados e das pesquisas já realizadas com essa temática.

Interseccionalidade no trabalho associado

A coexistência de formas de trabalho assalariadas e regulamentadas com outras formas, nas quais o trabalhador é o dono dos seus meios de produção, impulsiona um debate acirrado sobre a possibilidade da consti-

tuição de um trabalho não subordinado, fruto de escolhas racionais num mundo do trabalho complexo, heterogêneo e fragmentado. Parte da literatura especializada nessas formas de trabalho, caracterizadas como atípicas ao capitalismo, apresenta-as como precárias. O trabalho nos empreendimentos de economia solidária seria uma dessas formas, pois apresenta elementos emancipatórios e, ao mesmo tempo, de precarização.

Neste contexto, evidencia-se um intenso processo de precarização e flexibilização do trabalho e, por conseguinte, a diversificação das formas de trabalho que, na maior parte dos casos, é precária. O trabalho associado, aquele caracterizado pela autonomia do trabalho em relação ao capital, é uma dessas formas. A sua propagação está relacionada às profundas transformações ocorridas no modo de produção capitalista e na organização do mercado de trabalho. Por isso, não está isento das contradições inerentes às alternativas adotadas pelos/as trabalhadores/as que não estão inseridos/as integralmente no assalariamento formal.

O trabalho associado, conceituado por Anjos (2016), é uma atividade econômica produtiva ou de prestação de serviços, desenvolvida por uma pluralidade de pessoas que coordenam suas capacidades em comum, alterando, em princípio, a relação contraditória do capital e trabalho, pois destinam ambos os meios a um mesmo fim produtivo e retributivo, ao constituir, de forma intrínseca a essa modalidade de trabalho, a dupla condição de sócio/a e trabalhador/a. Essa experiência permitiria a criação de uma sociabilidade na qual as diversas formas de desigualdades tenderiam a ser superadas, no entanto, Anjos, Silva e Pereira (2018) afirmam que uma análise interseccional demonstra a persistência da segmentação ocupacional por gênero e raça presente nas modalidades formais do trabalho também no associado.

Para Abramo (2006), essa segmentação exerce uma forte influência sobre os rendimentos e demais indicadores de qualidade de emprego de homens e mulheres, negros e não negros. Ela mostra que uma grande

proporção da ocupação feminina se agrupa nos setores mais precários (trabalhadores por conta própria, com exceção dos profissionais e técnicos; serviços domésticos; e ocupados sem remuneração), e que essas ocupações são significativas no total do emprego no Brasil.

Por sua vez, Coraggio (2007) analisa as formas de trabalho na economia popular e depreende outra lógica, irreduzível ao primado utilitarista da economia de mercado capitalista. Para ele, o trabalho associado nas cooperativas e em outras organizações produtivas da economia social e da economia solidária permitiria a reelaboração do próprio conceito de trabalho. Esse trabalho não seria mais alienante, nem desumanizador; pelo contrário, pois permitiria a constituição de valores éticos, como a co-operação entre iguais para proveito do bem comum.

Possibilitar a realização social de outro trabalho, enquanto capacidade subjetiva dos trabalhadores associados e autogestionários, implica uma mudança cultural, não apenas das valorações acerca de trabalho independente de patrões, mas dos comportamentos dos cidadãos no mercado, orientados pela reprodução da sua vida imediata (CORAGGIO, 2009, p. 124).

A mudança cultural atribuída por Coraggio (2009) às práticas de trabalho distintas das impostas pelo mercado permitiria a reprodução ampliada da vida, no entanto, teríamos que problematizar que mudanças são essas. Se o trabalho no interior dessas experiências não se limita aos aspectos instrumentais, conforme Coraggio, teríamos que apreender nessas experiências a superação de outros processos de subordinação como o poder exercido pelos homens sobre as mulheres e a situação de racismo enfrentada pela população negra. Será possível que o projeto em construção de outra sociedade está sendo forjado para superar as desigualdades de gênero e raça?

Esse questionamento tem procedência porque as experiências da economia social e da economia solidária, quando analisadas pelas perspectivas críticas, apresentam-se com potencial de superar formas his-

tóricas de desigualdades. Por outro lado, Abramo (2006) aponta que as diversas formas de discriminação estão relacionadas aos fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza. Elas são responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e barreiras adicionais para que as pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e ter acesso ao trabalho decente.

Os estudos realizados por Anjos (2016) nos empreendimentos de economia solidária, na Bahia, concluem que as iniciativas de geração de trabalho e renda destinam-se à população negra, especialmente às mulheres negras. População essa cujas chances de ingresso e permanência em empregos formais, qualificados e seguros são mínimas, não sendo, portanto, esse o parâmetro para avaliar a situação laboral daqueles/as que atuam nas iniciativas da economia solidária, mas as formas reais de trabalho antes praticadas.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), referente a 2016, realizada pelo Dieese (2017), constatou que as mulheres negras em todas as regiões metropolitanas pesquisadas convivem com as maiores taxas de desemprego. Vale ressaltar que esse estudo demonstrou que em Salvador e Fortaleza a desigualdade de gênero supera a racial, pois as taxas de desemprego das mulheres não negras são superiores às dos homens negros. No entanto, no cômputo geral, o Dieese afirma que a população negra continua sobrerrepresentada entre os desempregados em todas as regiões pesquisadas.

Os dados evidenciados pelo Dieese (2017) demonstram que as mulheres negras e não negras foram as mais atingidas pelo desemprego em 2016 na região metropolitana de Salvador. No Distrito Federal, a taxa de desemprego das mulheres negras foi de 20% e de não negras, 17,2%. Em Fortaleza, mulheres negras, 14,3% e não negras, 13,1%. Em Porto Alegre, mulheres negras, 16,6% e não negras, 10,4%. Em São Paulo, mulheres negras, 20,9% e não negras, 16,6%, já em Salvador, mulheres negras, 26,2% e não negras, 23,6%.

Ao constatar maiores percentuais das taxas de desemprego entre as mulheres, especialmente as negras, torna-se plausível sustentar a tese de que a inserção de determinados segmentos às modalidades econômicas solidárias dá-se pela inclusão parcial no assalariamento formal. Os casos narrados, a seguir, são exemplos da realidade descrita, impulsionados pelo quadro de desocupação dos/as trabalhadores/as sem qualificação profissional que percebem na organização associativa uma estratégia para gerar trabalho não somente para a sobrevivência, mas, nos termos de Coraggio (2007), para a reprodução ampliada da vida.

Contextualização dos empreendimentos

a) Associação de Reciclagem – Criada em 2007, inicialmente como um grupo informal, a Associação de coleta seletiva de materiais recicláveis desenvolveu ações sobre a preservação do meio ambiente, a triagem e comercialização dos resíduos sólidos recicláveis. Realizou suas atividades com o apoio da Incuba e em parceria com a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas, que garantia o aluguel do galpão que sediava as ações, além de assumir os custos com água e energia elétrica, também disponibilizou um motorista que dirigia o caminhão da Associação na coleta dos materiais recicláveis nos bairros da cidade. A assessoria prestada pela Incuba visou à qualificação profissional, à organização da produção e da comercialização dos materiais que eram adquiridos através de doações e repassados para um intermediário que negociava com a indústria de reciclagem em de Feira de Santana e Salvador.

No início do projeto havia a participação de 20 homens e mulheres que, antes de se associarem, desenvolviam atividades no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Passada a etapa de articulação das pessoas que estavam motivadas com o projeto de reciclagem e algumas já atuavam como catadores individuais, a partir

de 2010, a organização coletiva se tornou estratégia de trabalho efetivo para 10 mulheres, que em sua maioria se autodeclararam como pardas, com idade de 30 a 54 anos e com baixa escolarização, pois somente duas declararam ter o segundo grau completo.

Segundo Soglia *et al.* (2018), as atividades formativas pré-incubação desenvolvidas desde 2007, antes da formalização do grupo em 2010, fomentaram o debate sobre o formato organizativo mais propício para as necessidades do coletivo, além de possibilitar uma gestão participativa e democrática. As autoras constataram que dentre os/as trabalhadores/as mobilizados/as para a organização coletiva da reciclagem, após o registro legal da Associação, essa alternativa de trabalho se consolidou somente para as mulheres, pois os homens que estavam envolvidos no início da experiência decidiram continuar na coleta individual.

A forte presença feminina também é característica da maioria dos empreendimentos da economia solidária com destaque para as cooperativas e associações de catadores. [...]. Nota-se que as mulheres têm conquistado cada vez mais a independência seja através do alto grau de escolaridade ou pelo próprio ganho da autonomia. Por outro lado, ainda existem as mulheres trabalhadoras pobres, isto é, sem qualificação profissional, com baixa expectativa em relação ao mercado de trabalho e que, ainda são responsáveis pelas tarefas domésticas. É neste sentido, contra o desemprego e a exclusão, que tem crescido a participação de mulheres em empreendimentos da economia solidária. Este movimento busca principalmente, a inserção social e a geração de emprego e renda por meio de atividades ligadas a produção, a comercialização, ao consumo e outras ações que visem melhores condições de vida para os envolvidos (SOGLIA *et al.*, 2018, p. 177).

As ações que envolviam a coleta de materiais reciclados foram ampliadas graças à aprovação de projetos pela equipe técnica da Incuba que viabilizaram a aquisição de um caminhão baú e equipamentos como prensa, carrinhos, empilhadeiras, balança etc. A partir de 2011, a Associação desenvolveu ações junto a escolas, repartições públicas e privadas e comércio local. A partir desse período, a Associação passou a ter acesso

aos resíduos sólidos da coleta seletiva implantada em dois bairros de Cruz das Almas.

Além disso, integrou o Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia e a Rede de Óleos e Gorduras Residuais. Com o apoio da Incuba e dessas parcerias, as associadas aumentaram a renda e o reconhecimento do seu trabalho pela sociedade local. Todo material era doado pela comunidade, sendo, em seguida, triado, prensado e comercializado. A renda gerada era dividida igualmente entre as associadas.

O processo de incubação buscou a organização da produção e da comercialização, numa perspectiva de construção de uma rede solidária que propiciasse o desenvolvimento territorial sustentável, na avaliação de Oliveira *et al.* (2011). No entanto, a deficiência no processo de implantação da coleta seletiva no município comprometeu o volume da produção e, consequentemente, a redução dos rendimentos das associadas. Nesse cenário, em 2014, a Associação enfrentava diversas dificuldades para continuar gerando renda para as mulheres que persistiam no trabalho associado.

Ainda que a renda gerada fosse complemento de outras fontes para a reprodução familiar, para a maioria delas, os valores oriundos dessa experiência tinham importância no somatório com os demais rendimentos, alguns deles constituídos de programas de transferência de renda. Nesse ano, a prefeitura não estava mais assegurando o pagamento dos custos fixos do galpão, o que estava impedindo a triagem dos materiais. Apesar da Incuba, juntamente com as mulheres que persistiam na experiência, buscar fortalecer o empreendimento, ajudando-o a criar sua própria autonomia, através da formação continuada assegurada pelas professoras e estudantes que atuavam diretamente no projeto, a falta de apoio público inviabilizou a continuidade das ações no ano seguinte.

b) Grupo de Costura – O Grupo surgiu a partir de um projeto de extensão da UFRB que promoveu um curso de Corte e Costura em uma comunidade quilombola, em Cruz das Almas, em 2016. Após a formação

técnica em costura, das 25 mulheres cursistas que finalizaram a primeira etapa, 18 delas decidiram pela criação de um grupo para, de forma associada, aperfeiçoar a formação adquirida e, a partir daí, gerar trabalho e renda. A opção da organização coletiva possibilitou o assessoramento da Incuba, juntamente com professores e estudantes do curso de Gestão de Cooperativas da UFRB.

Antes de findar 2016, foi realizado um desfile com as peças produzidas na primeira etapa do curso, as modelos sendo as próprias cursistas. Esse desfile foi na comunidade, com presença de um grande número de moradores, representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais. O evento teve como objetivos: levantar a autoestima das mulheres ao produzi-las para o desfile; apresentar para a comunidade e entidades presentes os resultados alcançados com a capacitação em corte e costura e buscar parceiros para a continuidade das ações.

No planejamento participativo traçado para 2017, estava prevista a mobilização de recursos para a continuidade do curso, visando ao aperfeiçoamento e à busca de capital de giro para produzir as primeiras peças de vestuário do Grupo para a comercialização. O desfile animou as mulheres que iniciaram o ano focadas na continuidade do curso, pois ele seria um meio para fortalecer o Grupo. Assim, a partir de parcerias viabilizadas pela Incuba e organizações de fomento no campo da economia solidária, mobilizamos recursos para continuar a capacitação técnica em costura e modelagem, mas, sobretudo, impulsionamos a organização do grupo produtivo e a formação política que visa ao protagonismo das mulheres quilombolas em sua comunidade.

Em relação ao reconhecimento, a experiência do desfile e sua divulgação no site da PROEXT/UFRB aumentou a autoestima das mulheres e despertou o espírito empreendedor. Elas receberam diversos elogios devido à qualidade e beleza das peças produzidas, instigando-as a se organizarem coletivamente para gerar trabalho e renda. A aceitação das peças

motivou as mulheres a proporem uma mostra da produção no final de 2017. Com essa mostra, elas tornaram visível o trabalho para a sociedade civil e os órgãos públicos no município, e constituíram um caixa para adquirir mais insumos para a continuidade em 2018.

As 18 mulheres negras quilombolas que formaram o Grupo, inicialmente, em sua maioria, tinham o ensino médio completo, porém as experiências ocupacionais eram restritas ao trabalho doméstico, sem os direitos trabalhistas assegurados. A faixa etária variava de 23 a 60 anos com o predomínio de jovens até 35 anos. São mulheres que ainda têm dificuldades de expressar suas opiniões, mesmo nos encontros do próprio grupo com o acompanhamento dos bolsistas e docentes da UFRB que estão envolvidos na ação desde o seu início. Metade do grupo tem filhos e renda familiar de até um salário mínimo, produz nos seus quintais e participa de igrejas evangélicas.

Das 18 mulheres que fundaram o grupo, 12 delas, em 2018, demonstravam mudanças na participação em espaços públicos, inclusive algumas delas conseguiram apresentar a experiência em evento da economia solidária no território e, paulatinamente, expressam suas opiniões sobre os rumos da organização coletiva. As mulheres associadas apontam que a amizade é um fator positivo entre elas, porém, nos é perceptível que as diferenças de práticas religiosas provocam tensão em alguns momentos e, ainda que possa ser inconsciente, há uma subdivisão na representação e ocupação do espaço de trabalho pelo compartilhamento das mesmas crenças.

Diversas oficinas foram realizadas enfocando as temáticas racial, de gênero e a importância da organização coletiva. Também buscamos capacitá-las no que tange aos processos técnicos da gestão, em 2018. Assim, nas oficinas de viabilidade econômica, abordou-se a formação do preço de venda dos produtos e, de posse desse conteúdo, realizamos momentos formativos para as mulheres compreenderem como operacio-

nalizar a capacidade de sustentabilidade financeira do empreendimento. Os conteúdos principais trabalhados nessas oficinas foram: constituição de capital de giro; controle de fluxo de caixa; precificação dos produtos e despesas fixas e variáveis.

Em 2019, o Grupo enfrentou sérios reveses. O limite dos recursos para adquirir insumos para a produção de vestuário casual impulsionou algumas cursistas a aperfeiçoarem a produção de artesanatos com uma parceria com a Associação da comunidade. Esse aprendizado possibilitou a diversificação das peças e a comercialização em feiras organizadas nos espaços da UFRB e do município. Contudo, a renda gerada estava muito aquém das necessidades das mulheres, o que levou a inúmeras a buscarem outras formas de trabalho para assegurar a sobrevivência. Ao final desse ano, persistiam no trabalho associado 6 mulheres, produzindo em dois dias da semana, na sede da Associação.

As encruzilhadas do trabalho associado

Nos caminhos do trabalho associado cruzam-se realidades díspares, mas não excludentes. O trabalho desenvolvido nos casos narrados aproxima-se do trabalho precário, pois as condições efetivas dos direitos estão longe de serem observadas. Por outro lado, tem uma relação estreita com o trabalho libertado, pois proporciona às trabalhadoras associadas a gestão e o usufruto do seu trabalho. Esse processo dialético só é possível de ser explicado pelo sentido que as experiências nos empreendimentos solidários trouxeram para aqueles/as que vivenciam a pobreza e a desqualificação social.

Os depoimentos destacados de quatro associadas do empreendimento de reciclagem expressam a dialética contida no trabalho associado (SALOMÃO, 2014, p. 16-17):

[...] compreendo que o trabalho associado é trabalhar em grupo sem a presença de patrão [...] trabalho aqui porque

amo, penso no meio ambiente e tenho as pessoas aqui como família, aqui entro e saio na hora que quero, no meu outro emprego, tinha que engolir um monte de sapo [...] quando começamos, tínhamos vergonha da profissão. Hoje temos orgulho. Não somos catadores, mas agentes ambientais. (Entrevistada em 2014, 57 anos).

[...] estou aqui pelo meio ambiente, pelo dinheiro também, atualmente sou associada pela falta de opção e se eu estiver viva e se a renda melhorar estarei sim aqui daqui a um ano [...] aqui é minha fonte de renda principal [...] pago o INSS por fora [...] aqui é melhor porque não tem patrão para ficar em cima. (Entrevistada em 2014, 38 anos).

[...] gostaria de ter todos os direitos possíveis; salário fixo, carteira assinada, plano de saúde, consultas [...]. Por isso estou só aqui ainda porque a empresa ainda não me chamou para trabalhar lá [...] a diferença daqui para o meu trabalho anterior é que a associação é melhor em relação ao trabalho e o outro é melhor em relação ao salário e os direitos [...]. (Entrevistada em 2014, 34 anos).

[...] seria muito bom se tivesse direitos, ao menos a carteira, mais não tenho, aqui em caso de gestação, acidente a gente vai para casa se tratar [...] foi pela renda que eu quis me associar e pretendo estar aqui daqui a um ano, mas se aparecer outra oportunidade, eu irei sim. (Entrevistada em 2014, 37 anos).

Os direitos sociais que deveriam ser garantidos a todos/as os/as trabalhadores/as, inclusive aos/às associados/as, como dita a Lei 12.690/12, do Cooperativismo do trabalho, ainda estão longe de ser uma efetividade para esse segmento da classe trabalhadora (PEREIRA; SILVA, 2012). Nesse cenário, a falta da proteção social é um dos grandes limitadores para as experiências de trabalho no campo da economia solidária, por isso algumas mulheres associadas ficam desmotivadas com o futuro no trabalho associado, o que explica a expectativa por outras formas de trabalho em que possam contar com os direitos regulamentados, conforme a legislação trabalhista. Ainda assim, aspectos positivos são ressaltados como a inexistência do patrão, que possibilita satisfação no trabalho pelo desaparecimento da figura que estabelece a hierarquia de quem manda e de quem obedece.

As mulheres, em sua maioria negras, de ambos empreendimentos, revelam uma trajetória ocupacional em funções desvalorizadas e mal remuneradas no mercado de trabalho. Todas elas relatam, em algum momento, inserção no serviço doméstico, com jornada integral sem carteira assinada ou de diarista, contudo, em todos os depoimentos, a desqualificação social e a insatisfação com esse tipo de trabalho estão presentes. Essas mulheres optam pelo trabalho associado quando não percebem possibilidade de encontrar colocação que lhes assegurem vantagens no mercado de trabalho, acreditando que coletivamente vão superar as fragilidades que são comuns. Não obstante, cabe destacar que algumas mulheres da Associação de reciclagem apresentam a questão ambiental como elemento motivacional para aderir à organização coletiva.

As contradições do trabalho associado apontadas não se limitam às experiências acompanhadas pela Incuba. Ao estudar os EES do Rio Grande do Sul, Gaiger (2006) constatou que há uma intensificação na jornada de trabalho para garantir um volume de produção que os torne autossuficientes. Além disso, ressalta que os setores de atividades em que se situam esses empreendimentos não demandam força de trabalho altamente qualificada, o que reduz o fator trabalho à capacidade física somada dos trabalhadores, constituindo o trabalho num dispêndio árduo e permanente. Por outro lado, ressalta que esse mesmo trabalho institui a base da identidade coletiva, promovida pela participação ativa nas decisões cotidianas de um empreendimento associativo e cooperativo. Esse aspecto compensaria a face penosa do trabalho, pois a atividade produtiva ficaria dotada de um sentido moral e simbólico elevado.

É devido ao processo dialético que caracteriza o trabalho associado, sem, contudo, reduzir a importância da articulação política para assegurar os direitos pelo dispêndio da força de trabalho dos segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, que Anjos (2013) identifica nas coope-

rativas de trabalho solidárias espaços para ampliar a participação política dos/as sócios/as, constituindo significados no trabalho que propiciam vínculos que os/as unem para seguir adiante, em um quadro bastante adverso. Esse sentido não pode ser menosprezado quando verificamos que o trabalho socialmente protegido, o assalariado, torna-se cada vez mais precarizado, sem apresentar, no horizonte próximo, a possibilidade da superação da alienação e subordinação por parte daqueles/as que usufruem dos direitos sociais mediados pelo Estado.

Considerações finais

O relato das duas experiências de empreendimentos coletivos que foram acompanhadas pela Incuba contribui para dimensionar os desafios do trabalho associado para se afastar do trabalho precário. Esses desafios não podem ser restritos àqueles/as que necessitam da renda gerada nessa modalidade, pois constatar que a segmentação de gênero e raça persiste também nos empreendimentos econômicos solidários impõe a rearticulação política das diversas organizações que atuam nesse campo para travar as lutas necessárias para construir outro mundo menos desigual.

Por outro lado, cabe destacar que as experiências de trabalho desenvolvidas na economia solidária são ainda recentes para refutar as potencialidades de constituírem-se processos emancipatórios, viáveis economicamente, nas quais os direitos sociais seriam observados e a autogestão praticada. O que podemos afirmar ao final deste capítulo é que, efetivamente, os casos narrados constituíram-se em alternativas de trabalho para as mulheres, especialmente as negras, que foram alijadas dos direitos oriundos da sociedade salarial e que buscam, em condições precárias, a construção de um trabalho com conotação emancipatória, e que, se possível, assegure a reprodução da vida.

Referências

ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, 58, n. 4, p. 40-41, 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020. Acessado em 10/10/2010.

ANJOS, Eliene. As cooperativas de trabalho da economia solidária no contexto brasileiro: dilemas e possibilidades. **Bahia Análise & Dados**. Cooperativismo. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, vol. 3, n.1, jan.-mar, p. 209-228, 2013.

ANJOS, E. Para onde caminham as cooperativas de trabalho da economia solidária? Uma análise baseada nos mapeamentos dos empreendimentos solidários. **Otra Economía**, vol. 10, p. 112-124, 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinis.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.10>. Acessado em 28/06/2017.

ANJOS, E. A interseção das desigualdades de gênero e raça no campo da economia solidária. In: **Engajamento e reflexão transversal em economia solidária**. SOUZA, A. R.; LUSI, I. A. O.; ZANIN, M. (Orgs.). São Carlos/SP: EDUFSCar /ABPES, 2020, p. 37-47.

ANJOS, E.; SILVA, F.; PEREIRA, E. Um olhar sobre o trabalho em cooperativas da economia solidária e a interseção com as questões de gênero e raça. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, vol.7, p. 94-117, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3369>. Acessado em 20/11/2020.

BARRETO, Theo R. **Trabalhadores informais e desempregados**: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”. Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS – no final do século XX. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 2005.

CORAGGIO, J. L. Perspectiva alternativa para la economía del trabajo. In: CORAGGIO, J. L. (Org.). **La economía social desde la periferia**: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007, p. 165-194.

CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. *In: Dicionário internacional da outra economia*. A. A. CATTANI; J.-L. LAVILLE; L. I. GAIGER; P. HESPANHA (Orgs.). Coimbra, Portugal: Almedina, 2009, p. 120-127.

DIEESE. Inserção da população negra nos mercados de trabalho metropolitanos. Brasília: DIEESE, 2017.

GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-545, maio/ago, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000200009>. Acessado em 18/04/2010.

OLIVEIRA, B. M.; LEAL, G. D.; SANTOS, J. S.; SOGLIA, M. C. M. Cata Renda: da Incubação à emancipação social – estudo de caso da Associação de catadores de materiais recicláveis da cidade de Cruz das Almas-BA. *In: 8º ENEDES, Ouro Preto/MG, 2011. Anais [...]. 2011.* Disponível em: <https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/view/556/507>. Acessado em 30/09/2020.

PEREIRA, C. M.; SILVA, S. P. A nova lei de cooperativas de trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília: IPEA, n. 53, nov. 2012, p. 65-74. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3872>. Acessado em 11/11/2013.

SALOMÃO, Alice, do N. S. **A (des)proteção social e a questão da saúde entre os(as) trabalhadores(as) associados(as)**: o caso da Associação Cata Renda Ambiental. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão de Cooperativas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2014.

SOGLIA, Maria. C. M.; VELLOSO, Tatiana R.; LORDELO, Lidiane M. K.; DUARTE, Anaxsandra C. L. Cooperar para desenvolver - Associação Cata Renda - gestão coletiva das ações de coleta dos resíduos recicláveis na cidade de Cruz das Almas, Bahia - ressocialização do grupo marginalizado. **Extensão Universitária na UFRB**, volume 02. BOSS, S. L. B.; DOURADO, T. F.; VELLOSO, T. R. (orgs.). Cruz das Almas/BA: EDUFRB, 2018, p. 168-181. Disponível em:

tensao_volume_2/ ExtensaoUniversitariaUFRB10AnosV2.pdf. Acessado em 06/01/2021.

Articulação entre universidades: Projeto Maria Camponesa

*Aline de Oliveira Andrade
Ana Lícia de Santana Stopilha*

Introdução

O Projeto de Pesquisa e Extensão Maria Camponesa é desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB – *Campus XV*) através de pesquisa e extensão com grupos, comunidades e cooperativas dos municípios de Valença (BA). Através do referido projeto os pesquisadores (docentes e monitores) desenvolvem desde 2016 um trabalho de acompanhamento e sistematização de pesquisas, além da realização de oficinas, cursos e eventos, no intuito de contribuir no desenvolvimento do público assistido e estreitar a relação entre universidade e comunidade.

O referido projeto foi criado a partir das vivências e resultados exitosos do Projeto Maria Marisqueira (UNEB – *Campus XV*), este foi desenvolvido com marisqueiras e suas comunidades, a partir das ações promovidas, a equipe do projeto teve contato com lideranças rurais que travaram um diálogo para pensar ações para esse público. Desde sua criação, tem como foco de ação e pesquisa grupos produtivos compostos por mulheres que desenvolvem atividades agrícolas, culturais e de artesanato ou uma combinação destas nas diversas zonas rurais do município de Valença.

Neste capítulo destacam-se ações realizadas em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) através da Pró-Reitoria de Extensão e da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBA/UFRB), e a Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença (COOMAFES).

A COOMAFES é uma cooperativa formada por mulheres que desenvolvem seu trabalho com base nos princípios da economia solidária, e que tem desde o seu processo de formalização o acompanhamento do Projeto de Pesquisa e Extensão Maria Camponesa e da INCUBA/UFRB. Sendo assim, a parceria e o diálogo travado entre UNEB e UFRB possibilitam o desenvolvimento de ações com a COOMAFES, essas orientadas para a melhoria de produtos processados, formação continuada na área de cooperativismo, boas práticas de fabricação, economia solidária, comercialização, atendimento ao cliente, formulação de preço e a promoção e/ou apoio em eventos.

Dessa forma, o desenvolvimento das ações é pautado pela pesquisa-ação (THIOLENT, 2011), por compreender que há uma relação de interação entre os envolvidos, além das trocas e do tempo que são influenciados pelo grau de envolvimento entre pesquisador e sujeitos, “[...] a pesquisa não é limitada aos aspectos práticos. Não se trata da ação pela ação. A mediação teórico-conceitual permanece operando em todas as fases de desenvolvimento do projeto” (THIOLENT, 2011, p. 61).

A fim de cumprir seu objetivo, a saber: expor o resultado do diálogo, articulação e das ações da UNEB e UFRB consolidadas no projeto Maria Camponesa, este capítulo estrutura-se em três tópicos de desenvolvimento: extensão universitária; evolução da Cooperativa Feminina e prática universitária.

Extensão e transformação social

O conceito de extensão universitária, embora muito discutido no ambiente acadêmico, ainda está sujeito a interpretações equivocadas em sua teoria e sua prática. Apesar de apresentar-se como um conceito difuso (VALIM, 2000, p.2), a extensão representa uma inestimável ponte com a sociedade a partir da interação e da promoção de ações culturais, científicas, de assessoramento que revelam construção de aprendizagem mútua

para comunidades e para a universidade, gerando questionamentos e, conseqüentemente, mudança.

Assim, pode-se afirmar que a extensão universitária abarca em seu conceito a ação transformadora, deixando ao longo dos anos o viés assistencial em sua prática para provocar o despertar, a visibilidade e a emancipação de diversos grupos e da própria comunidade acadêmica quando, a partir da interação com diversos grupos sociais, ressignifica suas práticas e materializa suas teorias.

A extensão universitária, como um elemento do tripé do ensino superior, é o espaço de contextualizar, refletir, aprender, contribuir e se aproximar ainda mais da sociedade. Na sociedade brasileira a extensão universitária foi construindo seu espaço e contou com apoio dos movimentos estudantis. De acordo com Moacir Gadotti (2017, p.1):

No Brasil, o Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 não menciona a extensão como uma função da universidade, limitando-se a divulgação de pesquisas direcionadas para uma população mais instruída. Foi só no início da década de 1960 que a extensão como a conhecemos hoje, indissociável do ensino e da pesquisa, tomou corpo quando surgiram ações de compromisso com as classes populares, com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos. A universidade brasileira nasceu, tardiamente, na primeira metade do século XX e foi só a partir dos anos 1950 e 1960 que ela despertou para o seu compromisso social, muito por influência dos movimentos sociais.

Dessa forma, a prática da extensão universitária deve ser compreendida, segundo Freire (2015), como uma ação dialógica, educacional e cultural. Assim, o diálogo e a comunicação serão os pilares para a construção de um conhecimento que promova questionamentos e a consequente autonomia do ser humano. Freire (2015) observa que a pretensão do diálogo, seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento a partir da experiência, é a problematização do próprio conhecimento a fim de gerar compreensão sobre uma realidade.

A UNEB, através do Projeto Maria Camponesa, juntamente com a INCUBA/UFRB assumiram o conceito de extensão proposta por Freire (2015) e, compreendendo a necessidade do diálogo problematizador, aproximaram-se dos grupos produtivos de agricultoras familiares da zona rural de Valença (BA), hoje organizados na COOMAFES, no sentido de construir conhecimento emancipador, compreendendo que: “aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela” (FREIRE, 2015, p. 24).

As sementes lançadas pela parceria UNEB/UFRB encontraram solo fértil e produziram frutos, a exemplo da COOMAFES, que hoje representa uma organização geradora e multiplicadora de conhecimento.

A trilha da COOMAFES

Estruturada a partir de grupos de agricultoras oriundas das comunidades rurais de município de Valença (BA), a Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença (COOMAFES) abriga atualmente mulheres de 17 comunidades rurais, que formam 18 grupos produtivos, conforme figura 01. De acordo com Andrade (2019), das 80 entrevistadas, 76 têm mais de 30 anos de idade, o que corresponde a 95%, sendo que do total, entrevistado 41% possuem o ensino fundamental incompleto, 57% delas declaram-se pardas e 60% já participam do grupo de produção há entre dois e quatro anos.

A partir dessas características, a COOMAFES é constituída de mulheres com muitos saberes e trajetórias com múltiplos desafios, como conciliar as tarefas domésticas atribuídas dentro do contexto familiar à mulher, a articulação entre os grupos de produção, acesso à educação, à estrada e segurança na zona rural, são alguns dos desafios. Contudo, a cooperativa consegue produzir uma diversidade de alimentos in natura, a exemplo de ervas medicinais, frutas, hortaliças. E também alimentos pro-

cessados artesanalmente com os diversos sabores de beiju, doces, sequilhos, banana chips, entre outros.

Figura 1 - Estrutura de COOMAFES constituída a partir dos 18 grupos produtivos de mulheres rurais das comunidades de Valença - BA e suas respectivas marcas da aricultura familiar - 2019.



Fonte: Adaptado Andrade (2019).

A COOMAFES possui um histórico de construção coletiva, a partir do acesso à política pública e da realização de parcerias que contribuíram positivamente no processo de construção e formalização desse empreendimento. Segundo Andrade (2019), o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi o ponto de partida para as agricultoras se aproximarem e sonharem juntas, aproximadamente 40 mulheres organizaram-se para comercializar semanalmente na feira que elas próprias idealizaram e colocaram em prática.

Assim, através do PAA foi possível o desenvolvimento de um trabalho para além da compra de produtos, a partir das entregas semanais foram identificados os potenciais de cada localidade rural na produção de alimentos e na organização de grupos produtivos [...] (ANDRADE, 2019, p. 48).

A partir dos encontros na Feira, o coletivo de mulheres sonhou com algo mais, um empreendimento que as representasse. Entre os anos de

2014 e 2017, o grupo de mulheres cresceu e fortaleceu as suas atuações, realizando formações para qualificar ainda mais o coletivo no intuito de formalização da cooperativa.

Uma das cooperadas, ao ser entrevistada por Andrade (2019, p. 52), cita a UNEB, através do Projeto de Pesquisa e Extensão Maria Camponesa, como parceria desde o início da caminhada como “[...] A UNEB, que até hoje apoia a gente” (FLOR DE VIOLETA). Desse modo, a formalização da cooperativa é um marco, pois:

A cooperativa é a primeira organização social formada só por mulheres rurais dentro do Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia. A constituição de um empreendimento de agricultura familiar com base na economia solidária formado por agricultoras torna-se uma referência de enfrentamento e resistência na luta por equidade de acesso a direito e construção de políticas que venham a atender as demandas do campo (ANDRADE, 2019, p. 45).

A fundação da cooperativa tornou-se uma referência da organização de mulheres para o território, uma vez que é um empreendimento que vai além do aspecto econômico, busca promover melhoria de vida para suas cooperadas a partir da valorização dos saberes e construção de conhecimento, acesso a direitos e políticas públicas. Contribuindo com a discussão:

É necessário entender que a COOMAFES, por exemplo, está na contramão de um sistema opressor, que legitima relações de trabalho de submissão, que fortalece os latifúndios destinando recursos e decretos que favorece o agronegócio. A existência da cooperativa pode ser considerada como uma resistência dentro desse contexto, pois vai de encontro à invisibilidade do trabalho da mulher rural, a desqualificação da Agricultura Familiar e principalmente mostra que é possível viver no campo, gerar renda e ter reconhecimento do faz (ANDRADE; STOPILHA; VELLOSO, 2018, p. 127).

Propor-se a construção de um empreendimento solidário é desafiador. Uma cooperativa representa seu coletivo, que ao mesmo tempo em

que é usuário (a), é também dono (a), mostrando como o tipo de vinculação é outro. A COOMAFES foi formalizada na Junta Comercial da Bahia (JUCEB) no dia 27 de novembro de 2017, passando a ter CNPJ e a celebrar seu aniversário na data citada. De acordo com Valadares (2005, p. 38),

[...] a cooperativa é um conjunto de estruturas de trabalho ou produção e de prestação ou utilização de serviços, que surge sob a forma de um organismo econômico que tem por base a associação dos membros, e no qual cada um tem a qualidade de proprietário, usuário, trabalhador e empresário.

A COOMAFES, através de parcerias e do trabalho de qualidade, conseguiu desenvolver ações, promover eventos, participar de feiras, congressos, oficinas, entre outros espaços. Destacam-se também nesse processo histórico os locais de comercialização, que foram ampliados para além da Feira da cooperativa que ocorre todas as sextas-feiras no centro da cidade de Valença.

A comercialização é um dos objetivos da COOMAFES, sendo assim, a cooperativa administra a Feira, administra e comercializa no Espaço Solidário, loja territorial implantada pela política pública de economia solidária do estado da Bahia através do Centro Público de Economia Solidária – CESOL Baixo Sul, comercializa alguns produtos também para o município de Salvador (BA), através da loja do CESOL, e também através de uma plataforma de vendas *on-line* administrada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Entre os espaços de comercialização, há também a Cantina Solidária, localizada no *Campus XV* da UNEB – Valença. Esse espaço é histórico, pois é a primeira cantina administrada por uma cooperativa entre os *campi* da UNEB. Partindo dessa conquista e de outras ações desenvolvidas a partir do Projeto de Pesquisa e Extensão Maria Camponesa, o próximo tópico apresenta a metodologia, as ações e as parcerias feitas para concretizar a interação entre as universidades públicas e a COOMAFES.

Cabe destacar que as conquistas dos espaços de comercialização são resultados do trabalho coletivo realizado por mulheres rurais, graças ao empenho, esses espaços foram articulados com parceiros, oportunizando comercializar produtos produzidos pelas próprias cooperadas em seus grupos de produção ou no seu quintal, além de divulgar/apresentar os produtos da COOMAFES para um possível público consumidor que reside em Salvador e/ou Valença (BA) e região, e os que fazem compras virtuais.

Portanto, notam-se os frutos do protagonismo das mulheres para construir e ao mesmo tempo manter um empreendimento solidário pautado nos princípios do cooperativismo e da economia solidária, com relações de respeito ao modo de vida e valorização dos saberes, buscando espaços para dar visibilidade ao seu trabalho e a como este contribui para o desenvolvimento pessoal de cada cooperada, para o sustento da sua família e o desenvolvimento da comunidade/grupo.

A prática universitária

O objetivo do Projeto Maria Camponesa é investigar coletivamente estratégias e ferramentas para a promoção de melhorias produtivas em grupos vulneráveis de mulheres camponesas no sentido de promover a organização da produção e da comercialização orientada para os espaços de produção coletiva, organização de Feira solidária e formação de cooperativa, mediado pela articulação dos saberes dos grupos participantes.

Alinhado com seu objetivo, o projeto desenvolve ações que articulam saberes, novos conhecimentos, parcerias através de visitas de campo, oficinas, rodas de conversa e reuniões de planejamento, além da utilização das técnicas do Diagnóstico Organizacional Participativo (DOP). Entre os grupos que o Projeto acompanha, a COOMAFES é um deles, assim, antes mesmo da cooperativa estar registrada na Junta Comercial da Bahia, o Projeto já acompanhava e proporcionava formações para as mulheres.

Cabe elucidar que a COOMAFES contou com várias parcerias e que cada uma ao seu modo contribuiu para a construção e formalização da cooperativa, sendo assim, esse trabalho apresenta as ações feitas a partir da relação da cooperativa e do Projeto de Pesquisa e Extensão Maria Camponesa. Contudo, a história construída não é estática, horizontal, nem vertical, por conta disso, sujeitos e parcerias estão presentes e compartilharam o planejamento e execução de ações, pois o objetivo maior é contribuir para a consolidação de um empreendimento de base cooperativista, que representa muitas mulheres a partir do seu modo de vida.

Assim, é primordial trazer a INCUBA/UFRB como parceria constante nesse processo. A partir dos diálogos entre o Projeto Maria Camponesa, a Incubadora e a Cooperativa, tornou-se possível desenvolver ações coordenadas, por etapas, que resultaram na implantação da Cantina Solidária, dentre outros resultados, no fortalecimento da extensão universitária e da construção de conhecimento para todos (as) os (as) envolvidos (as).

Diante do exposto, fica evidente que a extensão universitária não pode ocorrer em via única, para se efetivar e contribuir positivamente com seus projetos é necessário a participação comunitária, como um agente que também propõe um agente ativo no e do processo. Frisa-se também a constância e ao mesmo tempo a dinâmica dialética dos processos de extensão universitária, que podem ser vistas quando visualizamos as ações construídas com a COOMAFES.

Até o ano de 2017, a cantina da UNEB – *Campus XV* encontrava-se fechada. A partir de diálogo com a direção do *campus*, identificou-se a possibilidade de parceria entre a universidade e a cooperativa, desse modo, a ideia foi apresentada às diretoras da COOMAFES para avaliarem dentro do coletivo. A possibilidade de um empreendimento solidário administrar a cantina universitária não é algo novo para a UFRB, pois a Instituição possui quatro cantinas solidárias, sendo três geridas pela Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Recôncavo (COOAFATRE) no *campus*

de Cruz das Almas, e uma cantina na cidade de Amargosa gerida pela Associação de Corta-Mão.

Com o interesse por parte da cooperativa em assumir a cantina, o Projeto elaborou um planejamento dialogado com a COOMAFES e a Incubadora/UFRB para realizações de formações e de intercâmbios, assim, o Projeto desenvolveu oficina de boas práticas de fabricação para as cooperadas, com duração de 04h, na qual foram abordados a higienização dos alimentos, o preparo de alimentos processados, a conservação de alimentos e também os cuidados com o ambiente de trabalho. Tudo no intuito de contribuir com a melhoria do trabalho que as mulheres já fazem e a garantia de alimento ainda mais seguro para elas e seus clientes.

Desse modo, aconteceu também oficina de elaboração de preço, com duração também de 04 horas, as cooperadas puderam refletir sobre o que produzem, o que comercializam e como chegam a um preço justo para quem vende e para quem compra, levando em consideração os princípios da economia solidária e do cooperativismo. Estimulando também a prática da troca de alimentos entre elas.

Em continuidade, entre os espaços de formação proporcionados pelo Projeto, as cooperadas participaram de uma oficina de atendimento ao público, pois estando à frente da comercialização, a figura do atravessador é eliminada e assim, além de produzir, a agricultora passa a desenvolver também o espaço de quem vende. Assim, a oficina fomentou reflexões no âmbito dos diferentes perfis de clientes, na importância de apresentar o diferencial do produto, de realizar uma venda com significado, demonstrando ao cliente que o alimento adquirido representa muito mais que a propriedade nutritiva, nele há saberes, trabalho familiar e/ou comunitário, e a representatividade da mulher rural.

A realização das oficinas contou com a participação das cooperadas, da coordenação, de bolsistas e de estagiários voluntários do Projeto. Essas formações ocorreram em Valença e foram os primeiros passos no intuito

de comercialização na cantina da UNEB, pois até então não tinham chegado a pensar um nome para o espaço. As formações foram momentos de troca de saberes, de relato de experiência a partir da vivência de comercialização na Feira e também de aprender estratégias de atendimento, venda e qualidade dos produtos.

Em seguida, aconteceu uma reunião com lideranças da COOMAFES e do Projeto para planejar a visita à Comunidade Bom Gosto, São Felipe (BA), onde funciona a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bom Gosto, para conhecer a estrutura e organização desse espaço. A INCUBA/UFRB acompanhou e contribuiu em todo processo, por sua experiência e vinculação com a cooperativa e a associação. A visita teve como objetivo:

[...] entender como ocorre todo processo: da matéria prima – organização das equipes – produção – geração de preço das mercadorias – comercialização – acordo feito com a UFRB – distribuição das vendas. Com a proposta construída e os objetivos estabelecidos as equipes se organizaram e levaram entorno de 15 mulheres, um ou duas representando seu grupo de produção da COOMAFES. Desse modo, a equipe do Projeto Maria Camponesa articulou o transporte, os horários, os pontos de parada, a lista com os nomes que a cooperativa informou. A INCUBA – UFRB juntamente com as lideranças da associação mediarão todas as etapas da visita, iniciando pelo local de produção. Logo, as cooperadas conheceram a estrutura física (as máquinas, utensílios, o posicionamento e divisão do espaço, entre outros aspectos) e organização dos grupos de produção (a divisão do trabalho, os dias da semana das equipes, os cardápios/pratos que são feitos, o armazenamento da matéria prima, etc.) (ANDRADE; STOPILHA; VELLOSO, 2018, p. 125).

As visitas aos locais de produção foram muito relevantes, pois as cooperadas da COOMAFES puderam observar os aspectos citados e também identificar dificuldades comuns, como a má qualidade das estradas, a distância da sede da cozinha para o local de comercialização, a importância das parcerias e projetos para aquisição de equipamentos e forma-

ção continuada. Ambos os empreendimentos tiveram acesso a políticas públicas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A visita ao local de produção (casa de apoio) dentro da cidade de Cruz das Almas foi motivadora para as cooperadas, pois é um sonho e uma necessidade da COOMAFES ter um espaço para produzir e/ou organizar a produção no município de Valença. Nessa casa onde as mulheres produzem em Cruz das Almas, notou-se também a maneira como os equipamentos foram organizados e como as agricultoras se separam em grupos para produzir. Isso sem perder seu vínculo com o campo, pois são elaborados cronogramas do que produzir e quem produzir, oportunizando, desse modo, que a agricultora venha a cidade poucas vezes durante a semana.

Ao chegarem ao *Campus* da UFRB – Cruz das Almas, as cooperadas foram apresentadas às cantinas que são geridas pela Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Recôncavo (COOAFATRE), que tem ligação com a Associação de Desenvolvimento Comunitário Bom Gosto. Todas as três cantinas foram visitadas, as cooperadas observaram a organização, o movimento e também os alimentos comercializados. Mesmo estando com atendimento ao público, a interação entre as mulheres aconteceu, “[...] estavam reunidas as lideranças da associação e as associadas que ficam nas cantinas. As cooperadas indagaram sobre o perfil do público, a margem de vendas, a conservação do produto, os gastos e perdas, dentre outras questões que foram abordadas” (ANDRADE; STOPILHA; VELLOSO, 2018, p. 123). Posteriormente, conheceram um pouco da estrutura administrativa da universidade.

Para a conclusão do momento, as mulheres se reuniram e dialogaram sobre o dia, as visitas, as conversas e os muitos aprendizados que foram construídos, além de deixarem o convite para as associadas do Bom Gosto irem a Valença conhecer a Feira, o Espaço Solidário e participarem das oficinas junto com elas.

O fortalecimento da relação universidade/sociedade prioriza a superação das condições de desigualdades e exclusão existentes. Através de projetos sociais, a universidade socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, exercendo sua responsabilidade social, ou mesmo sua missão: o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (NUNES; SILVA, 2011, p. 121).

As visitas foram intercâmbios enriquecedores para ambos os públicos, tanto para as mulheres da COOMAFES como para agricultoras associadas da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bom Gosto, São Felipe (BA), que são acompanhadas pela INCUBA/UFRB e puderam conhecer outras realidades e experiências. Ações como essas concretizam o que é esperado da universidade, promovendo uma extensão universitária comprometida com o desenvolvimento local, sem desconsiderar os saberes e as práticas existentes.

O trabalho desenvolvido pelo Projeto Maria Camponesa expressa a importância da extensão universitária como instrumento colaborador da formação cidadã, crítica e embasada nas realidades concretas dos sujeitos independentes da área de estudo do discente/estagiário. A extensão universitária aproxima o diálogo entre a academia e as comunidades locais, possibilita a construção de saberes de maneira coletiva, sem a supervalorização de um saber em detrimento a outro. O exercício de estar no campo e na academia possibilita ao discente a aproximação com o social a partir do seu campo de formação, enquanto a partilha das vivências proporciona a ação versus reflexão versus ação, como propõe Paulo Freire (ANDRADE, 2019, p. 94).

Podem ser notadas na figura 2 a vivência e as trocas nos diferentes espaços formativos. As ações foram desenvolvidas de maneira interligada, uma em conexão com a outra, não foi um trabalho estanque de formação, houve multiplicação de saberes e fortalecimento de vínculos, possibilitando aos sujeitos serem ativos no processo e partindo das necessidades reais.

Figura 2. Ações desenvolvidas pelo Projeto de Pesquisa e Extensão Maria Camponesa - UNEB em parceria com Incubadora /UFRB na Cooperativa Feminina da Agricultura familiar e Economia Solidária de Valença (COOMAFES).



Fonte: Autoral (2020).

A junção das parcerias gerou resultados positivos, expressos ao longo deste capítulo. Sendo assim, cabe abordar que no mês de março de 2017 a cantina foi inaugurada com o nome *Cantina Solidária*, nome escolhido pelo coletivo que viveu todo o processo e identificou nele a representatividade da COOMAFES. Os equipamentos juntamente com o espaço da cantina e as ações desenvolvidas ao longo dos meses se tornaram viáveis por conta de projetos da INCUBA/UFRB, INCUBA/UNEB e Projeto de Pesquisa e Extensão Maria Camponesa, que uniram forças para concretizar essa conquista para toda a comunidade.

Através do “Programa Nacional de Incubadoras de Economia Solidária (PRONINC) do Edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério do Trabalho e Emprego

(MTE)” (ANDRADE, 2019, p. 94) que a cooperativa conseguiu os equipamentos para montar e inaugurar a Cantina Solidária.

A Cantina Solidária comercializa os alimentos produzidos pela cooperativa, atendendo ao público nos turnos da tarde e noite. Esse espaço tornou-se também um local no qual a COOMAFES prepara e comercializa café da manhã, lanche e almoço para eventos que ocorrem no *Campus XV* quando contratam a cooperativa.

O Projeto de Pesquisa e Extensão Maria Camponesa, além da parceria para a implantação da Cantina Solidária, conseguiu também um espaço para que a cooperativa usasse como espaço administrativo. Desde 2017 até os dias atuais, a cooperativa conta com esse espaço e faz dele seu escritório, no qual arquivam os documentos, equipamentos e outros, além de reuniões com a diretoria.

A parceria UNEB/UFRB/COOMAFES ainda se revela no Projeto de extensão Fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar do estado da Bahia. O referido projeto, de autoria da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA/UFRB, tem como objetivo proporcionar ações de fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar, voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, na articulação de ações acadêmicas a partir da relação com as políticas públicas, na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente para as mulheres rurais do estado da Bahia, especificamente nos Territórios do Recôncavo, Portal do Sertão, Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul.

Assim, as ações voltadas para a COOMAFES são direcionadas aos estudos de viabilidade econômica e gestão associativa; a promoção de ações de capacitação para o funcionamento dos grupos produtivos, através de oficinas e de intercâmbios de experiências e de monitoramento de ações; ao desenvolvimento de ações de elaboração de rotulagem, de informação nutricional e de controle de qualidade, a partir de análises microbiológicas, sensoriais e bromatológicas; garantir a participação dos

grupos produtivos em eventos formativos e comerciais das redes de Intercooperação e da relação com as políticas públicas da agricultura familiar. Cabe salientar que tais ações iniciaram-se no ano de 2019.

Considerações finais

Mediante o exposto, cabe ressaltar a constante e ativa atuação das mulheres rurais que compõem a COOMAFES na busca de parceria com gestores governamentais, lideranças comunitárias e as universidades para construção de uma rede de apoio para enfrentamento/superação dos desafios encontrados na sociedade, a exemplo de questões que atingem diretamente a cooperativa, como a padronização de produtos para comercialização, logística para comercializar, acesso a novos mercados, orientações com questões tributárias e fiscais, formação continuada pautada em uma metodologia da educação popular, acesso a programas governamentais e políticas públicas, entre outros desafios que surgem no desenvolvimento do trabalho.

A relação da UNEB e UFRB com a COOMAFES, conforme abordado, vem de antes da formalização do empreendimento, assim, há um sentimento de pertencimento/vínculo a essas instituições por construir com a cooperativa seu caminhar. Isso é possível pela construção de relações pautadas no respeito dos saberes, como nos ensina Freire (1987), que não há saber maior, há saberes diferentes, desse modo, o presente trabalho elucidou o caminhar percorrido com a COOMAFES destacando a extensão universitária promovida pelas instituições de ensino.

Abordar a extensão universitária é trazer a práxis para o cotidiano universitário, é a partir das vivências nos projetos que docentes e discentes podem aperfeiçoar seus conhecimentos e ao mesmo tempo construir novos. Assim também, a extensão universitária promovida entre universidades é a demonstração prática do comprometimento com o social, com

o fortalecimento dos saberes e empreendimentos locais, pautada na lógica da valorização e respeito.

Portanto, o trabalho desenvolvido entre a UNEB, através do Projeto de Pesquisa e Extensão Maria Camponesa, e INCUBA e a UFRB, através da Pró-Reitoria de Extensão e da INCUBA, demonstra o quanto a universidade pode contribuir para o despertar dos sujeitos na luta por seus direitos, no sentido de minimizarem os nefastos impactos sociais produzidos pela ação hegemônica que culmina na invisibilidade de grupos, comunidades e povos que podem ocupar espaço de construção de conhecimento a fim de transformar sua realidade.

Referências

ANDRADE, Aline de O. **O Semear de uma construção coletiva**: a trajetória da formação da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença, BA (COOMAFES). Relatório científico (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – UFRB, Amargosa, BA, 2019. Orientadora: Dra. Tatiana Ribeiro Velloso.

ANDRADE, Aline de O.; STOPILHA, Ana Lícia de S.; VELLOSO, Tatiana R. UNEB e UFRB: Parceria No Desenvolvimento da Extensão Universitária para consolidação da Cantina Solidária. *In*: III ENCONTRO INTEGRADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNEB: 35 ANOS DE UNEB CONSTRUINDO UMA UNIVERSIDADE INCLUSIVA E POPULAR, Salvador, 16 a 18 de outubro de 2018. **Anais** [...]. Salvador: UNEB, 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária**: Para quê? Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em fev. 2021.

NUNES, Ana L. F.; SILVA, Maria B. C. **A extensão universitária no ensino superior e a sociedade**. 2011. 15. Resumo. Minas Gerais, 2011. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/60/89>. Acesso em: nov. 2020.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez. 2011.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto Pesquisa e Extensão Maria Camponesa**. *Campus XV*, Valença: UNEB, 2016.

VALADARES, José Horta. **A Moderna Administração em Cooperativas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. (MBA em Gestão Empresarial em Cooperativas de Saúde). Disponível em: file:///C:/Users/Administrador/Downloads/Administra%C3%A7%C3%A3o%20de%20Cooperativas.pdf. Acesso em: set 2018.

VALIM, Teresinha. 2000. **Extensão em busca de inclusão social e formação cidadã**. Disponível em: <http://www.ufpa.br/beiradorio/arquivo/beirao4/noticia/noticia4.htm>. Acesso em: jul. 2011.

Design participativo: as “Marias do Cedro”

*Carolina Fialho Silva
Fábio Souza da Hora
Sidnara Ribeiro Sampaio
Tatiana Ribeiro Velloso*

Introdução

Este trabalho consiste em reflexões e relato da experiência concernentes ao desenvolvimento de design de identidade visual e de embalagem, no âmbito do projeto de extensão “Fortalecimento de Grupos Produtivos da Agricultura Familiar do Estado da Bahia”, sob execução da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBA) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com financiamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que visa fortalecer grupos produtivos da agricultura familiar, por meio de ações formativas voltadas para fomento de geração de renda, trabalho e cidadania.

Uma das demandas colocadas para o projeto compreendeu a construção de uma marca para o Grupo de Mulheres da Agricultura Familiar “Marias do Cedro”, da Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoa do Cedro, situado em Cruz das Almas, no estado da Bahia. Nesse contexto, foi necessário aproximar-se da comunidade e reconhecer os seus saberes e a sua autonomia, visto que o design não apenas deve figurar como objetivação de um produto técnico, mas atuar como meio de melhoria das condições sociais e econômicas da agricultura familiar, especialmente das mulheres rurais.

O design foi uma estratégia de estabelecer um processo dialógico entre a universidade e a comunidade, como forma de visibilizar os saberes e especialmente uma marca que traduza a identidade do Grupo de

Mulheres da Agricultura Familiar “Marias do Cedro”. Apesar de ser compreendido como atividade relacionada à produção industrial, resultante da divisão do trabalho, a razão de existir do design se destaca por ter uma relação intrínseca com a questão social. Ainda que já tenha sido identificado como atividade projetiva e conceitual em períodos anteriores à Revolução Industrial, o termo designer passa a ser utilizado com mais frequência no século XIX, como designação dos trabalhadores, sobretudo aqueles da indústria têxtil na Inglaterra, que se especializaram e passaram a trabalhar na concepção dos produtos, ou seja, no seu projeto, antes destes entrarem em linha de produção (DENIS, 2000).

O uso dos termos design e designer estão relacionados diretamente às questões sociais decorrentes da produção de artefatos, que começavam a ser fabricados em série e em escala, resultado do desenvolvimento tecnológico, da urbanização acelerada, do aumento da população urbana e, principalmente, da divisão do trabalho industrial, separando concepção e execução. Denis (2000, p. 27–28) destaca de modo elucidativo o último aspecto, ao apontar que já não era necessário contratar muitos artesãos habilitados ao desenvolvimento dos trabalhos, mas bastaria ter um designer e um gerente para fazer a gestão de um grande número de operários, que não necessitavam maiores qualificações para manejar as máquinas.

Apesar de os termos design e designer terem seu uso difundido concomitantemente ao momento em que ocorreu a divisão do trabalho industrial, a experiência de design participativo aqui descrito surge em contexto diverso da industrialização em massa, como estratégia de visibilizar a identidade e os modos de vida de grupos comunitários, e neste caso, da agricultura familiar com a experiência de um grupo de mulheres rurais. Acerca dessa circunstância, Dantas, Guimarães e Almeida (2009) afirmam que, para além de colaboração, a organização comunitária envolve outros aspectos, como inclusão, autogestão, democracia, participa-

ção e distribuição de riquezas geradas a partir da contribuição de cada membro, sem relação de subordinação do capital sobre o trabalho.

Esses grupos comunitários têm modos de vida distintos, em que o trabalho e o capital são integrados, em forma de participação coletiva e democrática. Na agricultura familiar, a organização comunitária é uma estratégia importante para geração de renda, mas também para garantir aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos com referência na promoção de desenvolvimento centrado nas pessoas e na vida na relação com o meio ambiente.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a experiência de construção participativa da marca do Grupo de Mulheres da Agricultura Familiar “Marias do Cedro”, através do design participativo. Para isso, foi necessário caracterizar tanto o grupo de mulheres rurais, quanto a comunidade da Lagoa do Cedro, da qual fazem parte, e relatar as ações formativas na construção de uma marca de produtos da agricultura familiar, no contexto do design participativo, para o desenvolvimento da identidade visual do grupo e a confecção de rótulos de embalagens.

A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, a partir de oficinas de design participativas, integradas com as atividades do Tempo Comunidade dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) e do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), e da orientação de uma docente e um estudante do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Essas oficinas ocorreram no período de outubro a novembro de 2019, integradas ao projeto de extensão “Fortalecimento de Grupos Produtivos da Agricultura Familiar do Estado da Bahia”, com articulação das atividades de ensino do Tempo Comunidade, a partir da Pedagogia da Alternância. Assim, este trabalho utilizou a pesquisa documental, por meio

dos relatórios das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, a partir de 2016; e da pesquisa para a construção da marca do grupo “Marias do Cedro”, com base nos princípios do design participativo.

Trata-se, assim, de desenvolvimento de design de identidade visual e de embalagem ainda em processo, que envolve atividades formativas integradas entre ensino, pesquisa e extensão, em que a relação com a comunidade tem sido fundamental para o desenvolvimento da experiência.

O grupo da comunidade da Lagoa do Cedro

A Associação de Desenvolvimento Comunitário da Lagoa do Cedro (ADCLC) foi criada em 28 de agosto de 1997 devido às necessidades enfrentadas pelos moradores e com o intuito de coletivamente buscar melhores condições de vida para a comunidade. O primeiro passo foi reunir as pessoas e criar a organização, com 54 sócios inicialmente²⁶. Atualmente os seus membros pagam uma contribuição mensal, como forma de manter o funcionamento da associação.

A comunidade da Lagoa do Cedro tem um grupo de mulheres denominado “Marias do Cedro”, enquanto uma associação que tem na sua base a agricultura familiar, situada na zona rural do município de Cruz das Almas - Bahia. A toponímia da comunidade é devida à existência de um cedro, uma árvore, próximo a uma lagoa, sendo a primeira visão que os tropeiros tinham quando chegavam ou passavam pela comunidade para dar água aos animais, no caminho que trilhavam vindo ou indo para outras comunidades. Os primeiros moradores a habitar o local foram dois irmãos, filhos de um agricultor que comprou um terreno no local, e que vieram da comunidade vizinha Lagoa Seca, pertencente ao município de Castro Alves.

²⁶ Na criação da associação da comunidade, Francisco Dias Conceição (agricultor já falecido) foi reconhecido como o morador mais antigo da comunidade.

Logo surgiram outros moradores vindos da comunidade de Pumba, do município de Cruz das Almas e outros do Aporá, comunidade rural do município de Cabaceiras do Paraguaçu. Estas pessoas casaram-se, herdaram ou compraram terras para construir um lar, e habitaram esse lugar, o nomeando como Lagoa do Cedro, trazendo consigo sementes herdadas dos pais para plantar e alimentar a família. Posteriormente, o local atraiu outros moradores com relação parental, que constituíram uma comunidade, e por isso, todos os moradores atualmente são parentes uns dos outros.

A Lagoa do Cedro é uma comunidade composta por 140 moradores, formando um total de 45 famílias. As principais referências edificadas são a igreja católica, um posto médico e uma escola, onde atualmente funciona a associação. A escola de ensino fundamental foi fechada, segundo os moradores, por não ter mais demanda local para seu funcionamento. Por um lado, Molina (2015) argumenta que o fechamento das escolas do campo precisa ser compreendido como intenso processo de desterritorialização dos agricultores familiares, em que acelera a liberação de terras para a lógica de acumulação do capital no campo. E por outro lado, Castro (2009) afirma a migração intensa da juventude rural do campo para a cidade, em busca de geração de renda e de melhores condições de vida, como também o envelhecimento da população rural.

A comunidade da Lagoa do Cedro é situada em uma área de transição entre a Mata Atlântica e a Caatinga, faz limites com os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Muritiba, esta última uma localidade com muita significância para o município, pois é atravessada pela estrada de ferro. Esta região foi umas das maiores produtoras de fumo e depois de *Citrus* (laranja e limão), segundo informações dos moradores mais antigos da comunidade.

Os moradores, em sua maioria, vivem da produção agrícola e da criação de animais, a exemplo de porcos, galinhas, cabras e vacas, além da existência de moradores que trabalham em centros urbanos, e outros

são aposentados rurais. Na produção agrícola, destacam-se os cultivos de laranja e limão (*Citrus*), caju (*Anacardium occidentale*), acerola (*Malpighia emarginata*), manga (*Mangifera indica*), mandioca (*Manihot esculenta*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), feijão comum do grupo carioca e do preto (*Phaseolus vulgaris*), feijão-caupi ou feijão-de-corda (*Vigna unguiculata*), feijão-guandu ou andu (*Cajanus cajan*), milho (*Zea mays*), tomate (*Solanum lycopersicum*), coentro (*Coriandrum sativum*), cebola (*Allium cepa*), entre outros.

A relação da UFRB com a comunidade da Lagoa do Cedro aconteceu por meio da Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) e do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS). A modalidade dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo da UFRB tem a integração de dois tempos formativos: o Tempo Comunidade e o Tempo Universidade. Esses tempos são concebidos como a integração de espaços de experiências e vivências do período de alternância compreendido no Tempo Comunidade, onde foi possível conciliar as teorias estudadas no Tempo Universidade, no espaço da universidade. Assim, tornou-se pertinente uma investigação que compreenda as contribuições da Pedagogia da Alternância para a comunidade da Lagoa do Cedro no município de Cruz das Almas e as atividades que foram realizadas a partir dessa relação entre universidade e comunidade.

A Pedagogia da Alternância traz a relação entre ensino, pesquisa e extensão universitária com a experiência do levantamento de sementes no contexto da Soberania Alimentar, visto que contribui com a comunidade no desenvolvimento da pesquisa e da extensão com atividades de partilha de saberes. Seu principal fundamento consiste na combinação de um processo de formação, no qual o jovem rural vivencia um período na universidade e outro na comunidade onde vive, alternando as formações teóricas e práticas que, além do conteúdo do currículo formal, incluem conteúdos de vivências associativas e comunitárias. Outro ponto fundamental é a ênfase na participação dos moradores em um processo de tro-

ca de saberes, com a busca do desenvolvimento de toda a comunidade envolvida. A Pedagogia da Alternância também nasceu da necessidade de se estreitar e fortalecer o vínculo e a relação de pertencimento do sujeito com seu lugar.

A alternância entre educação e meio concretiza o espaço de controle e precisão da formação, como espaço de verificar a aquisição de certas técnicas de trabalho pessoal; espaço para controlar o **saber fazer**, e não apenas a aquisição do conhecimento. Na prática da alternância consolidam-se ações efetivas sobre o meio, isto significa que a educação volta-se para o desenvolvimento do mesmo, como na aquisição de novas técnicas e que influem na relação entre o jovem estudante, sua família e a comunidade (GNOATTO *et al.*, 2006, p. 12, grifo do autor).

O Caderno da Realidade, na perspectiva da Pedagogia da Alternância, é um instrumento para o acompanhamento e a análise dos tempos formativos — Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Utilizado na Licenciatura em Educação do Campo da UFRB, é fundamental para proporcionar a descoberta das variedades de sementes crioulas existentes na comunidade de Lagoa do Cedro, e assim pensar no projeto/ação de levantamento dessas sementes. Foi materializado após a apresentação do Seminário Integrador I, com a apresentação do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), tornando-se uma ação instituída dentro da UFRB, como um projeto de extensão universitária desde 2016, na sua relação com o ensino e a pesquisa.

O DRP é um instrumento da pesquisa-ação, que conforme Tripp (2005), possibilita levantar a realidade de uma forma que, além de investigar, propicia diagnosticar a realidade da comunidade e motiva os processos de reflexão para que coletivamente se possam realizar intervenções. São intervenções que proporcionam a interação entre a universidade e a comunidade, enquanto sujeitos de ações a partir de integração de saberes. Esse diagnóstico define as áreas prioritárias das ações acadêmicas no

sentido de integrar os espaços formativos do Tempo Comunidade e do Tempo Universidade, a partir da missão da universidade na construção de conhecimentos voltados para a transformação social.

As atividades formativas foram realizadas em variados espaços, por meio de vídeos, palestras e intercâmbios, onde se discutiu a possibilidade de se produzir alimentos de qualidade e saudáveis, com um bom índice de produtividade, a partir dos sistemas propostos pela agroecologia, a exemplo de compostagem, policultivo, tecnologias sociais, organização social, além de abordar os produtos nocivos à saúde dos agricultores familiares.

Uma das atividades realizadas foi o levantamento e o resgate das sementes crioulas da comunidade de Lagoa do Cedro. O cultivo de sementes crioulas é um trabalho artesanal, feito, na maioria das vezes, pelos agricultores familiares. Essa é uma prática adquirida na vivência do trabalho no campo, passada de geração para geração. Mesmo sem qualquer conhecimento ou estudo científico, essa prática ainda persiste, apesar de seus inúmeros desafios.

Sementes crioulas são aquelas sementes que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas, como de melhoramento genético, inclusive, nesse contexto, a transgenia. Estas sementes são chamadas de crioulas ou nativas porque, geralmente, seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos etc. (TRINDADE, 2006, p. 4).

O levantamento das Sementes Crioulas da Lagoa do Cedro se deu por meio das atividades do Tempo Comunidade, com a utilização da ferramenta Caderno da Realidade, quando os estudantes levaram as atividades dirigidas dos componentes cursados em cada semestre e realizaram atividades dirigidas na comunidade ou nas escolas, dependendo do semestre que estavam cursando. Posteriormente apresentaram os resultados das atividades no seminário integrador, em que a comunidade demandou uma marca para a construção de embalagens que pudessem identificar essas sementes. Essa ação integrou outro estudante do CAHL, do Curso de

Licenciatura em Artes Visuais, do projeto de extensão “Fortalecimento de Grupos Produtivos da Agricultura Familiar do Estado da Bahia”.

Essa integração traz contribuições tanto para a comunidade da Lagoa do Cedro, no sentido de ter acesso a uma marca em embalagens que caracterizam os seus alimentos, especialmente na participação em espaços de trocas e de comercialização em feiras agroecológicas, mas também como processo formativo das Licenciaturas da Educação do Campo com as Artes Visuais. Possibilitou, portanto, um espaço de formação na interação entre três Centros de Ensino da UFRB, que traz a apropriação do design como instrumento de impacto social, a partir do processo de participação da agricultura familiar.

Desse modo, a educação do campo com a prática da Pedagogia da Alternância abarca a soberania alimentar na comunidade, pois possibilita a sua organização da produção, a partir do resgate das sementes crioulas e sua dinâmica de trocas dentro da própria comunidade, como também através de participação em feiras agroecológicas com outras comunidades, que incentivam a não utilização de agrotóxicos e insumos químicos.

As possibilidades de integração de atividades acadêmicas interdisciplinares e de concepção emancipatória foram vivenciadas na experiência, em que o design participativo foi integrado e apropriado pelas mulheres rurais da Lagoa do Cedro. Portanto, a demanda pelo design de identidade visual e rótulos de embalagem por parte da comunidade nasce da necessidade de visibilizar a identidade do grupo na participação das feiras agroecológicas e de uma apresentação que traduza as riquezas da produção da comunidade.

O design e suas condicionantes sociais

Face aos problemas sociais advindos da industrialização e, por ter nascido concomitantemente, foi no próprio cerne do design que surgiram as críticas à atividade, as tendências ao reformismo social e a ideia

de fazer uso do design como agente de transformação (DENIS, 2000, p. 68). Em linhas gerais, criticava-se a qualidade dos produtos vendidos à grande massa populacional e desejava-se a volta a princípios de produção tradicionais (medievais), como a relação mestre/aprendiz e o trabalho artesanal. No século XIX, a crítica à exploração do trabalhador já se fazia presente:

[...] o crítico e educador John Ruskin apontava o modo de organização do trabalho como o principal fator responsável pelas deficiências projetuais e estilísticas que, também na sua opinião, marcavam a arte, a arquitetura e o design modernos. Durante as décadas de 1850 e 1860 Ruskin aproximou-se de correntes de pensamento cooperativistas e sindicalistas, as quais argumentavam que a grande falha do capitalismo industrial residia justamente na tão alardeada divisão de tarefas. Não era o mau gosto do público consumidor que gerava a má qualidade, argumentava Ruskin, mas antes a desqualificação sistemática e consequente exploração do trabalhador que produzia a mercadoria (DENIS, 2000, p. 71).

Durante o século XX, o design como atividade profissional manteve-se alinhado ao processo industrial, tendo passado por momentos de crítica, mas também de valorização, a exemplo da produção da Escola Bauhaus na Alemanha, que influenciou gerações de designers, com seu eixo de interesse nos processos de produção racionalizados e na busca de alta qualidade estética e formal. Desde então, foram desenvolvidas e aplicadas diversas metodologias e práticas de design, todas elas centralizadas na figura do especialista. Mais recentemente a prática do design dirigiu o seu foco ao usuário final, aquele que é beneficiário do seu produto (BRITTON, 2017, p. 28).

Esse enfoque, em que o especialista projeta a melhor solução que atenda ao usuário, é baseado em conceitos como usabilidade e experiência, e está relacionado ao surgimento das tecnologias digitais e aos inúmeros novos produtos e serviços, que resultaram da era das tecnologias de informação e comunicação, em especial da rede internet. Tem sido

contraposto pela abordagem participativa, que modifica o lugar ocupado pelo designer no processo de elaboração e desenvolvimento.

A abordagem participativa no design vem no sentido de que não é apenas uma técnica, mas um processo que traz a compreensão da emancipação da história social e política dos sujeitos. Nunes (2002, p. 11) afirma que:

Participar significa tomar parte em discussões e em decisões, desde o momento em que o problema se apresenta até aquele de pôr em prática as soluções encontradas, resultantes das discussões. Participar é uma atitude voluntária, contínua e de longa duração. A participação pressupondo um conhecimento dos rituais democráticos, é necessário, se a população chamada a participar é inexperiente, desprovida desse arcabouço, prepará-la para adquiri-lo num processo que denominamos de Pedagogia da participação.

A “Pedagogia da Participação” de Nunes (2020) traz sua relação estrutural com a “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (2016), em um momento, nos anos 1960, quando havia mobilização por reformas estruturais, especialmente de superação dos modelos de desenvolvimento históricos que provocaram as desigualdades sociais e econômicas no Brasil. Freire (2016) defendia que a participação consciente é condição para o processo de apropriação, para a construção de uma educação libertária e emancipatória, com a fundamentação de que a aprendizagem é dada de forma integrada entre educador e educando.

Ademais, cabe ressaltar que, desde os anos 1960, uma parte significativa da crítica social no campo do design está relacionada às questões ambientais e à busca de uma economia solidária, com os princípios fundantes de participação e de inclusão e justiça social. Surgem então as propostas voltadas a consumo sustentável, projetos de baixo custo, reciclagem, reaproveitamento, produtos menos poluentes em todo o sistema produtivo até seu descarte (DENIS, 2000, p. 218-219). Muitas dessas iniciativas pertencem ao universo do cooperativismo e do associativismo, como

modelos de produção e comercialização de produtos, a partir dos princípios da economia solidária.

O design participativo, por sua vez, tem sua origem na Escandinávia, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 (SANTA ROSA; MORAES, 2007, p. 17), situado inicialmente no campo do design da tecnologia da informação, trazendo a perspectiva do usuário como um *parceiro* (BRITTON, 2017, p. 28). Essa abordagem contrasta com a concepção tradicional do design centrado no usuário, que considera o contato com aqueles que se beneficiarão do produto do design apenas para recolher informações que serão utilizadas no desenvolvimento do projeto.

De acordo com Britton (2017, p. 29-30), o design participativo tem como características a participação genuína, o foco na prática do design, a visão holística, a garantia de meios para o envolvimento das pessoas no processo do design, a ação do projeto localizada no contexto dos sujeitos, o respeito à pluralidade de vozes, o aprendizado mútuo entre designers e membros da comunidade, a improvisação que possibilita a relação entre os saberes e os conhecimentos acadêmicos e populares, bem como uma avaliação processual.

Do designer é esperada uma atitude na direção de uma verdadeira imersão *in loco*, junto à comunidade envolvida, com o objetivo de conhecer a fundo a sua forma de viver e poder aprender com essa experiência, além de buscar, coletivamente, soluções que surjam desse contexto próprio — em outras palavras, ocorre um deslocamento do designer para uma posição mais periférica no desenvolvimento do projeto (BRITTON, 2017, p. 31).

Sob essa metodologia, considera-se a continuidade do processo de design e sua constante melhoria no âmbito da comunidade que o desenvolve, tratando-se as soluções de design como algo “provisório” (BRITTON, 2017, p. 31-34), em estado de adaptação contínua, ainda que resguardados e atendidos os aspectos exigidos do ponto de vista legal. No caso do de-

envolvimento de design de identidade visual e de embalagem com as comunidades agrícolas atendidas pela INCUBA, é necessário observar as exigências da legislação no que se refere às informações contidas nos rótulos das embalagens e no acondicionamento e transporte dos produtos, mas com apropriação e pertencimento dos seus resultados. Tal abordagem participativa pode ser resumida na seguinte afirmação de Britton (2017, p. 34, tradução nossa)²⁷:

A abordagem do usuário como parceiro, em contraste, centraliza o ato do design nos propósitos e perspectivas dos eventuais beneficiários do seu resultado, buscando formas de possibilitar sua genuína participação em definir os objetivos e desenvolver as respostas; o ato do design em si torna-se um processo mútuo de aprendizado e descoberta, em que novos caminhos são gerados de modo colaborativo, assim como a “propriedade” dessas ideias ou direções é, portanto, compartilhada, e novas relações que potencializam outras mudanças são estabelecidas.

A modificação do produto ou serviço desenvolvido, pelos membros da comunidade, no decorrer do tempo, passa a ser então um indicador do grau de participação da comunidade no desenvolvimento de identidade visual e embalagem. Demonstra o potencial de evolução e de adaptação daquilo que foi produzido de forma colaborativa e o poder de influência dos membros da comunidade sobre o processo de design. Assim, são identificadas três dimensões para o design colaborativo: o campo de influência ampliado dos beneficiários, o longo prazo de desenvolvimento e a natureza provisória do serviço ou do produto criado (BRITTON, 2017, p. 36-37).

Nesse contexto, torna-se interessante que grupos da agricultura familiar relacionados ao projeto de extensão sejam participantes com base

²⁷ No original: User as partner approaches, in contrast, center the act of design on the purposes and perspectives of the eventual beneficiaries of its output by finding ways to enable their genuine participation in defining intent and developing responses; the act of design itself becomes a process of mutual learning and discovery, where new ways forward are generated collaboratively and where the “ownership” of those ideas or directions is therefore shared, and new relationships are established that potentiate further change (BRITTON, 2017, p. 34).

na metodologia do design participativo. A iniciativa encontra-se em execução, mas há necessidade de aprofundar a abordagem da participação para as futuras demandas, tendo em consideração a forma de trabalho com respeito à identidade e à diversidade cultural.

Processo de design: as “Marias do Cedro”

A experiência do design participativo no Grupo de Mulheres da Agricultura Familiar “Marias do Cedro”, da Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoa do Cedro, esteve sempre alinhada às questões sociais, equilibrando-as em grau de importância com os objetivos técnicos do projeto. O resultado aqui apresentado foi desenvolvido com o acompanhamento de mulheres representantes da comunidade, membros do grupo.

Trata-se de criação de design de identidade visual e de embalagem ainda em processo, que envolveu a atividade formativa de estudante da UFRB, bolsista do Projeto Fortalecimento de Grupos Produtivos da Agricultura Familiar do Estado da Bahia, da INCUBA/UFRB. Sua atuação deu-se no contexto da comunidade, em contato direto com as representantes do grupo. As ações tiveram início em setembro de 2019, com previsão de duração de 12 meses.

O Grupo “Marias do Cedro” surgiu em 2018, após a Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoa do Cedro ter sido beneficiada pelo Projeto de Extensão “Mulheres de Fibra” da Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT/UFRB, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi extinto em 2016, e passou para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) as questões relacionadas à agricultura familiar no âmbito do Governo Federal. O projeto fomentou a formação em agroecologia para grupos de mulheres rurais da agricultura familiar dos Territórios do Recôncavo, Portal do Sertão, Vale do Jiquiriçá e Litoral Norte/Agreste Baiano do estado da Bahia, visando contribuir com a pro-

moção da autonomia, da segurança alimentar e nutricional e da conservação da biodiversidade.

Esse projeto possibilitou formações na área de gênero e de implantação de quintais produtivos, a partir de uma unidade de aprendizado na comunidade. O grupo constituído por vinte mulheres rurais de diversas faixas etárias visa fortalecer o papel da mulher dentro da agroecologia, garantindo a diversidade e a integração de diferentes gerações, proporcionando trocas de saberes e viabilizando a participação em feiras agroecológicas para efetuar a comercialização dos seus produtos. Os principais produtos são as sementes crioulas e os produtos *in natura*, tais como aipim, alface, coentro, tomate, cenoura e pimentão, todos livres de agrotóxicos.

O grupo participou de alguns processos formativos do Projeto “Mulheres de Fibra”, articulado com as atividades do Tempo Comunidade das Licenciaturas da Educação do Campo da UFRB, fortalecendo o papel da mulher na agroecologia, com debates sobre o uso de agrotóxicos e formação em tecnologia social, a partir da construção de unidades de aprendizados de quintais agroecológicos. Essa unidade de aprendizado foi construída em uma área cedida por uma das integrantes do grupo, com a aquisição de insumos e ferramentas pelo projeto. A ideia da implantação desse tipo de tecnologia na comunidade visou à produção sustentável, utilizando um baixo volume de água, posto que a falta de água é um dos principais desafios para a produção na comunidade da Lagoa do Cedro.

A produção inicial serviu como um experimento, o que se denomina de unidade de aprendizado coletivo, sendo possível, assim, acompanhar as principais dificuldades e aprender mais sobre o sistema agroecológico dentro de um quintal agroecológico. O grupo tem como foco principal a participação em feiras agroecológicas para efetuar a comercialização e trocas, e por ser uma produção livre de agrotóxicos. Essas experiências fomentaram nas mulheres do grupo a criação de um espaço específico para comercialização da produção, a fim de agregar valor aos seus produtos,

com o registro para a aquisição dos selos da agricultura familiar e de produção orgânica.

A primeira atividade relacionada ao design aconteceu em setembro de 2019, com uma formação no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), *campus* de Feira de Santana da UFRB. As formações introduziram os participantes no ambiente do projeto “Fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar do estado da Bahia” e ocorreu a preparação da equipe acadêmica e representantes dos grupos produtivos com as atividades de gestão associativa, no contexto da viabilidade econômica. Houve diálogos sobre cooperativismo, estudos de viabilidade econômica, associativismo, agricultura familiar, tecnologias sociais, entre outros. Os debates e reflexões contribuíram para a organização do trabalho da INCUBA, de caráter interdisciplinar e dialógico na relação com os grupos produtivos.

A inclusão na equipe de docente e estudante da Licenciatura em Artes Visuais da UFRB teve o objetivo de contribuir no âmbito da arte e da comunicação visual, tanto na relação com os grupos da agricultura familiar, como na formação da equipe acadêmica envolvida. Não foi designado um território para realização dos trabalhos, pois ficou acertado que a contribuição abrangeria diversas comunidades, conforme as necessidades específicas. É importante destacar que o estudante envolvido possui experiência prévia na área do associativismo, decorrente de ser oriundo da comunidade rural do Jatobá, próxima do município de Milagres, no estado da Bahia, e membro da Associação de Trabalhadores da Educação, Cultura e Arte de Amargosa (TECART). A docente de Artes Visuais orientou o estudante na elaboração das peças de design, além de atender as “Marias do Cedro”, quando necessitavam fazer ajustes para produção dos rótulos.

Nesse aspecto, cabe evidenciar que a UFRB tem como um dos seus princípios a interiorização da universidade pública, contribuindo com a

superação das desigualdades, como também o amplo trabalho que vem sendo feito, no ensino, na pesquisa, na extensão e nas políticas afirmativas, na busca da inclusão de segmentos da sociedade que antes não tinham acesso ao ensino superior, com práticas pedagógicas que incluam suas vivências, saberes e conhecimentos no ambiente acadêmico de forma interdisciplinar e dialógica.

Antes de dar início ao acompanhamento com os grupos, durante o primeiro encontro, em Cachoeira, no Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), a docente informou sobre referências necessárias para o desenvolvimento de trabalhos de comunicação visual para embalagens, livros e *sites* que serviram como base e inspiração, e orientou para a aprendizagem no manuseio do *software* usado para as produções.

Após essa breve introdução no mundo do design gráfico, aconteceu a primeira contribuição às “Marias do Cedro”: foram discutidas e levantadas as principais informações que a marca deveria comunicar sobre os produtos do grupo. A elaboração da identidade visual aconteceu de forma horizontal e colaborativa, em oficinas, com a participação e a integração de estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e de membros da associação. Posteriormente, foram realizadas experimentações e pesquisas, como a identificação do “cedro”, definido como o elemento que representa o coletivo, e das características das mulheres integrantes, para que a identidade visual criada representasse as mulheres reais do grupo.

A comunicação com os membros da associação e com os estudantes da Educação do Campo acontecia presencialmente, ao tempo em que se fazia o levantamento de informações de forma participativa. Após essa etapa, o estudante de Artes Visuais dedicou-se ao aprendizado do *software* para o desenvolvimento do trabalho de design, primeira experiência em ferramentas digitais para produção e manipulação de imagens.

Os produtos “Marias do Cedro” se valem de embalagens produzidas industrialmente disponíveis no mercado, como potes e sacos de plástico

e garrafas de vidro. O acondicionamento dos seus produtos está, dessa maneira, inserido no sistema industrial e comercial, mas a sua escala de produção é compatível com a agricultura familiar, o que descola a produção dos seus rótulos desse mesmo sistema de produção em massa. A impressão desse material é realizada de forma doméstica ou nas chamadas gráficas rápidas.

Após finalizar a identidade visual (Figura 1), procedeu-se à sua aplicação em diversos rótulos de embalagens e em um cartão de visita. Isso possibilitou a primeira utilização que o grupo fez na participação da X Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária - FEBAFES, que aconteceu no Parque de Exposições de Salvador, no estado da Bahia, no período de 23 de novembro a 01 de dezembro de 2019.

Os rótulos apresentados na Figura 1 foram incorporados nas embalagens dos produtos do Grupo “Maria dos Cedros”. Houve a participação, em 2020, na XI FEBAFES, que ocorreu virtualmente por conta da situação de pandemia da CoVid-19, nas Trilhas pelos Territórios de Identidade, com a comercialização dos produtos, bem como a participação em atividades formativas, especialmente sobre os Diálogos Agroecológicos com as sementes e a genética crioulas.

As edições da FEBAFES têm sido um espaço muito importante de trocas de saberes, experiências e também de comercialização, no qual estão presentes representantes de diversos territórios baianos em contato com pessoas do Brasil e do mundo. O selo da embalagem com a marca aplicada foi importante para a garantia da participação da comunidade com seus produtos na feira, como forma de expressar a identidade visual das mulheres rurais, organizadas coletivamente na comunidade da Lagoa do Cedro, em Cruz das Almas - BA.

Figura 1. Identidade visual e aplicação em rótulo das “Marias do Cedro”, em 2019.



Fonte: Autoral (2019).

Considerações finais

É importante ressaltar que esta ação desenvolvida com o Grupo de Mulheres da Agricultura Familiar “Marias do Cedro” ainda está em processo de formação, e que o relato apresentado consiste em uma experiência em curso, referente ao design de embalagens no âmbito do Projeto “Fortalecimento de Grupos Produtivos da Agricultura Familiar do Estado da Bahia”.

Foi contratado, via edital, um profissional de design, com experiência em projeto de embalagens e em design participativo, que está em produção de 32 rótulos para os produtos dos Grupos Produtivos da Agricultura Familiar do Território do Baixo Sul, conforme demanda levantada nas ações do projeto. Essa ação segue a metodologia do design participativo, e conta com o acompanhamento da equipe acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da Universidade do Estado da

Bahia (UNEB), com aprendizados incorporados a partir da história de resistência e de luta, especialmente de mulheres rurais que se organizaram coletivamente.

Pode-se considerar que a abordagem participativa tem potencial para novos desenvolvimentos na área de design dos grupos produtivos da agricultura familiar, visto que as condições são favoráveis para a sua aplicação metodológica: membros das comunidades propensos a esse exercício e participantes do projeto de extensão, com visão voltada para as práticas coletivas. No caso específico da ação objeto deste relato, buscou-se incentivar o desenvolvimento da identidade visual do grupo de trabalho e a confecção de rótulos de embalagens para exibição de produtos em eventos de comercialização, e que tiveram oportunidades nas edições 10^a e 11^a da FEBAFES.

Essa experiência formativa tem o compromisso de dar continuidade ao aprofundamento das questões relativas ao design participativo. Se a experiência ainda está em nível inicial, pode-se considerar que há um amplo campo de possibilidades para o desenvolvimento dessa metodologia de design. A marca “Marias do Cedro” e suas embalagens devem evoluir constantemente, a partir das críticas e das demandas do grupo de mulheres rurais.

A execução do projeto é um exercício na relação acadêmica com os grupos produtivos da agricultura familiar, que deve propiciar uma continuidade no processo de acompanhamento no contexto territorial. Por outro lado, essa oportunidade contribui para o processo formativo da comunidade acadêmica na relação com saberes e conhecimentos tradicionais inerentes à realidade da agricultura familiar do estado da Bahia.

A arte e o engajamento social podem estar vinculados como forma de contribuir com processos formativos emancipatórios. As atividades desenvolvidas até o momento proporcionaram colocar em prática conhecimentos que por vezes são absorvidos apenas teoricamente pelos estu-

dantes, mas que a oportunidade de interação entre áreas do conhecimento, concentrada no campo da agroecologia, contemplou um estudante e uma docente das artes visuais e uma estudante e uma docente da educação do campo, o que possibilitou vivências e troca de informações com formações e desenvolvimento de habilidades e aprendizados na relação com comunidades rurais que compartilham seus saberes.

Referências

BRITTON, Garth M. **Co-Design and Social Innovation**. New York: Routledge, Kindle Edition, 2017.

CASTRO, E. G. de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, vol. 7 nº. 1 ene-jun 2009. p. 179-2008. Disponível em: <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>. Acesso em: ago. 2020.

DANTAS, Leiliam Cruz; GUIMARÃES, Luiz Eduardo Cid.; ALMEIDA, Juliana Donato de. Produção Artesanal, Design Participativo e Economia Solidária: a experiência do grupo Mulheres da Terra, Pilões-PB. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (ENESEP), 29., 2009, Salvador. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO), 2009. p. 1–13. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enesep2009_tn_sto_095_646_12697.pdf. Acesso em: jan. 2020.

DENIS, Rafael Cardoso. **Uma introdução à história do design**. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GNOATTO, Antonio Almir; RAMOS, Celso Eduardo Pereira Ramos; PIACESKI, Enelde Elena; BERNARTT, Maria de Lourdes. Pedagogia da Alternância: uma proposta de educação e desenvolvimento no campo. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA RURAL (SO-

BER), 44., 2006, Fortaleza. **Anais** [...]. 2006. Disponível em: <https://age-consearch.umn.edu/record/148628/>. Acesso em: jan. 2021.

MOLINA, M. C. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

NUNES, Débora. **Pedagogia da participação**: trabalhando com comunidades. Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002. Disponível em: https://cirandas.net/articles/0028/2912/pedagogia_da_participacao.pdf. Acesso em: out. 2020.

SANTA ROSA, José Guilherme; MORAES, Anamaria de. **Design Participativo**: técnicas para inclusão de usuários no processo de ergodesign de interfaces. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

TRINDADE, Carina Carreira. Sementes Crioulas e Transgênicos, uma Reflexão sobre sua Relação com as Comunidades Tradicionais. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 15., 2006, Manaus. **Anais** [...]. 2006. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_carina_carreira_trindade.pdf. Acesso em: jan. 2021.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n.3, p. 443-466, 2005.

Mapeamento participativo dos conflitos ambientais no Recôncavo Baiano²⁸

*Marcelo Araujo
Lorena Sales de Almeida*

Introdução

Historicamente, os mapas usualmente produzidos e acessados, sobretudo na educação formal, refletem o legado da colonização e extração de recursos. Ao longo do tempo, os mapas foram fundamentais no processo de tornar visíveis os recursos naturais desejados, enquanto tornavam invisíveis as comunidades que sofriam os impactos da extração daqueles recursos (MOORE; GARZÓN, 2017).

Tendo este processo histórico em contexto, os movimentos sociais, com apoio da academia, iniciaram a elaboração de mapas participativos que dão visibilidade a povos e comunidades em suas disputas seculares pelo direito de uso dos recursos naturais nos territórios que habitam. Tais mapas constituem instrumentos pedagógicos, também de denúncia e reivindicação, elaborados a partir de metodologias participativas que valorizam o conhecimento das comunidades locais (FASE, 2017).

Os trabalhos de mapeamento participativo alcançaram maior destaque tanto em razão da melhor articulação entre os movimentos sociais e a academia, quanto pelos recentes desenvolvimentos em tecnologias aplicadas à cartografia, as geotecnologias. Por meio das aplicações de mapeamento baseadas na Internet (SIGWeb), do acesso facilitado aos equipamentos de posicionamento global por satélite e às imagens de sensoriamento remoto (vide o Google Earth[®]), aliado à maior disponibi-

²⁸ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto Terra Direitos, em parceria com a organização Cospe Onlus, o CECVI - Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape e a UFBA, com apoio financeiro da União Europeia e da Província Autônoma de Bolzano, Itália.

lidade de dados geográficos por parte dos órgãos governamentais e mesmo do setor privado, facilitou-se a realização de mapeamentos por pessoas, comunidades e organizações com poucos recursos e formação técnica (MOORE; GARZÓN, 2017; CONDE, TEMPER; WALTER, 2015).

Ainda que subliminarmente, o avanço e popularização das tecnologias digitais vêm contribuindo para uma crescente valorização do mapeamento participativo, bem como do pensamento geográfico, alavancando outros debates como as disputas territoriais. Com o uso facilitado de mapas baseados na internet e acessíveis por meio de telefones celulares, o mapeamento é, mais do que nunca, uma parte da experiência diária das pessoas, pois permite a observação das injustiças sociais e ambientais por meio de uma percepção geográfica. Assim, é fato que o mapeamento colaborativo, por meio da Cartografia Participativa ou Social, tem um grande potencial de mudar as relações de poder que são a causa das injustiças sociais e ambientais (MOORE; GARZÓN, 2017; CONDE; TEMPER; WALTER, 2015), com impacto no desenvolvimento das atividades econômicas das comunidades afetadas.

Neste contexto, as iniciativas de representação cartográfica tornam-se instrumentos de luta, de valorização de experiências e ação social de grupos desfavorecidos na busca por resolução de conflitos. Cartografias que, voltadas para transformações sociais, se propõem a ser instrumentos de representação num sentido amplo do que é representação. Isso aparece como manifesto e enunciado por parte de produtores das cartografias, leitores e usuários, todos sujeitos conscientes de múltiplas dimensões políticas inerentes ao objeto e à ação cartográfica (SANTOS, 2012; ACSERALD, 2010).

Assim, os mapas começaram a ser utilizados para leituras sociais dos territórios, em confronto com as leituras oficiais e/ou de atores hegemônicos, tornando-se instrumentos de fortalecimento de identidade social e de articulações políticas.

O Recôncavo da Bahia e as comunidades quilombolas

O Recôncavo da Bahia é uma região de forte influência africana, para onde foram trazidos homens, mulheres e crianças, negros e negras, que foram escravizados para trabalharem na lavoura de cana-de-açúcar, que experimentou o apogeu entre os séculos XVI e XVIII (SOUZA, 2009).

Em razão desse contexto, o Recôncavo abriga diversas comunidades quilombolas. Historicamente, a percepção sobre os quilombos remete às fugas dos negros escravizados formando comunidades autônomas e isoladas, atualmente relaciona-se a um modo de vida e produção próprios, constituindo uma comunidade viva, integrada por sistemas políticos, econômicos, de parentesco, culturais e/ou religiosos.

A Constituição de 1988 trouxe a noção de comunidades remanescentes de quilombos com significação para conferir direitos territoriais, impulsionando os movimentos da sociedade civil em prol do reconhecimento desses grupos. Desse modo, os remanescentes de quilombos podem ser definidos como comunidades que se mobilizam em diferentes esferas sociais, em torno do autorreconhecimento com base nas suas particularidades históricas e sociais, buscando o direito de pertencimento à sua territorialidade (ALMEIDA, 2002).

As comunidades quilombolas lutam pela garantia dos seus modos de vidas e pelo direito de uso dos seus territórios, ante as tensões e os conflitos originados por empreendimentos públicos e privados instalados no interior ou no entorno do território, gerando impactos ambientais, comprometendo suas práticas culturais e econômicas.

Este estudo foi desenvolvido em parceria com as comunidades quilombolas dos municípios de Cachoeira, São Felix e Maragogipe, sobretudo com as comunidades do Vale do Iguape, região que abriga uma baía de mesmo nome, a Baía do Iguape, caracterizada por uma biodiversidade de elevado valor ecológico, cultural e extrativista. Estas comunidades são parceiras da Incuba – Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFRB em ações de desenvolvimento comunitário, as quais em grande

parte são impactadas pelos conflitos ambientais que se buscou identificar e mapear por meio deste levantamento participativo.

Localizada na foz do Rio Paraguaçu, a Baía do Iguape tem neste rio sua principal fonte de água doce, trazida por meio do canal do Baixo Paraguaçu, enquanto o Canal de São Roque permite o acesso da maré oceânica, oriunda da Baía de Todos os Santos (Figura 1).

As características geoambientais da Baía do Iguape possibilitaram a formação de ricos ambientes estuarinos com extensas áreas de manguezais que constituem verdadeiros berçários para variadas espécies de peixes, crustáceos e aves, além disso, providenciam benefícios como a recreação, o conhecimento científico, a educação e o valor estético, que contribuem para o desenvolvimento cultural, social e econômico das comunidades locais, permitindo a obtenção de alimentos para a sua subsistência, ao tempo em que constituem fonte de renda para a manutenção de suas famílias e reprodução dos seus modos de vida.

A pesca desenvolvida pelas comunidades caracteriza-se como artesanal, com práticas ancestrais, utilizando-se de instrumentos como canoas, redes, baldes e artefatos tradicionais, como manzuás e gamboas, construídos pelos próprios pescadores. A captura é diversificada e multiespécie, incluindo peixes variados de água doce e salobra, crustáceos como camarões, caranguejos e siris, também moluscos como sururu, ostra e sernambi. A atividade envolve as famílias, tanto homens como mulheres e jovens (PROST, 2007).

Foi com o objetivo de proteger este rico ambiente natural e cultural que, em 2000, o governo federal estabeleceu a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape (Resex), unidade de conservação que busca a proteção do modo de vida das populações tradicionais aliada ao uso sustentável dos recursos ambientais. A gestão da Resex é exercida de forma compartilhada entre as comunidades, demais sujeitos envolvidos e o ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, reunidos em um Conselho Deliberativo.

Mapeamento participativo dos conflitos ambientais

No esforço de promover a emancipação das comunidades e fortalecer as ações de proteção e uso dos recursos territoriais, foi proposto o trabalho de mapeamento participativo dos conflitos ambientais, com o objetivo de localizar geograficamente as comunidades e os empreendimentos causadores de impactos.

A região da Resex Baía do Iguape envolve 30 comunidades quilombolas, sendo que o presente estudo envolveu diretamente 17 delas, localizadas no município de Cachoeira, a saber: Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Praia, Engenho da Ponte, Tombo/Palmeira, Kalolé, Imbiara, Engenho da Vitória, Kaimbongo, Engenho Novo, Engenho da Cruz, São Francisco do Paraguaçu, Santiado do Iguape, Brejo da Guaíba, Tabuleiro da Vitória, Mutecho/Acutinga. As outras 13 comunidades tiveram os dados obtidos por meio de levantamento secundário.

A proposta foi apresentada ao Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, que articula as 17 comunidades diretamente envolvidas, na oportunidade definiu-se a estratégia de implementação por meio da formação de um grupo de jovens e da realização de oficinas participativas com os membros das comunidades.

A metodologia utilizada foi inspirada na abordagem da cartografia social, onde se busca dar ensejo à autocartografia dos povos e comunidades tradicionais (ACSELRAD, 2010).

Os jovens quilombolas, integrantes do grupo, participaram de uma formação no uso das tecnologias de cartografia digital, quando aprenderam sobre o processo de elaboração dos mapas. Entre 2017 e 2019 foram realizadas duas atividades de formação, a primeira com 60h e a segunda com 40h, contando com a participação de 20 jovens que tiveram acesso aos conteúdos básicos em microinformática, cartografia, sistema global de posicionamento por satélite (GNSS) e sistemas de informações geográficas (SIG).

A partir das formações, os jovens desenvolveram habilidades para a coleta de dados e informações em campo, organização e edição de dados

geográficos e, finalmente, elaboração de mapas digitais. Foram utilizados programas (*softwares*) de código aberto (*open source*), a exemplo do QGIS, para edição dos dados geográficos e elaboração dos mapas. Para garantir as condições de participação, foram adquiridos e doados 4 computadores e 4 equipamentos de posicionamento global por satélite, que ficaram à disposição do grupo.

As atividades formativas foram realizadas na sede do Terreiro de Umbanda 21 Aldeia de Mar e Terra, no Kaonge, na Escola General Alfredo Américo Silva, na Acutinga, e na Escola Estadual de São Francisco do Paraguaçu, no município de Cachoeira, Recôncavo da Bahia.

Após as atividades de formação, foram realizadas oficinas participativas com representantes das comunidades com o objetivo de apresentar amplamente o trabalho, discutir alguns conceitos relacionados ao ambiente, às características do território e dos conflitos ambientais, aportando as percepções de cada participante e levantando os principais elementos que caracterizam as comunidades e os conflitos. Em sequência, os participantes foram estimulados a mapear, por meio de ilustrações diversas, as características de suas comunidades. Como resultado, obtiveram-se tanto as ilustrações, quanto um conjunto de narrativas, fundamentais para a compreensão do contexto local (ARAUJO; BARROS, 2019).

Foram realizadas sete oficinas de cartografia e conflitos ambientais, envolvendo aproximadamente 120 participantes das 17 comunidades do Vale do Iguape. Após a fase de sistematização dos resultados das oficinas, foram realizadas visitas de campo junto com os jovens e lideranças para localizar os elementos e conflitos identificados durante os encontros. Finalmente, os mapas elaborados foram apresentados para o Conselho Quilombola e para os representantes das comunidades para validação, tendo sido consolidado o Mapa das Comunidades Quilombolas e dos Conflitos Ambientais (Fig. 1). O resultado também foi apresentado em reunião do Conselho Deliberativo da Resex, no município de Maragogipe.

Conflitos ambientais no Vale do Iguape

Para efeito deste trabalho, conflitos ambientais são aqueles decorrentes dos diferentes modos de apropriação dos recursos naturais, geralmente em condições de desproporcionalidade de poder, levando à disputa entre sistemas diversos de uso, controle e significação dos recursos, em que não raro se efetiva a despossessão dos grupos locais (ZHOURI *et al.*, 2016).

De uma forma geral, esses conflitos envolvem, de um lado, comunidades locais com seus modos de vida característicos, habitando o território desde muitas gerações e, do outro lado, empreendimentos econômicos externos ao território que nele se instalam para a implantação de atividades produtivas dependentes dos recursos locais.

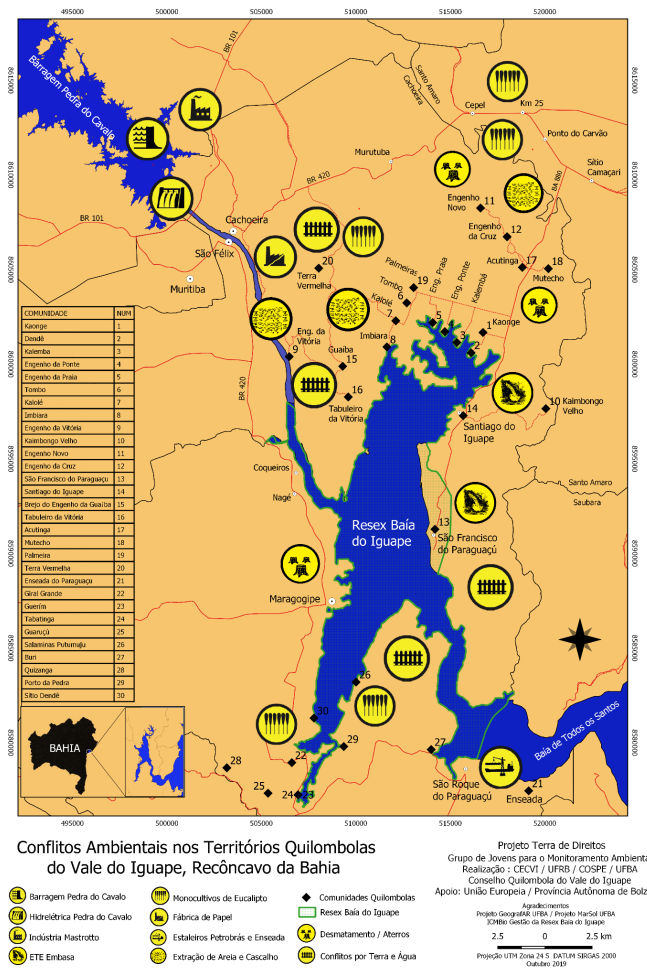
Os conflitos surgem em consequência das diferentes percepções sobre a natureza, pois, enquanto as comunidades tradicionais a reconhecem como característica do seu território, parte fundamental do seu modo de vida e garantia da sua sobrevivência, os agentes econômicos a observam como um insumo no seu processo produtivo, que após esgotado, pode levar à transferência da sua atividade para outra localidade com maior riqueza e disponibilidade de recursos. Quando assim o fazem, deixam aos moradores locais as consequências dos danos ambientais.

Nesse contexto, os conflitos atuantes nos territórios quilombolas, levantados e mapeados por meio de oficinas participativas e levantamento de dados secundários, correspondem à Barragem e Hidrelétrica de Pedra do Cavalo, Polo Naval em São Roque do Paraguaçu, Monocultivos de Eucalipto, Indústria de Beneficiamento de Couro e Indústrias de Produção de Papel Reciclado. Em todo o território, de forma dispersa, são encontrados conflitos relacionados ao acesso à terra e à água, devido à falta de regularização fundiária.

Também, foram denunciadas as Estações de Tratamento de Efluentes, implantadas pelo órgão estadual de saneamento, EMBASA – Empresa Baiana de Saneamento. Em geral, deveriam promover a melhoria

da qualidade ambiental, contudo, as comunidades informam que esses equipamentos não operam de forma adequada e lançam o esgotamento sanitário sem o tratamento adequado nos manguezais, informação confirmada pela equipe de fiscalização ambiental do ICMBio que já autuou a EMBASA durante suas campanhas de fiscalização.

Figura 1. Comunidades Quilombolas e Conflitos Ambientais no Vale do Iguaape, Recôncavo da Bahia, Brasil.



Fonte: Autoral (2019).

Barragem e hidrelétrica de Pedra do Cavalo

A Barragem de Pedra do Cavalo entrou em operação em 1985, represando as águas do Rio Paraguaçu, imediatamente à montante das cidades de Cachoeira e São Félix. Na época, embora já estivesse regulamentada a Lei 6.938/1981, da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), os procedimentos para o licenciamento ambiental só vieram a ser estabelecidos cinco anos depois, por meio da Resolução 01/1986, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA, 1986). Assim, a barragem foi estabelecida sem avaliação de impacto ambiental e sem ouvir as comunidades afetadas, embora tenha recebido licença de operação do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM), no ano de 1988.

A barragem foi construída pela antiga Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu e esteve sob gestão da EMBASA até 2001. Em 2005, entrou em operação a Usina Hidrelétrica (UHE) sob responsabilidade da empresa Votorantim Energia. A partir de então, a gestão do complexo Barragem/UHE está sob responsabilidade da Companhia Baiana de Engenharia Ambiental (CERB), em conjunto com a Votorantim Energia e a EMBASA.

Segundo Message *et al.* (2016), as barragens, ao converterem o rio em um lago, modificam o fluxo das águas e afetam significativamente o ambiente aquático, sobretudo as espécies da fauna e da flora que nele habitam. Dentre os impactos mais comuns, é possível destacar as alterações no aporte de nutrientes e de sedimentos, mudanças na salinidade ao longo do curso d'água, flutuações no nível de água e das vazões, alterações na propagação das marés e mudanças na vegetação ciliar.

Nos ambientes estuarinos, como é o caso da Baía do Iguape, o regime de vazão imposto pela barragem afeta, sobretudo, a variação temporal e espacial da salinidade, tornando regiões mais ou menos propícias para determinados tipos de peixes e mariscos. Todas essas alterações tornam-se especialmente impactantes para as comunidades que vivem da

pesca, porque os impactos afetam diretamente a quantidade e qualidade da produção pesqueira.

No caso de Pedra do Cavalo, a situação ficou ainda mais complexa com a entrada em operação, no ano de 2005, da usina hidrelétrica, operada pela empresa Votorantim. A operação da hidrelétrica intensificou as alterações na dinâmica do fluxo das águas, uma vez que, para girar as turbinas é necessária a movimentação de uma grande quantidade de água em curtos intervalos de tempo, ocasionando verdadeiras enxurradas no leito do rio, praticamente arrastando toda a vegetação, peixes e mariscos.

As alterações na vazão do Rio Paraguaçu têm sido intensas, dados apontam que a Barragem reduziu significativamente o volume de água doce na região do estuário (GENZ, 2006). Durante as oficinas realizadas, as comunidades denunciaram que a situação piorou com a entrada em operação da UHE Votorantim. A efetiva extensão desses impactos ainda é desconhecida e a hidrelétrica opera em dissonância com os procedimentos de licenciamento ambiental, pois a licença venceu em 2009.

Reputa-se também às condições de operação da Barragem a proliferação de uma espécie de esponja (*Amorphinopsis atlântica*) que vem causando coceiras e irritações na pele dos pescadores e pescadoras. Em geral, as esponjas são organismos de grande relevância no ambiente aquático, contudo, a espécie citada vem causando prejuízos à saúde, à economia e ao modo de vida das comunidades pesqueiras, certamente em decorrência de alterações na qualidade da água (VELOSO-JUNIOR, 2020).

Estaleiros em São Roque do Paraguaçu

A foz do rio Paraguaçu apresenta características físicas e geográficas que a tornam um local de interesse para a instalação de empreendimentos navais, como a localização em águas abrigadas e a sua elevada profundidade, que permite o transporte de grandes equipamentos e embarcações, a exemplo das plataformas para exploração de gás e óleo.

Desde a década de 1970, a região abriga um estaleiro da Petrobrás, conhecido como “Canteiro de São Roque”, instalado com a finalidade de fazer manutenção nos equipamentos da empresa. A partir dos anos 2000, iniciou-se um planejamento para expansão dos empreendimentos navais no Brasil e esta região foi selecionada para a implantação de um Polo Naval. Originalmente, o projeto pretendia implantar três estaleiros no distrito de São Roque do Paraguaçu (Maragogipe-Bahia), mas, até o momento estão implantados dois empreendimentos, o antigo “canteiro” da Petrobrás e o Estaleiro Enseada, atualmente de propriedade das empresas nacionais Odebrecht e OAS, sendo que anteriormente houve participação da empresa japonesa Kawasaki.

Os dois estaleiros foram instalados em área originalmente pertencente à Resex, cujos limites tiveram que ser alterados, em 2009, para permitir a sua implantação, em um processo que não contou com a participação das comunidades. O estudo de impacto ambiental contratado pela SUDIC, órgão estadual, identificou 75 impactos ambientais causados pelo empreendimento, sendo 53 deles negativos (SUDIC, 2009).

Importante ressaltar que os empreendimentos navais já causaram impactos nas comunidades antes mesmo da sua implantação, por meio da alteração dos limites da Resex, pois ao tempo em que houve exclusão da região de São Roque do Paraguaçu, houve inclusão da comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu e do sítio histórico do Convento de São Francisco, sem as devidas consultas aos pescadores e pescadoras (CARVALHO; HEIMER, 2015).

A implantação dos empreendimentos promoveu o desmatamento de vegetação nativa, incluindo áreas de manguezais, redução das áreas de pesca e mariscagem, bem como a dragagem do estuário, que suspendeu durante 6 meses a atividade pesqueira das comunidades. Nos relatos das comunidades, essas intervenções trouxeram prejuízos econômicos e aos seus modos de vida, levando ao desaparecimento e redução das populações de espécies de peixes, crustáceos e mariscos.

Para a região de Maragogipe e distritos, o pretense Polo Naval ainda resultou na atração de significativo contingente populacional em busca de oportunidade de trabalho, posteriormente não confirmada ou suspensa, gerando demandas para os serviços públicos básicos (mobilidade, segurança, saúde, educação) e especulação imobiliária, aumentando os custos das transações e dos imóveis (SILVA, 2015). Observou-se também um acentuado aumento da violência, além da pressão sobre os recursos ambientais da RESEX, pelo aumento populacional.

Em 2020, o Estaleiro Enseada passou a funcionar como terminal portuário de uso privativo atendendo à exportação de minérios. Uma atividade de potencial impacto ambiental cujo licenciamento e operação não constou de qualquer consulta às comunidades e à Resex, nem ao seu Conselho Deliberativo e nem ao órgão gestor.

Monocultivos de eucalipto

O eucalipto é um gênero de árvore originária da Austrália e que abrange mais de 400 espécies. Foi introduzido no Brasil na segunda metade do século XIX, mas os seus plantios vieram a tomar impulso apenas no século XX, inicialmente para o fornecimento de lenha e madeira para a construção, atualmente para a produção de celulose.

Nos dias atuais, os plantios são desenvolvidos de forma industrial, com variedades selecionadas e plantios adensados, na forma de monocultivos e ocupando grandes extensões de terra. Nas regiões tropicais, o eucalipto encontra condições excepcionais de produção de biomassa, como resultado das condições favoráveis de solo, clima e oferta de água. Neste modelo de plantio, largamente adotado, as empresas de produção de papel controlam a maior parte da produção, seja por meio de plantios próprios ou por meio de fomento ao plantio, onde a empresa entra com as mudas e insumos, ficando a terra e a mão de obra por conta do proprietário rural (VITAL, 2007).

Na Bahia, os plantios concentram-se nas regiões litorâneas sul e norte, onde as empresas de papel e celulose mantêm suas bases de produção e unidades industriais. Desde que tais plantios industriais se expandiram, os conflitos ambientais e de natureza agrária tornaram-se mais evidentes. Na região do Vale do Iguape, alguns plantios vêm sendo implementados por meio dos programas de fomento florestal, tendo sido identificados, até o momento, plantios fomentados pela empresa Copener/Bracell (BRACELL, 2021).

A Copener Florestal é uma empresa pertencente ao grupo transnacional Bracell/RGE, sediado em Singapura. A empresa possui plantios próprios de eucalipto no litoral norte da Bahia e mantém um programa de fomento florestal, por meio do qual financia o plantio, incluindo serviços e insumos, cabendo ao agricultor repor tais custos, em madeira, na época da colheita (BRACELL, 2021).

Assim como em outras regiões, no Vale do Iguape, os monocultivos de eucalipto vêm trazendo impactos relacionados à ocupação de áreas de preservação permanente, desmatamento de vegetação nativa e poluição, em decorrência do uso intensivo de agrotóxicos. Além desses impactos, os plantios fomentados de eucalipto vêm acirrando as disputas de terras, uma vez que as populações que tradicionalmente ocupam os territórios vêm sendo ameaçadas de expulsão por parte dos fazendeiros locais interessados em aderir ao programa florestal da empresa Copener/Bracell (SAPUCAIA, 2016).

Em geral, as comunidades locais não veem como positiva a introdução dos plantios de eucalipto, entendem que os plantios desta espécie exótica trazem prejuízos na competição com as espécies nativas, promovem desmatamento, contaminação por uso de agrotóxicos e esgotamento dos recursos hídricos, além de acirrar os conflitos agrários.

A empresa BRACELL/COPENER comunicou em reunião do Conselho Deliberativo da Resex, realizada em 31 de outubro de 2018, que estava

procedendo à revisão das parcerias para o plantio de Eucalipto nos municípios de Cachoeira e Maragogipe, sobretudo em áreas da Resex. Em 2019, o município de Cachoeira adotou legislação que proíbe o plantio de eucalipto para produção de celulose e determina restrições para os plantios que tenham como finalidade a movelaria e o carvão, bem como a total proibição de plantios em territórios das comunidades tradicionais, independente da finalidade.

As indústrias de couro e papéis reciclados

As indústrias instaladas em Cachoeira e Santo Amaro, de beneficiamento de couro e produção de papéis, são causadoras de conflitos ambientais, sobretudo, pelo uso intensivo das águas e os riscos no descarte de resíduos e lançamento de efluentes no Rio Paraguaçu, os quais afetam a qualidade das águas e, conseqüentemente, a produção pesqueira.

A indústria Mastrotto Reichert S/A integra o Grupo Mastrotto, com sede na Itália. O grupo é líder mundial no processamento do couro, atuante ainda em outros setores como roupas e acessórios esportivos, bem como baterias elétricas. A unidade de Cachoeira ocupa aproximadamente 5 ha, tem aproximadamente 530 trabalhadores e foi instalada no ano de 2000, com vistas ao processamento do couro bovino para a sua utilização em estofamento de móveis e automóveis, sendo a sua produção exportada para todos os continentes.

Em geral, a indústria do curtume é considerada de alto potencial poluente, pois no seu sistema de produção aplica-se um grande volume de água, fazendo uso de processos químicos, com produtos potencialmente tóxicos, a exemplo do sulfato de cromo. As etapas industriais geram resíduos sólidos e líquidos em volumes elevados, os quais apresentam composição química extremamente complexa e, por isso, seu tratamento é bastante difícil.

Nos curtumes, o cromo é utilizado em grande escala para a transformação da pele de animais em couro, um produto resistente à biodegradação, de grande valor comercial. O composto aplicado nesse processo é o sulfato de cromo, o qual promove o enrijecimento da pele, garantindo a preservação do produto.

Em geral, o cromo é um elemento químico que, em pequenas quantidades, está presente nos organismos vivos e exerce importantes funções, no entanto, quando em concentrações elevadas, pode trazer danos à saúde e ao meio ambiente. Devido a este risco, o seu uso nas atividades domésticas e industriais requer atenção especial, sobretudo no que se refere à sua disposição no meio ambiente, por meio dos resíduos, efluentes e emissões na atmosfera.

Ações de fiscalização ambiental do ICMBio têm encontrado, nos efluentes da Mastrotto, níveis de cromo tetravalente muito próximos ao máximo permitido, que lançados sobre as águas já bastante poluídas do rio Paraguaçu, podem trazer danos potenciais à qualidade ambiental.

No caso da empresa em questão, a mesma informa em suas páginas e documentos na internet que mantém uma estação de tratamento dos efluentes, promove o reuso da água e possui aterro para a correta disposição dos resíduos sólidos, no entanto, a apreensão quanto aos riscos ambientais está presente nas comunidades que vivem ao logo do baixo curso do Rio Paraguaçu e dependem desse recurso para a sua subsistência.

Quanto às indústrias de produção de papel reciclado, nas oficinas participativas, foram mencionadas a unidade da Santex e a unidade do Grupo Penha. A Santex localiza-se em Cachoeira, às margens do Rio Paraguaçu, no bairro de Tororó, bem próximo à comunidade do Engenho da Vitória, sendo denominada formalmente de Santo Expedito Indústria de Papéis Ltda., trabalha apenas com reciclagem de aparas de papel/papelão para a produção de “papel maculatura”, um tipo de papel 100% reciclado, comercializado em bobinas. Segundo a empresa, o seu processo de pro-

dução não faz uso de produtos químicos, contudo a comunidade reclama do lançamento de poluentes (“água verde”) no Paraguaçu.

O Grupo Penha possui uma das suas unidades de produção instalada na área urbana da cidade de Santo Amaro, contudo detém aproximadamente 3,000 hectares de plantios de bambu (*Bambusa vulgaris*) distribuídos nos municípios de Cachoeira e Santo Amaro (GUARNETI, 2013). Segundo a Base de Dados de Espécies Exóticas do Instituto Horus, a espécie *Bambusa vulgaris*, originária da Ásia, apresenta alto risco de comprometimento dos ecossistemas locais devido às suas características de reprodução vegetativa (rebrotamento) que levam à formação de touceiras extensas, aumentando o sombreamento e comprometendo o crescimento das espécies nativas e o processo natural de regeneração das formações florestas, tornando-se então uma invasora.

Do mesmo modo que os curtumes, a indústria de papel e papelão faz uso intenso da água em meio a processos químicos, gerando grande volume de resíduos e efluentes, cujo lançamento nas águas e no solo constitui a maior fonte de impactos ambientais, o que justifica a apreensão das comunidades quanto aos riscos de poluição das águas e do solo, exigindo um monitoramento regular da qualidade das águas.

Mesmo diante dos riscos evidentes de poluição, devido aos usos industriais e agrícolas das suas águas, não se tem conhecimento de nenhum monitoramento contínuo da qualidade das águas do Rio Paraguaçu, atualmente.

Os conflitos de acesso à terra e à água

As comunidades quilombolas têm garantido pela Constituição da República (1988) o direito à terra que ocupam, conforme o Art. 68 das disposições transitórias que diz: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL,

1988). Tendo a constituição sido promulgada em 1988, era de se esperar que tal norma já estivesse cumprida, daí a sua inclusão nas disposições transitórias, infelizmente até o momento, apenas 5,4% das comunidades tiveram suas terras regularizadas, conforme dados da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ.

O Decreto Federal 4887/2003 veio regulamentar o citado Art. 68, revogando o decreto anterior de 2001, definindo que o território quilombola “compreende as terras ocupadas pela comunidade e utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”. O decreto apresenta ainda as etapas para a regularização fundiária e as responsabilidades institucionais (BRASIL, 2003).

As etapas iniciais compreendem o reconhecimento e certificação pela Fundação Palmares, seguido de abertura de processo no INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão responsável pelas fases de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras, devendo, para tanto, providenciar as peças técnicas necessárias, que incluem o laudo antropológico, primeira etapa do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas, após isso tem-se a publicação da portaria de reconhecimento e, por fim, a emissão do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), etapa final da regularização dos territórios.

No caso das comunidades quilombolas do Vale do Iguape, em Cachoeira (BA), nenhuma delas conquistou a completa regularização de suas terras, por isso, permanecem situações de conflito com os proprietários rurais, resultando em restrições de acesso à terra para moradia, passagem, plantios e exercício de práticas culturais e religiosas, como pelo acesso à água, conforme relatado nas oficinas.

Em outro contexto, mas em igual condição de despossessão, encontram-se as comunidades dos terreiros de candomblé. Em recente caso, o território tradicionalmente utilizado pela comunidade do Ilê Axé Icimimó Aganjú Didé, na região da Terra Vermelha, também no município de Ca-

choeira, registrou conflito com a empresa de papelão Penha, devido a divergências quanto ao direito de posse e, também, em consequência dos impactos ambientais causados pelo cultivo de bambu (*Bambusa vulgaris*) utilizados pela empresa como material de combustão para seus processos produtivos.

Considerações finais

O trabalho desenvolvido evidenciou a pertinência do mapeamento participativo enquanto uma estratégia para melhor compreensão dos conflitos ambientais no contexto dos territórios quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, no Recôncavo da Bahia.

As comunidades quilombolas participaram de forma ativa do mapeamento, não apenas contribuíram com dados e informações que refletem os seus conhecimentos sobre o território, mas, elaboraram os mapas digitais por meio de uma estratégia de envolvimento dos jovens locais que receberam a formação necessária e os equipamentos, doados por meio de uma parceria com a universidade e a cooperação internacional.

As consultas, realizadas por meio de oficinas participativas, denunciam a gravidade e diversidade dos conflitos ambientais distribuídos em todo o território de uso das comunidades quilombolas e têm sua origem tanto em empreendimentos privados, quanto em empreendimentos públicos. Tais conflitos se estendem ao longo de muitas décadas e continuam ainda sem solução no horizonte próximo, afetam o desenvolvimento das comunidades, trazendo prejuízos ambientais, sociais e econômicos.

Espera-se que os resultados desta iniciativa contribuam para o fortalecimento e a defesa dos direitos das comunidades ante a pressão que envolve os usos dos recursos naturais, evitando a sua apropriação por grupos empresariais e políticas governamentais em detrimento das pessoas locais. Neste contexto, é urgente a efetivação da regularização fundiária das terras dos remanescentes de quilombo, conforme a previsão constitucional.

Por fim, é fundamental a continuidade do trabalho de mapeamento por meio do grupo de jovens quilombolas, considerando a legitimidade da sua atuação e o dinamismo que envolve as disputas pelo uso dos recursos naturais, de modo que a ação, ora iniciada, torne-se um programa que permita o monitoramento contínuo dos territórios, em prol dos direitos das comunidades, em defesa dos seus modos de vida e do desenvolvimento de suas atividades econômicas, ações que são o objetivo principal da INCUBA, nas diversas parcerias que vem executando junto às organizações locais.

Referências

ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ALMEIDA, A. W. B. Os Quilombos e as Novas Etnias. *In*: O DWYER, E. C. (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

ARAUJO, M; BARROS, J. Formação de grupos de jovens para o monitoramento ambiental dos territórios quilombolas do Vale do Iguape. *In*: ARAUJO, M; DI BLANDA, L.; MOLINU, M **Mapeamento participativo das comunidades remanescentes de quilombo e dos conflitos ambientais do Vale do Iguape**. Cruz das Almas: UFRB, 2019.

BRACELL. **Parceria Florestal**. Disponível em: <https://www.cultiveeucalipto.com.br>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 de jul. 2022.

BRASIL. **Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (6.938/1981)**. Brasília: Presidência da República, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em 21 de jan. 2021.

BRASIL. **Decreto 4887/2003** - Regulamenta a regularização fundiária de comunidades quilombolas. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 21 de jan. 2021.

CARVALHO, A. P. C.; HEIMER, M. Análise dos impactos do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, Maragogipe/BA, com o auxílio da Geotecnologia. *In: IV CONG. LATINO AMERICANO DE ANTROPOLOGIA DA ASS. LATINO AMERICANA DE ANTROPOLOGIA*, 2015, Cidade do México. **Anais [...]**. 2015.

CONAMA. **Resolução nº 1/1986**. Brasília: Conselho Nacional do Meio Ambiente, 1986. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/reso186.html>. Acesso em: 21 de jan. 2021.

CONDE, M.; TEMPER, L.; WALTER, M. Editorial. **Ecologia Política**. Edição Especial: Cartografia y Conflictos, vol. 48. Barcelona, España, 2015.

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Mapa dos conflitos socioambientais da Amazônia Legal**. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2009/08/2_mapa_conflito_amazonia-1-3.pdf. Acesso em: 01 dez. 2020.

GENZ, F. **Avaliação dos efeitos da Barragem Pedra do Cavalo sobre a circulação estuarina do Rio Paraguaçu e Baía de Iguape**. 2006. Tese (Doutorado em Geociências) – UFBA, Salvador, 2006.

GUARNETTI, R. L. **Cogeração de eletricidade utilizando bambu no Brasil: aspectos técnicos econômicos e ambientais**. 2013. Tese (Doutorado em Energia) – USP, São Paulo, 2013.

MESSAGE, H. J. *et al.* Planícies de inundação - a biodiversidade do Rio Paraná ameaçada. **Rev. Ciência Hoje**, vol. 56, n. 334, p.36-39, 2016.

MOORE, E.; GARZON, C. **Social Cartography: The Art of Using Maps to Build Community Power**. Disponível em: <http://www.reimaginerpe.org/17-2/garzon-moore>. Acesso em: 30 de nov. de 2020.

PECHINE, S.; PECHINE, M. C. S. As esponjas e os pescadores na Baía do Iguape, Santiago do Iguape. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA BAÍAS DA*

BAHIA. **Caderno de Resumos** [...]. p.131. São Francisco do Conde: Unilab, 2014. Disponível em: <http://www.institutokirimure.pro.br/produto/semana-kirimure-2014/>. Acesso em 19 fev 2021.

PROST, C. Efeitos da barragem Pedra do Cavalo sobre a pesca artesanal na baía do Iguape. *In: II ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS*, 2007, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, 2007. Disponível em: https://costeiros.ufba.br/sites/costeiros.ufba.br/files/prost_07_ecsb.pdf. Acesso em 19 de fev 2021.

SANTOS, R. E. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. *In: XII COLÓQUIO DE GEOCRÍTICA*, Bogotá, 2012. **Anais** [...]. 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/colquio2012/actas/16-R-Nascimento.pdf>. Acesso em: 30 de nov. 2020.

SAPUCAIA, C. S. Quando o eucalipto chega na maré: estudos sobre os impactos da monocultura nas comunidades quilombolas do Guaí – Maragogipe (BA). *In: III SEMINÁRIO NACIONAL DE ESPAÇOS COSTEIROS*, Salvador, UFBA, 2016. **Anais** [...]. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/secosteiros/article/view/18449>. Acesso em: 30 de nov 2020

SILVA, S. A sobreposição de territórios: a indústria naval no Quilombo Enseada do Paraguaçu, em Maragogipe/BA. **Revista de Direito da Cidade**, v. 7, n. 2, p. 484-517, 2015.

SOUZA, D. S. Na teia da escravidão: trabalho e resistência no Recôncavo baiano. **Revista de História**, v. 01, n. 01, p. 21, 2009.

SUDIC. Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial. **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental Estaleiro do Paraguaçu**. Salvador, 2009.

VELOSO-JÚNIOR, V. C. *et al.* O caso da coceira na baía do Iguape (Bahia, Brasil). 2020. *In: SEMANA KIRIMURÊ*, Salvador, UFBA, 2020. **Anais** [...]. 2020. Disponível em: <http://www.institutokirimure.pro.br/produto/semana-kirimure-2020/>. Acesso em: 19 de fev 2021.

VITAL, M. H. F. Impacto ambiental de florestas de eucalipto. **Revista do BNDES**, v. 14, n. 28, p. 235-276, 2007.

ZHOURI, A. *et al.* O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 36–40, 2016.

Sobre os autores

Aila Pereira Santos

Estudante de Graduação do curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Extensionista e Militante de Movimento Sociais.

E-mail: ailaaps@yahoo.com.br

Alice Nascimento do Sacramento Salomão

Tecnóloga em Gestão de Cooperativas – CCAAB/UFRB. Servidora da Prefeitura Municipal de Cruz das Almas – Bahia. Agente Comunitária de Saúde.

E-mail: allicens@bol.com.br

Aline de Oliveira Andrade

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XV. Especialista em Gestão Estratégica e Negócios pela UNEB (Campus V). Mestrado em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores - CFP/UFRB.

E-mail: a19andrade@hotmail.com

Ana Cristina de Assis Silva

Graduanda em Tecnologia em Gestão de Cooperativas – CCAAB/UFRB, bolsista de 2017 a 2019 em projetos de extensão vinculados a INCUBA, com ações em parceria com a comunidade Quilombola da Baixa da Linha, em Cruz das Almas - BA.

E-mail: crys177@outlook.com

Ana Elisa Vinhas Del´Arco

Possui graduação em Medicina Veterinária (1997) e mestrado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Viçosa (2001). Doutoranda do Programa Imunologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Professora do CCAAB/UFRB.

E-mail: anaelisa@ufrb.edu.br

Ana Lícia de Santana Stopilha

Possui Doutorado em Difusão do Conhecimento pela UFBA, Mestrado em

Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional pela UNEB; e especialista em Administração Pública pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, em Educação à Distância pela UNEB. Graduada em Administração pela Universidade Católica de Salvador - UCSal (1986) e em Licenciatura em Administração pela UNEB (1993). Professora da UNEB.

E-mail: stopilha@hotmail.com

Carolina Fialho Silva

Arquiteta, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

E-mail: carolinafialho@ufrb.edu.br

Claudiano Carneiro da Cruz Neto

Economista, mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, e doutor em Economia Ambiental pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do CCAAB/UFRB.

E-mail: cneto@ufrb.edu.br

Eliene Gomes dos Anjos

Socióloga, Graduada e mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social do CCAAB/UFRB.

E-mail: elieneanjos@ufrb.edu.br

Fábio Souza da Hora

Licenciando em Artes Visuais do CAHL/UFRB. Formado em fotografia pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA).

E-mail: soddaho@gmail.com

Fernanda Freitas

Nutricionista, mestre em Nutrição pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutora em Ciência Animal Tropical pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professora do Centro de Ciências da Saúde – CCS/UFRB.

E-mail: fernandafvn@ufrb.edu.br

Isabel de Jesus Santos dos Santos

Possui graduação em Agronomia pela UFRB (2008), mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela UFRPE (2014). Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro pelo CFP/UFRB (2012). Professora do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade - CETENS/UFRB.

E-mail: isabel.santos@ufrb.edu.br

Isabella de Matos Mendes da Silva

Médica Veterinária, mestre em Nutrição pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em Ciência Veterinária pela UFRPE. Professora do CCS/UFRB.

E-mail: isbellamatos@ufrb.edu.br

Jaiala Nascimento da Silva

Médica Veterinária e mestre em Microbiologia Agrícola pela UFRB.

E-mail: jaialanascimento@gmail.com

Jucileide Ferreira do Nascimento

Assistente Social, mestra e doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do CAHL/UFRB dos cursos de graduação em Serviço Social (SESO) e do Programa de Pós-graduação em Política Social e Território (POSTERR).

E-mail: jucileide@ufrb.edu.br

Juliana Rodrigues Sampaio

Graduanda em Agronomia no CCAAB/UFRB. Atuante na extensão rural junto à agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais, tem experiência em pesquisa-ação, com equipes multidisciplinares. E-mail: julianah.rs@gmail.com

Lorena Sales de Almeida

Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Mestre em Ciências Sociais (Sociologia) e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Marcelo Araújo

Engenheiro Agrônomo (UFBA, 1990), Mestre em Engenharia Agrícola

(UNICAMP,1997). Atua na área de planejamento e gestão ambiental, sendo pesquisador voluntário do IESB - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia e membro do conselho deliberativo da Conservação Estratégica. Professor do CCAAB/UFRB.

E-mail: maraujo@ufrb.edu.br

Maria da Conceição de Menezes Soglia

Engenheira Agrônoma com mestrado e doutorado em Ciências pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Pós-doutorado pela Universidade de Coimbra - Portugal. Professora Associada do CCAAB/UFRB.

E-mail: mcsoglia@ufrb.edu.br

Rosana Vieira de Jesus Oliveira

Bacharela em Ciências Sociais do CAHL/UFRB. Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais do CAHL/UFRB. Feminista e Educadora popular.

E-mail: rosanavieirah@gmail.com

Samantha Serra Costa

Engenheira de Alimentos pela UEFS, mestre em Ciência de Alimentos e doutora em Biotecnologia pela UFBA. Professora do CETENS/UFRB.

E-mail: samantha@ufrb.edu.br

Sidnara Ribeiro Sampaio

Graduada em Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação Ciências Agrárias – CFP/UFRB. Membro do Grupo de Mulheres da Agricultura Familiar “Marias do Cedro” da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Lagoa do Cedro (ADCLC). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Agroecologia e Educação do Campo - NEA EdoCampo.

E-mail: narasampa@live.com

Silvio Luiz de Oliveira Soglia

Graduado em Agronomia, mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa - UFV, Doutor em Ciência de Alimentos pela UFLA e Pós-doutor pela Universidade de Coimbra - Portugal. Professor do CCAAB/UFRB.

E-mail: slsolgia@ufrb.edu.br

Tatiana Pacheco Rodrigues

Médica Veterinária, mestre e doutora em Higiene Veterinária e Processamento Tecnológico em Produtos de Origem Animal pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada CCAAB/UFRB.

E-mail: tatiana_pacheco@ufrb.edu.br

Tatiana Ribeiro Velloso

Possui Graduação em Agronomia pela UFBA (1996); Especialização em Cooperativismo e Mestrado em Extensão Rural pela UFV (2000); e Doutorado em Geografia pela UFS (2013). Faz parte do Conselho Estadual de Economia Solidária e da Câmara de Inovação da FAPESB. Professora Associada do CETENS e do Mestrado em Educação do Campo do CFP/UFRB.

E-mail: tatiana@ufrb.edu.br

Valéria Macedo Almeida Camilo

Licenciada e Bacharel em Nutrição pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UES, Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde pela UFBA. Professora Adjunta do CCS/UFRB.

E-mail: vcamilo@ufrb.edu.br

Wilson Mazalla Neto

Engenheiro de Alimentos (2005), mestre e doutor em Engenharia Agrícola na área de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da UNICAMP (2009 e 2014). Pós-doutorado no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA-UNICA MP). Professor do CETENS/UFRB.

E-mail: wilonmazalla@ufrb.edu.br

Este livro analisa a trajetória e os percursos formativos da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBA) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), criada em 2007, através do fomento do Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PRONINC) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ao completar 15 anos, a INCUBA/UFRB apresenta esta publicação como forma de socializar as reflexões do trabalho teórico e prático que realiza no âmbito da economia solidária. Em seu conjunto, os diferentes capítulos dialogam entre si, instigam a reflexão sobre a dinâmica peculiar dos empreendimentos econômicos solidários e apresenta a função das incubadoras universitárias na sua relação com esses empreendimentos, com a universidade e com o território no qual se inserem.

ISBN: 978-65-88622-68-1



Coleção 15 anos da UFRB